UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

SÁSHENKA MEZA MOSQUEIRA

À procura de sentido da atenção psicológica com adolescentes em privação de liberdade

São Paulo
2008

SÁSHENKA MEZA MOSQUEIRA

À procura de sentido da atenção psicológica com adolescentes em privação de liberdade

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientadora: Profa. Dra. Henriette Tognetti Penha Morato

São Paulo
2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Mosqueira, Sáshenka Meza.
À procura de sentido da atenção psicológica com adolescentes em privação de liberdade / Sáshenka Meza Mosqueira; orientadora Henriette Tognetti Penha Morato. -- São Paulo, 2008.
175 p.
Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Adolescente em conflito com a lei 2. Plantão Psicológico 3. Terapia Existencial 4. Fenomenologia existencial I. Título.

BF637.C6

FOLHA DE APROVAÇÃO

Sáshenka Meza Mosqueira

À procura de sentido da atenção psicológica com adolescentes em privação de liberdade

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Angela Nobre de Andrade _____
Departamento de Psicologia Social – UFES

Prof. Dr. Francisco Baptista Assumpção Junior _____
Departamento de Psicologia Clínica – IPUSP

Profa. Dra. Henriette Tognetti Penha Morato _____
Depto. Psicologia da Aprendizagem, do
Desenvolvimento e da Personalidade – IPUSP

Dissertação aprovada em: ___/___/___

Para Nilo, Nilda, Tatiana, Daniel y Benicio,
fuente inagotable de amor en mi vida.

Aos jovens que acompanhei e acompanho,
companhia à procura de sentido.

AGRADECIMENTOS

Ao Márcio com amor, cúmplice na re-invenção constante do nosso viver *a dois* e companheiro paciente nas viagens que a pesquisa requereu.

A Soledad y Timoteo (*in memoriam)*, por vuestra presencia constante que aprendí a reconocer con Nilo.

A papá Agusto y mamá Nelly, por vuestro amor y estímulo fundamental para el estudio inculcado en Nilda y en mis tíos queridos.

A Nilda con amor, porque tu amor y cuidado son imprescindibles, cerca y lejos.

A Nilo con amor, ejemplo de disciplina y amor al estudio, fundamental para este momento.

A Tati, por ser hermana y compañera en tierra extranjera.

A Dani, por ser dulce y generoso en los momentos precisos.

A Beni, con ternura, por lo que me enseñas con tu mirada curiosa y amorosa al mundo que te recibió hace apenas 4 años!

À Henriette T. P. Morato, mestre na arte de ser clínica, professora, supervisora, orientadora e amiga querida pela *confiança assustadora*... Y por tu cuidado materno en momentos de crisis.

À Da. Mathildes, à Tereza e ao João por me acolherem como filha.

À Vera e ao Toninho, com carinho.

Ao grupo *sênior* do LEFE: Henri, Yvette, Helô, André, Walter e Tatiana pelas sextas-feiras de encontro para o árduo trabalho de construção e desconstrução do sentido da clínica em instituições.

À Jú Henriques, amiga arretada, pelas conversas nas horas difíceis que muito me ensinaram e confortaram e pela leitura cuidadosa deste trabalho.

À Helô Aun, pelas supervisões de campo e pelo cuidado na revisão final.

A Tina y Marta, porque son referencia de amistad y cariño sincero.

À Nedinha, pela atenção e zelo no trabalho no LEFE, apoio imprescindível a nós alunos, e pelo seu carinho comigo.

À Naty, amiga sempre presente, pelo apoio fundamental nos primeiros passos desta caminhada e pela companhia carinhosa nos anos que trabalhamos juntas no projeto de acompanhamento.

À Gê, pelas supervisões apaixonadas e pelas sugestões a partir da leitura da qualificação.

Ao Lucas, Baiano, pelo tempo que tempo que trabalhamos juntos: desde as supervisões de plantão no pátio até a sua participação no projeto de acompanhamento.

Ao Lucas, Tio Chico, por saber, mesmo longe, que contamos um com o outro.

Ao Matheus, pelas recomendações cuidadosas para não sofrer no final.

À Fernanda, à Denise e ao Rodrigo, pela confiança e por ensinar-me ao aprender na experiência clínica.

Aos jovens, que confiaram em mim sua história para sentir e procurar sentido.

Aos funcionários da Fundação CASA, especialmente aos da unidade onde o projeto se realiza, pela disponibilidade e carinho.

Aos professores Ângela e Francisco pela leitura atenta e pelas considerações na qualificação do trabalho, colaboração fundamental para iluminar o rumo a este destino e outros possíveis embarques.

À Yvette, pelas supervisões do projeto de Plantão Psicológico na delegacia e pela disponibilidade de discutir meu trabalho numa segunda banca de qualificação.

À CAPES pelo apoio a esta pesquisa.

RESUMO

À procura de sentido da atenção psicológica com adolescentes em privação de liberdade

Este trabalho apresenta investigação realizada a partir de interrogantes emergentes em projeto de A*companhamento Psicológico* oferecido para adolescentes em privação de liberdade. A prática clínica oferecida aos jovens insere-se no projeto de Atenção Psicológica em Instituições do Laboratório de Estudos e Prática de Psicologia Fenomenológica Existencial do IPUSP. Para contextualizar a construção da modalidade clínica em andamento no projeto retoma-se a história do laboratório e as origens teóricas da prática psicológica por ele desenvolvida. Esta re-visitação lança questionamentos às transformações ocorridas no campo do exercício clínico a partir do estudo e reflexão da Fenomenologia Existencial como referencial filosófico que influencia a pesquisa e intervenção em Psicologia. Após apresentação da história do projeto de *acompanhamento,* situa-se o leitor no contexto institucional em que este se realiza. Posteriormente, apresenta-se o caminho percorrido junto a adolescentes atendidos, ou em atendimento, no projeto de *acompanhamento psicológico.* A procura de sentido da atenção psicológica realiza-se pela via da análise interpretativa de narrativas de jovens que relatam o modo como compreendem sua experiência de atendimento. Diários de bordo de atendimentos e de supervisão do projeto oferecem-se como complemento dessas narrativas na tessitura de sentido da ação clínica realizada em instituição para jovens que cumprem medida sócio-educativa de internação.

Palavras Chave: Adolescente em conflito com a lei, Plantão Psicológico, Terapia Existencial, Fenomenologia existencial

ABSTRACT

Seeking sense in psychological attention for adolescents under freedom deprivation

This work presents an investigation based on questions that emerged from a **research** on Psychological Accompanying Project for adolescents under freedom deprivation. The clinical practice offered to the juveniles is a part of a "Psychological Attention Project at Institutions" of the Laboratory of Studies and Practices on Existential Phenomenological Psychology of the IPUSP. In order to contextualize the development of the project's ongoing clinical approach, we revisited the laboratory history and the theoretical origins of its psychological practice. This review raises questions referring to the changes that occurred in the field of the clinical practice due to the reflections brought by the study of the Existential Phenomenology as a philosophical referential that affects psychological research and intervention. After the presentation of the history of the *Psychological Accompanying* Project, the reader is brought to the institutional context in which it takes place. Subsequent to that, the steps are presented, which were taken along with both of the adolescents that have received psychological care and the ones under treatment in the *Psychological Accompanying* Project. The search for a sense in psychological attention is carried out through the interpretative analysis of the stories narrated by juveniles describing the way they experienced psychological care. Log books of the project's psychological sessions as well as the supervisions' ones complement the narratives in the construction of the sense of the clinical approach done at an institution for adolescents subjected to social-educational freedom deprivation measure.

Key-words: Adolescents in conflict with the law, Psychological Attendance, Existential Therapy, Existential Phenomenology.

SUMÁRIO

I – ÀS RAÍZES

1. Inícios 11
2. Um salve e um convite: viagens 18
3. Da origem ou raízes 23

II – O PASSADO E A HISTÓRIA 27

1. Lugar de origem: Aconselhamento Psicológico 28
2. Lugar de passagem: Serviço de Aconselhamento Psicológico 32
3. LEFE: embarque a vários destinos 39

3.1 Companhia no caminho aos possíveis destinos

3.1.1 Pensamento fenomenológico existencial 39
3.1.2 Homem e mundo sob perspectiva política 43
3.1.3 Psicossociologia: outra possibilidade 47

3.2 Comunidade: destino político inevitável 52

III – NA TRILHA DA ATENÇÃO PSICOLÓGICA: UM PLANTÃO

1. Plantão Psicológico a partir de um diário de bordo 59
2. Abertura e solicitude de plantão 68

IV – AÇÃO CLÍNICA DA ATENÇÃO PSICOLÓGICA: ACOMPANHAMENTO A PARTIR DO PLANTÃO

1. Retomando a questão 73
2. O projeto: acompanhamento psicológico para jovens internos 74

2.1 O pedido e o acolhimento inicial 74
2.2 Uma fuga, uma saída: delineia-se o acompanhamento 79
2.3 *Détour* necessário para clareamento da demanda da Instituição 84

3. Encaminhando a questão do acompanhamento em questão: objetivo da pesquisa 94

V – A CAMINHO DA COMPREENSÃO

1. Modo de orientar-se 98
2. Entreato 104
3. Passos na trilha 105
4. Seguindo pegadas 108
5. Cenas narradas 113

VI - TRANSITANDO POR VESTÍGIOS A ENTRELAÇAR FIOS DA EXPERIÊNCIA 133

1. Confiar ou não confiar: eis uma questão 134
2. O *acompanhamento* em questão pela via do confiar 159

VII – DESEMBARQUE: UMA PAUSA... 163

REFRÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 170

ANEXOS 175

I. ÀS RAÍZES

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente. (SIMONE WEIL, 1943/1979, p.347)

1. Inícios

Minha trajetória profissional, inaugurada ainda como estudante de Psicologia[1], foi marcada de forma especial e drástica no contato com a prática clínica. Lembro que, já no quarto ano do curso, as primeiras disciplinas que ofereciam horas de estágio em atividades que permitiam as primeiras aproximações da clínica eram: Métodos e Aconselhamento Psicológico. Em ambas as disciplinas a turma era dividida em grupos que variavam de 6 a 9, ou mais, integrantes dependendo do número de supervisores, professores ou técnicos, dos respectivos departamentos do IPUSP. Na primeira, como já anuncia o nome, o estágio consistia em aplicar diversos métodos de exame psicológico a crianças que chegavam até a clínica-escola, por encaminhamento de professores, médicos ou às vezes trazidos por iniciativa dos pais, para solicitar diagnóstico psicológico ou medidas sobre coeficiente intelectual.

Notava, na época, o incômodo que surgia, não só em mim quanto em meus colegas, por ser explícita a preocupação, quase exclusiva no treino e na aprendizagem, que poderia gerar-se da manipulação, aplicação e medição de resultados dos

[1] Do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP.

instrumentos psicométricos. Os dois semestres em que cursei a disciplina se passaram de forma um tanto conturbada, pois no segundo semestre o grupo ao qual pertencia teve que se diluir entre outros grupos devido à necessidade de ausência da nossa supervisora.

De uma supervisão na linha psicanalítica passei a fazer parte do grupo que recebia supervisão comportamental. As diferenças na forma de orientar, entre ambas as supervisoras, quanto a utilizar os instrumentos de medida, ao contato que se fazia com a pessoa que procurava os serviços da clínica, ao modo como os alunos deveriam posicionar-se frente às necessidades de quem seria atendido, germinavam interrogantes quanto ao destino dos esforços que alunos e professores dirigiam para essas atividades de estágio. Tenho clara a lembrança do desconforto que me acompanhava durante as supervisões, e até mesmo nos encontros com os pacientes, devido a questionamentos que fazia às leituras que norteavam teoricamente nosso fazer. Mas o mal-estar diminuiu consideravelmente, cedendo passo a questionamentos mais serenos, quando fui ouvida em minha confusão crítica e cuidada na procura de novos olhares para a prática clínica. Sou imensamente grata ao grupo e à supervisora, sempre.

Já o grupo de Aconselhamento Psicológico apresentava-nos a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP). Princípios rogerianos de clínica eram ensinados tanto nas aulas teóricas quanto nos grupos de supervisão. Porém, embora o tom maior da disciplina fosse Rogers, o meu grupo era orientado por uma supervisora que, mesmo que se identificasse também com a ACP, tinha na psicanálise sua fonte de referência para a prática do Aconselhamento Psicológico (AP). Não obstante os atendimentos do estágio nesta disciplina guardassem distância abismal dos anteriormente realizados, por estarem mais focados na pessoa que procurava o Plantão Psicológico[2] - oferecido pelo Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) no IPUSP – e em sua relação com o

[2] O Plantão Psicológico será apresentado no capítulo III desta dissertação.

aluno responsável pelo atendimento, ainda a supervisão privilegiava a compreensão do ser humano a partir de categorias diagnósticas decorrentes da estruturação psíquica. Contrastava-se, também, a ênfase nas atitudes do aluno perante o paciente, que procurava atendimento, daquela outra disciplina marcada por técnicas e ferramentas avaliativas.

De forma geral, o modo de orientar da equipe de AP foi, inúmeras vezes, criticado pela ampla liberdade que se dava ao aluno quanto à forma de encaminhar o atendimento. Os alunos, inclusive os que nos questionávamos sobre a limitação de uma única via de compreensão do paciente, assustavam-se e viam-se desnorteados pela ausência de roteiro pré-determinado quanto aos procedimentos a seguir como psicólogos clínicos.

A orientação psicanalítica oferecia bastante respaldo teórico e técnico a nós, alunos que nos iniciávamos em AP sob essa supervisão. Por sugestão da supervisora, os integrantes do grupo atenderiam somente uma pessoa durante os plantões semanais, com a intenção de cuidar melhor da angústia gerada pela novidade da situação: estarmos frente a frente com alguém que vinha da comunidade à universidade procurando por respostas às questões da própria existência, dores, muitas das vezes, impalpáveis e incompreendidas, porém de intensa manifestação em sofrimento. Inegável foi o privilégio de sermos poupados de uma sobrecarga de atendimentos logo nos primeiros plantões, um serviço de Psicologia que mais se abria à comunidade por oferecer atenção a todos que por ele procurassem. Enquanto outros colegas atendiam duas ou mais pessoas no dia do plantão, nós atendíamos apenas uma.

Esta situação diferenciada não era bem vista, e com razão, nem por alunos nem por outros supervisores do SAP e acabava dificultando o uso da supervisão *in loco* que era oferecida aos plantonistas do dia. O cuidado com os supervisionandos do nosso

grupo implicava em falta de cuidado para com os outros alunos que, também iniciantes, se desdobravam para atender o número de pessoas que naquele dia procuravam o serviço. A iniciativa, que visava melhor acolher os alunos em formação, não calculou a falta que faria a colaboração destes no atendimento à demanda da comunidade. Definir *a priori* o número de pessoas a serem atendidas no serviço era uma atitude pouco solidária e colaborativa, tendo em vista que se tratava de um serviço em clínica-escola, referência para a comunidade na região.

Nessas circunstâncias, o modo de fazer plantão era amplamente discutido tanto por alunos quanto por supervisores, visto que surgiam gritantes diferenças entre as formas de receber os pacientes, encaminhá-los ou permanecer com eles até o final do semestre vigente. A história do SAP e a literatura indicada nas aulas teóricas da disciplina contrastavam com a prática que alunos e supervisores desenvolviam, acirrando, ainda mais, a discussão quanto ao quê poderia chamar-se de plantão; longe da equipe chegar a um consenso, ao mesmo tempo em que acolhia, também angustiava os alunos na experiência de aprendizagem da prática psicológica. Para os alunos, conviver com essa situação não era de todo simples, pois além de compreender e assimilar os conteúdos das aulas, era preciso identificar as diferentes formas de trabalhar com AP nas supervisões em plantão, momento em que se entrava em contato com modos diferentes de dar e supervisionar plantão psicológico.

Decidi, então, aventurar-me. Nos dois semestres seguintes de AP optei por diferentes grupos de supervisão, além de aproveitar melhor a supervisão de plantão em plantão. Foi esse o contexto de minha iniciação como plantonista, sem imaginar que seria o começo de uma longa viagem na busca de compreensão do fazer específico do profissional de Psicologia junto às pessoas que procuram auxílio e cuidado em determinado momento da vida. Acompanhada de cuidadosos supervisores, entreguei-me

como plantonista ao atendimento à comunidade, em meio a sérios e silenciosos questionamentos das formas de estar junto aos pacientes, formalmente ensinadas no decorrer do curso de Psicologia. Aos poucos, pude compreender como a angústia que me invadia até quase me paralisar era inevitável e necessária, era origem e destino do que, depois de muito aprender, inclusive com os conflitos de olhares e supervisões, chamaria de ação clínica.

Um dos atendimentos, especialmente significativo, em plantão foi junto a Claudinei[3], de 15 anos, levado até o SAP por agentes de proteção de uma unidade de internação da então Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor[4]. Nosso primeiro contato foi marcado pelo "não saber", tanto dele quanto meu, sobre o rumo que poderíamos tomar naquela situação de encontro. Enquanto Claudinei não sabia por que havia sido encaminhado para o serviço, eu não sabia como o plantão poderia ajudar um adolescente em reclusão, que nem ao menos sabia onde estava. O plantão e o primeiro retorno foram encontros marcados por esforços para possibilitar aproximação e estabelecer comunicação, para juntos, compreender o que poderíamos lá fazer um com o outro.

Acredito que, embora difíceis, esses dois encontros inauguraram uma relação de cuidado. Os próximos pareciam prometer possibilidades de compreensão mútua, embora a expectativa não se direcionasse a um atendimento bem sucedido de acordo com alguma teoria ou técnica, mas almejasse um encontro com maior contato e uma comunicação menos sufocada, que permitisse ao menos esclarecer sobre o serviço para auxiliá-lo na escolha de fazer uso dele ou não.

No segundo retorno de plantão, a espera por Claudinei se fez longa. Não chegou. Quando procurei saber o porquê da falta, ainda esperando que fosse só uma falta,

---

[3] Nome fictício.
[4] A FEBEM mudou sua denominação para Centro de Atendimento Sócio-educativo ao Adolescente passando a ser conhecida desde 2007como Fundação CASA.

informaram que, por problemas que a Fundação não poderia comunicar, outros encontros não aconteceriam.

Fiquei desolada, inconformada, indignada, revoltada, desorientada, impotente. Depois de buscar orientações sobre como proceder, percebi quão limitada era minha ação naquela circunstância. O atendimento para jovens cumprindo medida sócio-educativa de internação era novidade no serviço; assim, poucas respostas encontrei ao indagar o que fazer. A princípio, o panorama se desenhava semelhante ao de uma criança ou adolescente trazido pelos pais ou responsáveis, mas que por motivos desconhecidos não queriam ou não poderiam trazê-lo mais. Porém Claudinei não estava com seus pais. Estava preso, sob a custódia do Estado, numa unidade de internação. Saberia que não mais viria? O que pensava sobre os encontros que aconteceram? Queria continuar vindo? Ou, talvez, já teria sido suficiente? Talvez fosse eu quem precisasse encontrá-lo novamente? Provavelmente. Precisamente porque foi no atendimento com ele que minha prática começava a ganhar sentido. Ou, simplesmente, porque era lamentável não poder me despedir e em silêncio agradecer o nosso encontro, o nosso contato, pela possibilidade de sentir-me mais sincera e autêntica com quem atendia e comigo mesma.

Truncado e interrompido, nosso *contato* se perderia frente a impossibilidades institucionais, não fosse por um recado de Claudinei, enviado através de uma colega, que naquela mesma época participava da iniciativa do Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica e Existencial (LEFE) de levar o Plantão Psicológico para o pátio de uma unidade da Fundação CASA. *"Mande um salve pra dona Sasha"* dizia o recado. Era como um *salve* ao *contato* que, com muito tato, conseguimos estabelecer. Um *salve* que veio iluminar um caminho obscurecido pelo desânimo

causado não só pela abrupta interrupção do atendimento, mas também por questionamentos à prática psicológica que aprendera até então.

Não era mais novidade a sensação de engessamento que me invadia nas tentativas de adequar meu comportamento, perante o paciente, de acordo com modelos e técnicas de atendimento clínico, recorrentemente ensinados – psicanálise e behaviorismo – durante o curso de graduação no IPUSP. Preocupada em ser uma boa psicóloga segundo esses moldes, comecei a perceber como isso dificultava: não conseguiria, nem ao menos, acolher alguém, visto que minha atenção e cuidado estavam em qualquer outro lugar, menos no contato com aquele homem ou mulher que a mim se apresentava queixoso e paciente em seu sofrer[5].

No entanto, foi no atendimento com um adolescente que a necessidade de contato se impôs e me fez deixar de lado as *pré-concepções a respeito do que é ser clínico*. Por um lado, um adolescente, infrator, cumprindo medida sócio-educativa de internação, queria antes de nada saber onde estava. Em seguida, não sabia dizer por que o haviam enviado até um serviço de Psicologia. Diferente de todos os atendimentos que até então realizara, vi-me diante da necessidade de, além de me apresentar, apresentar o serviço e o lugar do psicólogo plantonista, e não o seu papel. Confesso que não foi tarefa fácil, haja vista as dúvidas e conflitos que me atormentavam internamente sobre o exercício do psicólogo clínico.

Por outro lado, eu também estava precisando fazer algumas perguntas a ele, pois a realidade dos jovens em conflito com a lei era, até então, algo tão distante quanto notícias dos jornais ou tão próxima como os assaltos dos quais fui vítima nesta cidade.

---

[5] Andrade & Morato (2004, p. 350) resgatam o sentido original da palavra **sofrer,** do grego *pathos* e do latino *subferre*, para compreender o sofrimento como condição humana. O homem é aquele que *sente*, *experiencia*, *tolera sem oferecer resistência* e é *afetado* constantemente por emoções decorrentes da dor provocada pela tarefa do existir. Já **paciente**, de acordo com Houaiss (2008) é *pessoa que espera calmamente, que persiste com serenidade*. Assim, neste trabalho o uso da palavra paciente sempre fará referência àquele que *persiste no sofrer, no ser afetado, com a tarefa do existir*.

Algo daquela situação, um esclarecendo dúvidas ao outro, instalou um ambiente de horizontalidade que nos deixou livres para procurar nos encontrarmos já no primeiro plantão. Dessa forma, o segundo pôde ser aproveitado quase que integralmente para o relato de sua história recente no mundo do crime e de situações vividas na unidade onde cumpria internação.

Algo nesta situação de atendimento me fez sentir livre: pude sentir-me ao lado dele oferecendo minha escuta para o que ele tivesse para narrar. Claudinei não voltou mais à clínica. Voltou somente seu "Salve!"... Um salve para ele hoje... Onde estiver!

As marcas deste encontro revelaram-se tatuadas nele e em mim. Anunciava-se a disponibilidade para encontros outros e que muito extrapolariam todos que tivera anteriormente com pacientes na clínica-escola. Foi um adolescente de 15 anos, negro e preso, que trouxe liberdade à minha atuação clínica. Foi assim que pude compreender minha iniciação à prática psicológica. Cito Serres (1991/1993, p. 6):

> Assim como o corpo – respondiam os doutos – assimila e retém as diversas diferenças vividas durante as viagens e volta para casa mestiçado de novos gestos e de novos costumes, fundidos nas suas atitudes e funções a ponto de fazê-lo acreditar que nada mudou para ele, também o milagre laico da tolerância, da neutralidade indulgente, acolhe, na paz, todas as aprendizagens, para delas fazer brotar a liberdade de invenção e, portanto, de pensamento.

2. Um salve e um convite: viagens

Depois de receber o "Salve!", foi imediata a reação de buscar ingresso no grupo que havia se organizado para ir até uma unidade de internação. Não sabia ao certo como seria oferecido o plantão, para quem, onde, com que freqüência; mas sabia que queria participar, queria fazer parte. Era intenso o anseio de ir ao lugar de onde veio a mensagem/saudação como buscando a possibilidade do re-encontro. Mas para quê? Para

entender sobre o quê aquele menino me falava? Para saber por que ele não pode mais voltar? Para encontrá-lo mais uma vez?

Nada disso era suficiente para entender o que me fazia estar tão disposta para ir até um lugar temido por muitos, abrigo de jovens infratores, local de trabalho de gente também muito criticada; enfim, pretendia abrir-me à instituição e à gente que dela participava e era alvo de censura e descaso, das quais se queria distância e não proximidade. A possibilidade de ser somente uma curiosidade banal me arrepiava; sentia-me tola e cínica ao, então, pretender ir passear e conhecer, tal qual turista, um lugar estranho e assustador do qual só falavam para aludir à violência, criminalidade, abandono, maus tratos. Algo me impulsionava a tentar fazer parte dessa iniciativa do LEFE. Algo que muito bem se refugiou na necessidade de encontrar novamente o jovem que havia atendido poucas semanas atrás. Seria apenas isso?

Em 2001, passei a participar da equipe de Plantão Psicológico oferecido no pátio de uma das unidades de internação da Fundação, que havia procurado o LEFE, em 1999, solicitando intervenção junto a seus funcionários de pátio na intenção de atenderem melhor os jovens internos[6]. Embora o pedido realizado pela direção estivesse definido quanto a suas intenções, o trabalho desenvolvido pela equipe do LEFE foi construído a partir de incursões à instituição.

Assim, no momento em que passei a fazer parte da equipe, oferecer Plantão Psicológico no pátio da unidade já se apresentava como uma forma de intervenção construída em co-autoria com quem poderia fazer uso dele. As primeiras visitas permitiram a aproximação ao cotidiano institucional, via seus atores. Entretanto, as

---

[6] A história do projeto de Plantão Psicológico desenvolvido, pelo LEFE, na Fundação CASA é narrada com belíssima propriedade por uma de suas protagonistas: Aun, H. A. (2005). No presente escrito, será rapidamente apresentada minha participação no plantão no pátio somente como caminho percorrido até o projeto tema desta dissertação. Sobre plantão psicológico realizado pelo LEFE nesta e outras instituições ver Oliveira, R. G. (2005), Oliveira, M. M. (2006), Nunes, A. P. (2006), Braga, T. B. M. (2006), todas dissertações de mestrado do IPUSP.

vozes de uns e outros se fizeram audíveis nesses contatos primeiros, dando forma a que o plantão pudesse ser oferecido no pátio tanto para adolescentes quanto para funcionários, por serem ambos os grupos possíveis beneficiários desse serviço. Sua única proposta: intervir por meio de escuta, atenção e cuidado dentro da instituição.

O contato direto com a população interna da instituição, refiro-me aqui a jovens e funcionários, acirrou a sensação de desamparo que sentia no caminho de formação como profissional de Psicologia. Desamparo, abandono e medo sentiam-se nos olhares de todos os que cruzávamos, nas palavras de quem conversava, no ar daquele lugar. A despeito do bom estado dos prédios, aparentemente recém pintados, com aspecto de semi-novos e alegres, eram espaços sombrios e tristes os que acomodavam tanto adolescentes quanto trabalhadores, denunciando sofrimento e decadência da condição humana ao Plantão Psicológico. Aprisionados na violência da instituição – dinâmica que fere e, por vezes, aniquila, paulatinamente, as diferentes formas de ser e de estar no mundo – adolescentes e funcionários de diversas categorias passaram a fazer uso desse espaço para dizer dos modos como ocorria o cotidiano de suas vidas. Dentro da unidade, era uma forma de se recolher no acolhimento de uma escuta diferenciada, por ir à contramão do movimento do instituído, abrindo, assim, caminho para outras possibilidades de atuação.

Notei com satisfação, no exercício de olhar para trás e narrar um pedaço de minha história, que o plantão, naquele momento, também acolhia e cuidava de minha demanda por sentido da prática da Psicologia que em mim se iniciava. Sem dúvida!

A experiência de plantão à comunidade na proteção do *setting* terapêutico das salas de atendimento na universidade já havia me proporcionado conhecer uma modalidade clínica como alternativa às conhecidas psicoterapias (breves ou de longa duração), ou às longas triagens convencionais, obrigando grande parte de quem

procurasse por atendimento a enfrentar longas filas de espera, sem, necessariamente, contemplar o tempo da procura e a demanda do paciente. No entanto, migrar da proteção da clínica-escola para o inóspito e vulnerável pátio de uma unidade da Fundação CASA foi uma revolução na concepção de clínica que até o momento havia construído, obrigando-me, num misto de prazer e dor, a reformular minha compreensão da prática psicológica.

O prazer envolvido na tarefa originava-se na convicção de que esse novo rumo poderia me levar a viver a experiência da clínica de modo autêntico, que me desse serenidade para ser eu mesma comigo e com o outro. Queria me encontrar como profissional da saúde capaz de estabelecer relações que contemplassem nossa condição de imprevisibilidade e irreversibilidade (ARENDT, 1958/2007) com quem se apresenta à procura por atenção e cuidado para cuidar de ser.

Segundo Pompéia (2004, p.156), remeter-nos à origem latina da palavra *procura* recupera a compreensão de *cura* como cuidar ou cuidado; assim, como *pró* equivale a *para o*, emerge o sentido de *para o cuidar* ou *para o cuidado*. Embora o autor estivesse se referindo ao sentido que Boss dava à psicoterapia, permito-me uma derivação para me referir à presença de alguém que ali está à espera de uma atenção e de um cuidado em determinada situação e não especificamente pedindo por psicoterapia.

Nesse sentido, o atendimento com Claudinei começava a aparecer como um momento no qual pude experimentar um pouco de conforto ao que se me apresentava como atender: dispus-me a ele com atenção e cuidado. Provavelmente, fosse à procura desse momento e sentido que me dirigi ao encontro da prática em plantão, quando me aferrei à possibilidade de integrar o grupo que saia da clínica para oferecer esse serviço em uma unidade de internação. Mas, ao mesmo tempo, a parte de dor presente nesta empreitada corresponderia à inevitável angústia que provocava a novidade da

experiência: desconhecimento quase completo acerca da população com quem iríamos entrar em contato, assim como da enigmática cultura institucional. Que repercussões tudo isso teria na minha forma de compreender o mundo e a organização social que construímos e reforçamos dia após dia?

Assim, ainda pouco esclarecida quanto à direção a tomar, lancei-me numa travessia cujo ponto de embarque ficou lá em 2001: no atendimento de Claudinei e no momento em que passei a fazer parte do LEFE como plantonista. Hoje, essa longa e intensa viagem, ainda em acontecimento, requer mais uma parada. Foram as pausas para descanso que permitiram criar e recriar, construir e desconstruir para vislumbrar o sentido a seguir na navegação profissional e o significado da firme intenção de me unir a um grupo, que buscava levar a clínica à comunidade por meio de intervenções ética e politicamente comprometidas com a realidade econômica e social do país.

Schmidt (1999), em capítulo dedicado a considerações sobre o trabalho do SAP, menciona um curto diálogo do filme *O céu que nos protege* de Bernardo Bertolucci. Nele, um homem, respondendo a seus companheiros de viagem, afirma, convicto, ao chegarem ao destino, que a diferença entre ser turista e viajante encontra-se na questão de volta ao seu lugar de origem. De acordo com a interpretação da autora, a figura do turista, referido no filme como aquele que durante a viagem já pensa em voltar para casa, poderia metaforizar, no trabalho em instituição, modos de ser e trabalhar instituídos, burocratizados e hierarquizados. Já a figura do viajante, que no filme era apresentado como aquele que em seu agir pondera a possibilidade de não retornar para casa, serviria de metáfora para as tendências que combatem o que está cristalizado, buscando sempre colocar-se como movimento instituinte: novos olhares para fenômenos, mesmos ou outros, que podem se revelar diferentes e passíveis de intervenções provenientes de formas de agir que visam transformação.

É assim que a autora apresenta duas posições entre as quais se transita no desempenho profissional em instituição e é assim que compreendo meu envolvimento destes anos de trabalho na Fundação CASA. O medo de me ver como turista, a visitar um lugar desconhecido na véspera da primeira incursão à Fundação, diluiu-se na sólida impressão com que saí: queria a ela retornar. Foi uma viagem sem retorno devido às marcas, pessoais e profissionais, tatuadas como resultado da experiência do contato, vivida com jovens e trabalhadores de uma instituição constantemente negada e anulada por preconceitos e negligências, que procuramos insistentemente esquecer, apesar dela ser o destino daqueles que, incomodados, nos incomodam. Na realidade, queria a eles retornar. Queria voltar para o contato com esses jovens que, sem saber, ou sabendo, também diziam algo de mim. O que? Talvez do intenso medo provindo da situação de estar ali e ao mesmo tempo não ser dali, da necessidade de encontrar uma referência, do inadiável desejo de construir um porto seguro para poder fazer as paradas necessárias das longas viagens da vida. Seria eu viajante camuflando o turista em mim? Ou seria o inverso? É possível viajar pela vida sem retornar à casa, mas também levando a casa em mim nas viagens? Penso estar adentrando em outros confins...

3. Da origem ou raízes

Muitas das histórias que conheci dentro da Fundação diziam de uma experiência de intenso desenraizamento. Não somente pelo fato do isolamento imposto pela internação, ou mesmo do trabalho com jornadas estendidas até o limite do insuportável, que revelam traços de perda de referências vitais à existência de um sujeito, mas por situações e condições que existem anteriores à internação do jovem ou para além dos muros da instituição de trabalho. Família, costumes, formação perdem lugar no

cotidiano, abrindo espaço para a anulação da história pessoal e das tradições em que esta pode se apoiar. De acordo com Bosi (2003, p. 178), "*o desenraizamento é a mais perigosa doença que atinge a cultura*" e ela existe em diferentes graus, sempre incidindo dilacerante na capacidade de se projetar, de fazer planos, de criar a própria história.

Assim, a *pro-cura* deles também re-apresentava a minha: resgatar e firmar raízes de história pessoal/profissional. Estava eu, também, a cuidar de mim e de minha história ao fazer a escolha de um estágio extra-curricular, aceitando o desafio de atender quem estava e está à margem da lei, da justiça, da saúde, da igualdade, do trabalho, do mundo *convencionalmente* aceito. Um desafio assumido com tenacidade e compromisso, que em nada de aproxima de uma proposta assistencial, mas que se esforça constantemente em abrir passo para um agir responsável na formação de profissionais implicados na realidade, entre convenções de organizações sociais que os circundam.

A oportunidade do estágio na Fundação CASA me levou até o LEFE no preciso momento em que a necessidade de lançar raízes no âmbito profissional fazia-se inadiável, pois há tempos *procurava* por morada no território da Psicologia, que até então se mostrava árido. Ao falar do LEFE, e da minha entrada à turma que o constitui, é inevitável falar de um momento muito significativo na minha vida profissional e pessoal. Impossível não me referir a este ingresso como o início de um pertencimento enraizador intenso, por dar significado e sentido à minha peregrinação como psicóloga cuidadora e plantonista. As influências recebidas do grupo, e especialmente de sua coordenadora, complementam expressivamente meu enraizamento no Brasil, terra que havia me recebido poucos anos antes, fazendo-me experimentar o gosto agridoce que provoca estar num lugar na condição de estrangeira.

Simone Weil (1943, p. 347), ao referir-se à importância do enraizamento para a alma humana, afirma que *"cada ser humano precisa ter múltiplas raízes*". Estas influenciam, quase totalmente, diferentes aspectos da vida pessoal, podendo proceder de diferentes meios, desde que se somem para acrescentar intensidade à existência, sem se imporem sobre traços originais de quem recebe a influência. Assim, entre momentos de alegria e dissabor, foram se agregando às minhas raízes peruanas traços *brasileños* que se instalaram em mim por vias estritamente afetivas: amigos sinceros, o amor de um companheiro, o desempenho profissional e o contato com o povo brasileiro, que compartilha com o peruano a capacidade de, após várias caídas, ainda reerguer-se para continuar lutando, ou talvez só resistindo, sem que isto seja pouco, para, apesar de tudo, melhor viver e ser.

Não ser do lugar ou não ter lugar provocam sensações experienciadas por esse povo, os jovens infratores, e também por quem se propõe a estar entre eles como plantonista. Dizem do ser estrangeiro! Referem-se a ser e estar à margem, no limite *da* e *na* sociedade e *da* e *na* prática psicológica instituída. Dizem de vivências dolorosas e angustiantes e, justamente por isso, intensas e felizes quando calorosamente cuidadas, permitindo, via trabalho clínico, um trânsito à experiência de pertencimento. Morato (1999, p. 84) refere-se à prática do Aconselhamento Psicológico como ação ética e política e como tal de pertença coletiva; assim, é possível compreendê-lo como:

> (...) lugar de fronteira, fronteira essa que para fazer passagem de um para muitos, legitima-se por um *passaporte de identidade* daquele que tem uma origem, mas está cruzando campos e/ou em trânsito por áreas. A identidade não se perde, mas se alterna: na fronteira falo duas línguas, conheço duas culturas, faço intercâmbio, troco. A identidade assume, assim, outra natureza: não a da perenidade, mas sim a de mutabilidade.

Em meados de 2002, integrante do LEFE e já formada, acompanhei desde as primeiras reuniões o pedido de "psicoterapia" para adolescentes de outra unidade de

internação da Fundação CASA. Os adolescentes a serem atendidos seriam jovens com determinação judicial para este tipo de atendimento. A solicitação e o encaminhamento tornavam a situação semelhante àquela vivida junto a Claudinei em um dos primeiros plantões de minha vida. Como atender este pedido? De quem era a demanda? Como compreendê-la? Atender? Como?

Novamente, diante do desafio de possível retorno às raízes dos inícios de minha formação, surge o desejo de explorar e refletir acerca dessa ação. Embora esta viagem tivesse começado com a prática em Plantão Psicológico com adolescentes e funcionários da Fundação CASA, como empreender uma proposta para atendimento psicoterápico nesse mesmo contexto? Seria regressar ao porto de origem, marcando um lugar de turista ao LEFE e a mim? Ou seria continuar a viagem e experienciar a situação de viajante enraizando-se estrangeiramente à *pro-cura* de ser cuidando de ser?

Desse modo, este trabalho pretende narrar a história deste projeto realizado pelo LEFE na Fundação CASA, nomeado de *Acompanhamento* desde 2005, e questionar o sentido da ação clínica nele implicada junto a jovens atendidos durante esses anos de trabalho. Trabalho gratificado por significativas conquistas e parcerias apesar de, também, ser marcado por cicatrizes e amargos desencantos; trânsito ineludível para re-des-cobrir o sentido de ser psicólogo e de seu agir responsável no mundo que habita.

II - O PASSADO E A HISTÓRIA

> *O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro de ar que foi respirado antes? Não existem nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. (WALTER BENJAMIN, 1985/1994, p. 223)*

A ação de escrever para comunicar experiência impõe a formalização do exercício de ir em busca das referências que deram origem no passado ao caminhar que no presente, em constante realizar-se, oferece-se como ponte para um futuro próximo e distante. Nessa direção, questiona-se Bosi (2003, p. 16): "*O movimento de recuperação da memória nas ciências humanas será moda acadêmica ou tem origem mais profunda como a necessidade de enraizamento?*" A resposta que a autora oferece à própria indagação responde também à provocação que gerou a necessidade do olhar para o passado de uma história da qual, no presente, também passo a fazer parte: "*Do vínculo com o passado se extrai a força para a formação de identidade"*.

Nesse sentido, para contextualizar a discussão do projeto que, desde 2005[7], denominamos de *Acompanhamento Psicológico*, proponho, ainda, um sobrevôo sobre seu lugar de pertencimento: o Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica Existencial (LEFE). Acredito que a história do LEFE, as referências à história anterior à sua fundação e às formas de ação de sua equipe, iniciam, tal qual preâmbulo, a apresentação do projeto que inspira este trabalho.

---

[7] Em Morato, H. T. P. et.al. (2005), como membros da equipe da época publicamos artigo questionando a caracterização do atendimento realizado junto aos jovens internos que até então era considerado como Plantão Psicológico.

Não obstante esteja plasmada em seu nome a orientação filosófica que inspira a metodologia norteadora de suas pesquisas e intervenções, faz-se necessário o retorno à sua origem: o Aconselhamento Psicológico e o Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da USP. Visa-se um olhar para o passado como forma de compreender os caminhos percorridos na construção de modalidades de prática psicológica e modos de investigação que, desde seus inícios, já se apresentavam como ações desconstrutoras.

1. Lugar de origem: Aconselhamento Psicológico

A maior parte dos fatos citados nesta retomada da história do SAP e do LEFE são provenientes de alguns capítulos dos dois livros publicados pela equipe de profissionais do serviço, que serão devidamente citados, e de outras publicações, além de contar com o privilégio de relatos orais de uma de suas protagonistas: Henriette Morato[8]. Mais uma vez, cabe uma citação de Bosi:

> A história, que se apóia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios. (...) A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra sua maior riqueza. (2003, p. 15)

Rapidamente, faz-se uma alusão ao nascimento do Aconselhamento Psicológico. O contexto histórico norte-americano (por volta de 1950) em que surge o Aconselhamento Psicológico remete a um ambiente que ansiava por adequações do homem à sociedade de produção e de consumo; constituiu-se, quase exclusivamente, em um arcabouço de técnicas que, aplicadas, poderiam distingui-lo do campo da

[8] Professora Doutora, do IPUSP, coordenadora do LEFE.

psicoterapia e outros ainda atrelados à prática médica. Não obstante essas circunstâncias de ambigüidade quanto à sua origem e à sua destinação, a prática do AP permitiu o início da delimitação de um campo de atuação próprio para o psicólogo em contextos institucionais. Iniciava-se, assim, o questionamento da identidade da psicologia aplicada, inicialmente unicamente associada à psicometria, ao psicodiagnóstico e à orientação educacional ou profissional: inaugurava-se o exercício do profissional psicólogo com possibilidade de ação distinta da de técnico avaliador (MORATO, 1999).

Falar em Aconselhamento Psicológico no Brasil é falar de Oswaldo de Barros Santos e Rachel L. Rosenberg, personalidades significativas na constituição da identidade profissional dos psicólogos no âmbito nacional. Barros Santos (1963) aponta como *conceito genérico* de aconselhamento:

> O aconselhamento é, nas modernas técnicas de orientação, o problema mais complexo. Sua conceituação bem como seus procedimentos práticos não constituem, de forma alguma, ponto pacífico, salvo em um ou dois aspectos da questão, qual seja a liberdade de o indivíduo (...) escolher seu próprio caminho. (p. 77)

E, fazendo referência à especificidade da prática do psicólogo, diz:

> Todas as situações de *aconselhamento* envolvem *orientação,* mas nem todos os processos de orientação envolvem aconselhamento psicológico. (...) a verdadeira essência desse processo somente existe no trabalho de psicólogos profissionais. (p. 81)

Oswaldo de Barros Santos ministrava aulas de Aconselhamento Psicológico[9] na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo desde 1964, e o estágio das disciplinas oferecia atendimento às pessoas que procuravam cuidados de ordem psicológica, ao mesmo tempo em que proporcionava aos alunos o contato com a

[9] O Prof. Barros Santos ministrava aula de Aconselhamento Psicológico com ênfase na Abordagem Centrada na Pessoa, na Universidade Católica de Campinas de 1958 a 1960 e na Universidade Católica de São Paulo de 1960 a 1964. (BARROS SANTOS, 1982).

prática. É assim que existem registros de alunos que, devido à falta de lugar para atender, ocupavam bancos nos saguões da faculdade que, na contramão do que se concebia como *setting*, tornavam real o atendimento à comunidade via configuração da dupla em situação: conselheiro-cliente. Esses atendimentos faziam parte das atividades do que Barros Santos (1982, p. 52), já afastado de suas funções de professor e supervisor, chamaria de *Centro de Aconselhamento Psicológico de Orientação Rogeriana* que, de 1966 a 1969, antecedeu ao SAP, divulgando a teoria e a prática da Terapia Centrada no Cliente. De acordo com as influências recebidas na época ficava evidente a adoção da perspectiva não-diretiva em aconselhamento e a concepção deste como:

> (...) a mais recente e mais moderna área da Psicologia [cuja tarefa] consista na procura das melhores condições de ajustamento e de eficiência para o indivíduo. (...) O conselheiro psicológico atua em grande número de situações, tais como nas escolas, centros sociais, centros de reabilitação, empresas comerciais e industriais, hospitais e institutos de previdência, onde quer que haja pessoas que busquem ajuda para melhor aproveitar seus recursos pessoais. (...) ao contrário do que ocorre na Psicologia Clínica, a preocupação [é] preventiva e não terapêutica. (BARROS SANTOS, 1963, P. XIV)

O autor afirma, ainda, que o Aconselhamento Psicológico, ou *Counseling Psychology,* não se tratava de uma área de especialização em Psicologia; corresponderia, porém, à figura do *clínico geral* em medicina, para quem convergem e de quem derivam todas as áreas da profissão. Como clínico, então, sua função seria a de diagnosticar, aconselhar e encaminhar para o especialista correspondente. Esta comparação com a área médica me fora apresentada por Henriette Morato em ocasião em que se lembrara de suas aulas com o Prof. Oswaldo de Barros, ainda como aluna da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

No entanto, acompanharam à lembrança considerações a respeito do sentido que a noção de *clínico geral* em Aconselhamento Psicológico poderia apontar na prática clínica de plantão atual. A *clínica geral* presente no Plantão Psicológico orienta-se para a abertura que a Psicologia deve dedicar a quem dela precisar, sem prender-se a "especialismos" que, por vezes, impedem o contato com quem está à *pro-cura* de si. No agir dos plantonistas até poderia estar presente o olhar de um *clínico geral*, porém disponível a acolher e cuidar naquele encontro de quem se apresenta e se revela em plantão, sem necessariamente passar-se para encaminhamentos outros; ou, no caso em que estes se fizerem imperativos, responsabilizar-se também pelo acompanhamento do paciente em trânsito ao lugar de destino para cuidado.

Segundo Rosenberg (1987), em primeiro livro publicado pela equipe do SAP, por iniciativa de Iara Iavelberg em meados de 1967, o Departamento de Psicologia e o Curso para Vestibular do Grêmio da FFLC celebraram acordo e instalaram um Serviço de Psicologia no Cursinho. Os atendimentos estavam a cargo dos alunos do 5º ano do Curso de Psicologia e as supervisões eram ministradas pelos professores de Aconselhamento Psicológico e Orientação Profissional. Em 1968, conturbado ano de lutas dramáticas que visavam transformações políticas e sociais, inaugurou-se a Cidade Universitária e, às pressas, foi realizada a mudança dos cursos da USP, até então situados no coração da cidade, para o periférico *Campus*. Naquele momento crítico, a situação política e social da população dava margem a questionamentos ao fazer da Psicologia e seus entrelaçamentos com o mundo que o circundava.

2. Lugar de passagem: Serviço de Aconselhamento Psicológico

Embora discussões político-ideológicas não fossem pertinentes à sala de aula ou a ambientes de atendimento, notam-se nos escritos de Rachel os traços revolucionários com que Henriette Morato a guarda na lembrança. Tornava-se uma necessidade articular a prática psicológica com a realidade econômica, política e social da comunidade que naqueles anos sofria com o estado de exceção imposto pelo regime militar. É justamente esse compromisso político e profissional que faz Rachel Rosenberg (1987) atribuir *cunho social* à criação do Serviço de Aconselhamento Psicológico, em 1969, na Cidade Universitária, no Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, um ano antes de criar-se o Instituto de Psicologia.

Ainda segundo Rosenberg (1987) e Barros Santos (1982), o Serviço de Aconselhamento Psicológico, em seus inícios, fora sustentado por esforços pessoais; posteriormente, foi levado adiante com a significativa participação dos estagiários e ex-alunos das disciplinas que, num primeiro momento, atendiam somente a encaminhamentos que esses professores faziam logo após inscrição e triagem no SAP. A partir de 1969, eram os próprios estagiários[10] que atendiam nesse serviço através da criação do chamado *Plantão de Aconselhamento Psicológico*. Rosenberg refere-se à experiência de depositar confiança nos alunos para eles se responsabilizarem pelos atendimentos como *pioneira e cheia de sustos* (1987, p. 5). Mal imaginava que essa ousadia seria mantida pela equipe do SAP e, mais tarde, bastante ampliada por Morato nos projetos que o LEFE levaria adiante.

Nos registros da história do SAP encontram-se publicações de Rosenberg e Morato (1971 e 1972) apresentando um Serviço de Aconselhamento Psicológico que, de

[10] Henriette Morato fazia parte da primeira turma que atendia em plantão sem intermediação dos professores, Rachel e Oswaldo, que naquele momento dedicavam-se a supervisionar os iniciantes. Em meados de 1970, recém formada, foi contratada como professora e supervisora de AP no novo IPUSP.

forma sutil, porém ousada, ia transformando os modos de atender à comunidade na clínica-escola. Os atendimentos em plantão eram oferecidos à clientela nos barracões designados ao IPUSP ao lado da raia universitária, enquanto as supervisões do SAP, por algum tempo, aconteceram nas instalações provisórias do prédio da Faculdade de História. O estagiário era orientado a receber quem procurasse o plantão em *consulta inicial*, de aproximadamente 50 minutos, cujo objetivo principal seria oferecer "acolhimento respeitoso e empático" com a finalidade de diminuir a ansiedade do cliente e possibilitar-lhe falar dos motivos que o levaram a procurar atendimento psicológico. Embora não houvesse mais preocupação inicial com diagnóstico ou anamnese, o aluno, após a entrevista inicial, contaria com elementos para poder optar por algum dos encaminhamentos possíveis: entrevistas adicionais, atendimento sistemático em psicoterapia ou outros encaminhamentos específicos (médico, assistente social ou outros serviços).

Vemos assim que desde sua origem o SAP serve a dois objetivos: atendimento à comunidade e oferecimento de estágio para os alunos de Psicologia. Sempre se esforçou por oferecer aos futuros psicólogos situações reais de contato com a clientela que demandava por cuidados. Através do Plantão Psicológico, propiciava oportunidades aos alunos de se responsabilizarem pela sua atuação, valendo-se de recursos tanto construídos ao longo do curso de Psicologia, como da capacidade de *auto-conhecimento*, explorando suas possibilidades e limitações enquanto futuros psicólogos conselheiros (MORATO & ROSENBERG, 1971[11]; ROSENBERG, 1972).

A supervisão não era obrigatória, porém os supervisores estavam à disposição do aluno logo após os atendimentos realizados. Caso o aluno preferisse poderia acontecer individualmente, mas, geralmente, acontecia em pequenos grupos, no qual cada um

[11] Esta publicação é resultado da primeira apresentação do SAP em evento científico, realizada por Morato, na SBPC de 1971 em Curitiba.

expunha seu relato de atendimento e as dúvidas surgidas durante o contato com o cliente.

Percebo, não sem sentir regozijo, que esse modo de disposição da supervisão mantém-se ainda nos dias de hoje. Já em 1972, nesse modo de supervisionar, notava-se que a tendência de ver o cliente como portador de algum quadro psicopatológico cedia lugar a uma percepção mais integrada e respeitosa do indivíduo e de suas dificuldades. Assim, desvinculava-se timidamente da concepção de Aconselhamento Psicológico pautado no pragmatismo norte-americano, ainda fortemente marcado nos escritos de Barros Santos dos anos 60, para aprofundar-se, significativamente, na Abordagem Centrada na Pessoa e na evolução da obra de seu idealizador, Carl Rogers.

Com a crescente procura da população pelo SAP, além dos atendimentos em Plantão Psicológico, foram realizados por supervisores e alunos do SAP atendimentos em "grupos de espera"[12], dadas as longas filas de clientes aguardando atendimento em psicoterapia no próprio Serviço. Nesses grupos, aqueles que esperavam concretização de encaminhamentos podiam ser ouvidos e acolhidos em momentos de necessidades, surgidas após a procura inicial.

Simultaneamente, ofereciam-se também consultorias, palestras, orientação a pais e professores, além de atendimento de grupo em outras instituições. Essas atividades sempre se configuravam como resposta aos mais diversos pedidos provindos da comunidade, sendo oferecidas no lugar de origem da solicitação. Assim, o SAP não só recebia pessoas para atendimento como ia ao encontro delas quando solicitado, ampliando, significativamente, o horizonte de possibilidades de atuação do profissional psicólogo.

---

[12] O atendimento realizado via "grupos de espera" foi criação de Rachel Rosenberg e tema da sua tese de doutorado: *Estudo da percepção de condições psicoterápicas em grupos de Aconselhamento Psicológico* (1973). Ainda hoje serve de inspiração para atendimento em grupo com as pessoas que esperam por atendimento em dia de plantão lotado.

Rosenberg lança, então, um olhar para o modo como o SAP foi se constituindo e se projetando para as necessidades que o futuro já anunciava para nossa categoria: atendimentos em plantão, supervisões e assessorias como atividades de *consultório* ou *clínica*, por serem desenvolvidas no IP, estabelecendo, assim, uma diferença com a prática no cotidiano da comunidade. A presença do psicólogo, comunicando pensamentos e reflexões, em outras instituições passaria a ser identificada pela autora como um repertório de *agentes de mudança social* (1987, p. 11).

Com o correr dos anos, o SAP manteve-se fiel ao perfil que Rachel Rosenberg, Oswaldo de Barros e equipe imprimiram no cotidiano da práxis clínica e didática dos primeiros anos do serviço, sempre comprometido com os pilares de sustentação da universidade: ensino, pesquisa e extensão. A tarefa de dar continuidade ao serviço após a extemporânea morte de Rosenberg, em 1987, ficou a cargo da equipe (Maria Luisa Sandoval Schmidt, Ismênia Camargo, Miguel Mahfoud, Marina Pacheco Jordão, Ana Loffredo, Maria Gertrudes Eisenlohr) liderada por Henriette Morato que, apesar do sofrimento da perda e da sensação de desamparo, sustentou firmemente os ideais que geraram a criação do serviço e a definição do Plantão Psicológico como modalidade de prática pertinente à realidade social do momento.

A configuração plural do grupo de profissionais à frente do SAP, calorosamente acolhida e valorizada por Rosenberg, embora rendesse discussões teóricas e práticas enriquecedoras, também cedeu lugar a desavenças e conflitos, próprias de um grupo em constante crescimento profissional. Desse modo, ocorreram rupturas e recomeços.

Novos olhares, alimentados por leituras de fontes outras que não exclusivamente da Psicologia, colaboraram para complementar e ampliar a compreensão da prática de Aconselhamento. Ainda na primeira publicação da equipe, organizada por Rosenberg em 1987, Schmidt (p. 14) abre o capítulo inicial com a seguinte epígrafe:

> Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. (WALTER BENJAMIN, 1985, p. 200).

Ao entrelaçar palavras sobre Aconselhamento Psicológico e a concepção de *aconselhar* do pensamento benjaminiano, a autora inaugura um diálogo interdisciplinar que não mais se fecharia, mas que renderia interlocuções de amplo espectro principalmente com filosofia e literatura, dando passo a reformulações a respeito da prática do aconselhamento e de metodologia em pesquisa. Na mesma publicação (1987, p. XI), Schmidt apresenta a origem latina da palavra "aconselhar": *consiliare* que ao remeter a *consilium*, significa com/unidade ou com/reunião, transmitindo a idéia de reunião de pessoas para consideração de algo. Assim, o ato de aconselhar, de acordo com a autora, implicaria a *consideração atenta, respeitosa e prudente de algo* que é importante para o outro.

Em 1998 e 1999 dois significativos acontecimentos marcam a história da equipe de Aconselhamento Psicológico no IPUSP: respectivamente, a fundação do LEFE e a publicação do segundo livro da equipe do SAP. O LEFE, sob coordenação de Henriette Morato[13], desde os momentos de sua idealização, se propôs a cuidar com ênfase da passagem da clínica-escola, ou do c*onsultório* nas palavras de Rosenberg, para a comunidade, ou seja, para o campo.

Para concretizar este projeto, o LEFE abrigou calorosamente iniciativas emergidas no SAP (MORATO, 1999), orientadas que eram por Morato. Abriu-se a outras demandas da comunidade, bem como a novas experiências de prática psicológica: Plantão Psicológico, Supervisão de Apoio Psicológico e Oficinas de Criatividade em diferentes instituições. Cabe mencionar que, além do acima exposto, a fundação do LEFE também respondia à ameaça existente à época de extinção, ou

[13] Parte da equipe de técnicos do SAP apóia esta iniciativa: Maria Gertrudes Eisenlohr, Maria Cristina Rocha e Fernando Milton de Almeida.

significativa diminuição, da prática em plantão e do serviço que este prestava à comunidade, pois durante discussões de reforma curricular do curso agitava-se a pauta, com apoio parcial da equipe, de transformar as disciplinas obrigatórias oferecidas pelo SAP em disciplinas optativas. Tal mudança acarretaria, muito provavelmente, o desmantelamento de uma proposta que outrora fora contemplada como revolucionária, deixando rastros e marcas que já constituíam uma tradição na formação de profissionais de Psicologia e em serviço à comunidade.

Em paralelo à fundação do laboratório, preparava-se o segundo livro escrito pela equipe do SAP, desta vez, consistentemente acompanhada por escritos de alunos e ex-alunos, participantes dos projetos desenvolvidos em diferentes instituições da comunidade e dos cursos de especialização e aperfeiçoamento do serviço. Sob o título *Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa – Novos Desafios*, o livro foi publicado em 1999 e Henriette Morato, saudosa e carinhosamente, evoca por calorosas recordações a presença de Rachel Rosenberg já na apresentação. Em seguida, abre passo aos capítulos que apresentariam transformações no modo de dispor-se para atender à comunidade e o trânsito teórico que isto demandava.

Nos capítulos da primeira parte, notam-se o resgate da história do Aconselhamento Psicológico e os esforços por apresentar novas trajetórias de compreensão de teoria e prática, que passariam a acompanhar e questionar à Abordagem Centrada na Pessoa. Na interrogação de *passagem para a transdisciplinariedade*, lançada por Morato (1999, p. 85), a identidade de *lugar de fronteira* do SAP (p. 29, p. 86) ganha significação de trânsito quando experienciada como passagem do individual para o coletivo, transformando a prática de aconselhamento do psicólogo, ainda referida, na Abordagem Centrada na Pessoa. Porém, a autora sinaliza a possibilidade de:

> (...) entender o Aconselhamento Psicológico como um lugar específico do psicólogo, que mais indique a possibilidade de um campo teórico do que de uma teoria. (...) é o campo da prática que se pensa, constituindo-se, assim, em campo teórico, que pesquisa, buscando formas inovadoras e alternativas de atendimento à comunidade. Uma prática ético-política. (p. 86 e 87)

O conteúdo do livro, além de trazer o relato de experiência dos projetos em andamento no SAP, brinda o leitor com discussões teóricas bastante influenciadas por leituras e interpretações filosóficas sobre ciência, prática e técnica. Abre-se possibilidade de suficiente sustentação para inúmeras objeções à compreensão de homem do Aconselhamento Psicológico. No entanto, não impedem à organizadora e co-autores de retornarem a ele e a partir dele apontarem alguns direcionamentos.

O teor crítico de seu conteúdo revela-se, também, em capítulos que explicitam conflitos, e até possíveis incongruências, entre as considerações teóricas expostas e a prática como realizada no SAP, ou mesmo como realizada pelo idealizador da Abordagem Centrada na Pessoa. Assim, um capítulo dedicado a expor rigorosamente a conciliação inconciliável entre o positivismo lógico, arraigado em Rogers, e suas contribuições teóricas e tendência a adotar a abordagem fenomenológica existencial em sua atuação como terapeuta, é o escrito por Schmidt (1999, p. 107-115). Outro é o de Eisenlohr (1999), que relata período de crise na década de 90, quando o SAP se encontra, em sua tarefa clínica e didática, emaranhado em procedimentos que engessavam a prática, visando atender ambas as demandas: a da comunidade e a dos alunos em formação. Nas palavras da autora, "(...) *demo-nos conta de várias incongruências entre o que pensávamos ser um trabalho clínico em instituição, o que propúnhamos enquanto Plantão e o que de fato acabava acontecendo.*" (p. 138).

Contudo, em seu conteúdo nota-se a oscilação entre posicionamento crítico, frente ao pensamento que concebe a Psicologia como ciência nos moldes positivista, e a

tentativa bem estruturada de desconstrução do mesmo. O livro não marcava o início de movimento em direção à desconstrução da prática psicológica dentro do Aconselhamento e da ACP, mas, de certo, foi o momento em que se tornaram públicas as intenções, de parte da equipe, nesta direção.

3. LEFE: embarque a vários destinos

3.1 Companhia no caminho aos possíveis destinos

Em busca de elementos que oferecessem sustentação a seus propósitos de ampliação da clínica, o LEFE recorreu, principalmente, ao apoio e inspiração do pensamento fenomenológico existencial heideggeriano e à compreensão política de homem e mundo de Hannah Arendt. Nessa direção, tende, inevitavelmente, a questionar o Aconselhamento Psicológico inspirado na Abordagem Centrada na Pessoa para, cuidadosamente, aproximar-se da Psicossociologia clínica como outra possibilidade de pensar a prática psicológica em instituições.

- **Pensamento fenomenológico existencial**

O pensamento fenomenológico existencial, amplamente desenvolvido por Heidegger (1889-1976) principalmente em *Ser e Tempo* (1927), propõe uma compreensão de *ser* e *verdade* que confronta a ontologia fundamental, proposta em sua obra, à ontologia metafísica, gerada e reforçada pela ciência e tecnologia modernas. A aproximação dessas questões, tão caras à filosofia a partir da fenomenologia existencial, impõe questionar qual a perspectiva de qualquer forma de conhecimento, mesmo que esta se limite à simples ponderação de algum fenômeno.

Desta forma, a interpretação fenomenológica não pretende nada mais do que mostrar o que é óbvio: *uma* perspectiva é apenas uma perspectiva, a despeito do que a longa tradição metafísica insiste em validar (CRITELLI, 1996/2006). Ainda segundo essa autora,

> (...) enquanto a metafísica instaura a possibilidade de conhecimento sobre a segurança da *precisão metodológica do conceito*, a fenomenologia o instaura sobre a *angústia*. (...) Enquanto a metafísica fala de forma lógica do ser, a fenomenologia fala dos modos infindáveis de ser. (p. 15 e 16)

Embora à primeira vista não o pareça, a crítica heideggeriana não se restringe apenas a questões epistemológicas; ela estende-se ao questionamento do modelo civilizacional ocidental em que o homem moderno se debate com questões a respeito de sua existência no mundo e com outros. É precisamente neste ponto que o contato de profissionais da Psicologia com a filosofia de Heidegger revela-se relevante. Constitui-se um caminho de desconstrução dos pressupostos que deram origem a todas as ciências, inclusive à Psicologia e às correntes Humanistas: em consonância com o olhar metafísico, objetificam o ser humano pela via das teorias e técnicas, buscando mais adaptação do que investigação e compreensão do ser do homem. Assim, Heidegger (1977) afirma com incisiva e lúcida ironia:

> Porque a ciência, como teoria, é precisamente "teórica". Ela se abstém de elaborar o real. Ela se empenha em perceber o real tal como ele é. Ela não intervém no real para modificá-lo. A ciência pura, proclamam, é descompromissada.
> E, no entanto, a ciência moderna entendida como teoria no sentido de contemplar (Be-trachten) é uma elaboração do real, uma intervenção, inutilmente tranqüilizadora, no real. Justamente por esta elaboração, ela corresponde a um traço fundamental do próprio real. O real é a coisa presente que se coloca em evidência. Na época moderna, contudo, a coisa presente mostra-se de uma tal maneira que ela põe sua presença em posição na objetidade. A ciência coloca o real contra a parede. Ela o detém e o interpela para que ele se apresente sempre como um conjunto daquilo que opera e daquilo que é operado (als Gewirk), ou ainda, nas conseqüências ultravisadas de causas dadas. Assim, o real pode ser hoje perseguido e

> dominado de relance. A ciência certifica-se do real na sua objetidade. (Mimeo p. 10)

Já em 1947, Heidegger (1947/1995), em *Carta Sobre o Humanismo*, responde a algumas perguntas do também filósofo Jean Beaufret, propondo redimensionar o Humanismo e questionando-o em seus fundamentos:

> Todo humanismo ou se funda numa metafísica ou se converte a si mesmo em fundamento de uma metafísica. Toda determinação da Essência do homem, que já pressupõe, em si mesma, uma interpretação do ente sem investigar – quer o saiba quer não – a questão sobre a Verdade do Ser, é metafísica. Por isso a característica própria de toda metafísica – e precisamente no tocante ao modo em que e determina a Essência do homem – é ser "humanista". Em conseqüência, todo humanismo permanecerá sempre metafísico. Ao determinar a humanidade do homem, o humanismo não só não questiona a re-ferência do Ser à Essência do homem. Ele até impede tal questionamento uma vez que, devido à sua proveniência da metafísica, nem o conhece nem o entende. (1947/1995, p. 37)

Neste sentido, como dar continuidade à pesquisa e às intervenções com os posicionamentos teórico-práticos da Psicologia Humanista, herdados do SAP? Após, intensificar o contato com a filosofia fenomenológica existencial, inúmeros questionamentos apresentam-se ao referencial que norteia a prática psicológica do Aconselhamento Psicológico. No entanto, tem sido árduo o percurso que o LEFE pretende ao conduzir a uma re-significação, ou até mesmo a uma desfiliação, de uma abordagem que, durante anos, foi referência de atuação e que, apesar do reconhecimento de seus limites, ofereceu e ainda oferece amparo e pertencimento à prática específica do psicólogo.

Contudo, não se trata, de forma alguma, de uma substituição banal de um referencial por outro. Embora Boss relate, em prefácio à segunda edição dos *Seminários de Zollikon* em 1987, que Heidegger acalentava a expectativa que, ao colocar-se em contato com um médico, seu pensamento não ficaria restrito só a filósofos, beneficiando quem precisasse de ajuda (BOSS, 1987), uma transposição direta seria ligeira.

Estaríamos atropelando de forma violenta todos os princípios da filosofia fenomenológica existencial coisificando seu conteúdo e, ainda, cometendo um grave erro de forma leviana: a *filosofização* da psicologia ou a *psicologização* da filosofia, tornando meramente instrumental o diálogo possível e pertinente entre as disciplinas[14]. Certamente, o que se pretende com esse diálogo não é a *superação,* mas a *desconstrução* do que se apresenta, nas teorias e técnicas das Psicologias, como construções redutoras do ser do homem a simples relações de causalidade (LOPARIC, 1994, p. 23). Desta forma, o estudo e aprofundamento na filosofia fenomenológica existencial, ou analítica do *dasein,* aspiram à possibilidade de um trânsito desembaraçado do pensamento positivista, fortemente enraizado e por isso pouco percebido, a uma compreensão e análise que contemple o contínuo realizar-se do *ser-ai* no mundo. Ainda a este respeito:

> Não se trata, portanto, nem de adquirir um conhecimento sistemático a ser aplicado, nem de incrementar nossa capacidade de *reflexão*, **mas de enveredar por caminhos de pensamento** que nos podem, talvez, conduzir a novos ângulos e a novas possibilidades de experiência. Na verdade trata-se, sobretudo, de deixar-se conduzir por ela em diversas e nada previsíveis direções. Insisto na palavra **talvez**: há uma quota de incerteza em toda experiência (...) Não há nada de antemão assegurado. Creio que esta forma de encontro com o pensamento heideggeriano (...) é não só a mais prudente, como a que mais faz justiça ao que Heidegger tentava nos dizer. (FIGUEIREDO, 1994, p. 44, grifos do autor)

[14] Cabe aqui a alusão a um equívoco na nomeação do LEFE, haja vista a cautela necessária na compreensão da perspectiva fenomenológica existencial a fim de evitar a automática passagem à aplicabilidade da mesma a uma prática, qualquer que esta seja. Destaca-se aqui a necessidade da afirmação que nomeia o laboratório e a urgência que preside este processo que atualmente se encontra em andamento. O novo nome que está em avaliação pela equipe é: Laboratório de Estudos em Fenomenologia Existencial e Prática em Psicologia

- **Homem e mundo sob perspectiva política**

A propósito da ênfase na impossibilidade da certeza no campo da experiência humana apresentada na citação acima, faz-se pertinente a explicitação da influência do pensamento de Hannah Arendt (1906-1975). Permite interpelações na procura por sentido nas interrogações que emergem dos dilemas profissionais em campo e nas tentativas de teorização que o laboratório empreende a cada passo dado em direção à ação efetivada nos projetos na comunidade.

Filósofa, apesar de não gostar de ser reconhecida enquanto tal devido às críticas que faz ao retraimento dos filósofos à *vita contemplativa*, Arendt revela em sua obra a extrema preocupação em realizar reflexão teórica de problemas concretos do conturbado século em que lhe coube viver. Lafer (1981) cita a própria Arendt, em pósfacio à edição em português de *A Condição Humana* (1958/2007), ao referir-se à sua zelosa preocupação em não tornar sua produção pura erudição, mas algo vivido e pensado:

> A compreensão é criadora de sentido que, aponta Hannah Arendt, "se enraíza no próprio processo da vida na medida em que tentamos, através da compreensão, conciliar-nos com nossas ações e nossas paixões" (p. 347)

Esse posicionamento da autora confirma o que se torna evidente na leitura atenta, e reiterada, de seus escritos. O estilo de Arendt para escrever demanda, de reles leitores, um cuidadoso acompanhamento de suas idéias que, não poucas vezes, vão e vêm anunciando articulações entre passado e presente para lançar-se em possibilidades de compreensão do homem atual e os problemas que causa a si mesmo, ao outro e ao mundo.

Tachada de conservadora e pessimista, surpreende com inúmeras proposições audaciosas e originais, entre elas a apresentação da condição de *natalidade* como intimamente relacionada à capacidade de ação do ser humano. Contrapondo-a à

mortalidade do homem, também condição existencial, a natalidade está ligada às três atividades humanas: labor[15], trabalho[16] e ação. No entanto, a conotação política da ação a torna cenário de realização de novos começos, unicamente possíveis aos homens entre homens. Desta forma:

> (...) o novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir. Neste sentido de iniciativa, todas as atividades humanas possuem um elemento de ação e, portanto, de natalidade. Além disto, como a ação é a atividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade, pode constituir a categoria central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico. (ARENDT, 1958/2007, p. 17)

A ressalva de Arendt para referir-se à ação como a atividade *política por excelência* deve-se ao fato desta ser realizada entre homens e sem necessidade de mediação, como nos casos do labor de do trabalho. É dessa situação que emerge a pluralidade, também condição humana, que nos distingue dos outros seres vivos, até mesmo dos outros homens, por sermos todos homens no mundo e na Terra, porém um diferente do outro em nossa singularidade. Henriette Morato, em momentos de orientação e discussão, refere-se a esta compreensão dizendo que *somos todos sempre um mesmo outro* ou *um outro mesmo*, dependendo da perspectiva da qual se olha.

A capacidade do homem de expressar sua alteridade manifesta-se em sua singularidade, tanto para si quanto para outros, e só é possível por estar em meio a outros homens iguais e diferentes a ele. A condição simultânea de igualdade e diferença, a pluralidade humana, só toma corpo a partir das vidas singulares de homens. Assim,

---

[15] O labor corresponde à condição biológica da vida humana. Assim, é a atividade que promove a evolução e crescimento do corpo humano, assim como também participa de sua inevitável, decadência. O labor e sua produção também têm como finalidade a perpetuação da espécie e, nessa medida, nos aproxima, mais uma vez, de qualquer ser vivo não humano.

[16] A mundanidade é a condição humana do trabalho. As coisas do mundo têm caráter artificial e transcendem à existência de um homem. Assim, o ser humano trabalha e constrói mundo e o habita condicionado pelas coisas que nele produz – artefatos, utensílios ou obras – deixando-as para proveito dos que depois dele virão.

não há motivação externa para o homem de ação; não é em função de necessidades ou de utilidades que este é movido a agir. É através da ação que o homem faz seu ingresso no mundo humano e, à maneira de um segundo nascimento (p. 189), dá início a seu percurso que, sem dúvida, será único e nunca antes visto. Arendt explana:

> Este cunho de surpreendente imprevisibilidade é inerente a todo início e a toda origem. (...) O novo sempre acontece à revelia da esmagadora força das leis estatísticas e de sua probabilidade que, para fins práticos e cotidianos, equivale à certeza; assim, o novo sempre surge sob o disfarce do milagre. O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. (1958/2007, p. 191)

Ainda na filosofia arendtiana, a ação e a palavra humanas complementam-se, pois sem a palavra falada a ação fica sem agente reconhecido. Este reconhecimento acontece ao momento em que o homem que agiu se identifica como iniciador e origem do que se fez e do que se pretende fazer. A iniciativa apresenta-se na palavra e pode-se afirmar que esta, por sua vez, oficializa o nascedouro da ação: identifica o agente. Todavia, é a atribuição de dignidade humana à ação do agente a função mais importante da companhia da palavra ao feito por alguém realizado. O efeito revelador da ação e da palavra humanas é radicalmente iniludível. Somente em total mutismo e inércia, e aqui se refere a uma situação de renúncia a viver a vida como um ser humano, seria possível a alguém se furtar à exposição própria do agir e falar entre homens e em público. (ARENDT, 1958/2007, p. 192, 195)

A iniciativa, incomparável aparição de alguém, compõe a ação humana junto com a palavra, pois ambas atestam a singularidade e a irreprodutibilidade do agente iniciador, ao passo que convocam outros iniciadores à discussão em esfera coletiva. É assim que uma iniciativa pode alcançar o estatuto de poder, enquanto possibilidade de alcance político, enquanto interesse comum e, portanto, público. É a palavra que

respeita a diferença, mas que, ao mesmo tempo, promove consensos que Arendt celebra como grande virtude da política.

Uma das definições atribuídas a *consenso* é: "*uma das maneiras de se deliberar em assembléias, conselhos, que ocorre quando não há objeções ou argumentos contrários ao que se está propondo*"[17]. No entanto, há um segundo apontamento que, embora não explicitamente, alude à possibilidade de encontro de opiniões ou perspectivas distintas e discordantes. *Bom senso* ou *senso comum* aproxima-se mais do que Arendt trata como aquilo que é comum a todos. Um *senso comum* de mundo possível de ser construído em conversas entre homens. O *consenso* seria a possibilidade de acessar o mundo, que não é o meu e que não é o do outro, mas que se dispõe para o *nós* no diálogo com outros, no estar junto. Impossível de ser acessado em isolamento ou na individualidade, apresenta-se como possibilidade de ver mais, de ver além, só sendo possível no contato com os outros.

Ao problematizar questões como autoridade, tempo, esfera social, público, privado e outras, Hannah Arendt (1972/2007) propõe tentativa de compreensão da crise educacional como resultado do impacto do modo de vida da modernidade e seu conseqüente estado de crise. Assim, face à *ilusão emergente do pathos do novo*, haveria uma condição necessária para receber os recém chegados e educá-los para a ação: um compartilhamento mínimo de "regras básicas", que permitam o responsabilizar-se pelo mundo comum a todos. Arendt diz:

> Sempre que, em questões políticas, o são juízo humano fracassa ou renuncia à tentativa de fornecer respostas, nos deparamos com uma crise; pois essa espécie de juízo é, na realidade, aquele senso comum em virtude do qual nós e nossos cinco sentidos individuais estão adaptados a um único mundo comum a todos nós, e com a ajuda do qual nele nos movemos. O desaparecimento do senso comum nos dias atuais é o sinal mais seguro da crise atual. Em toda crise, é destruída uma parte do

[17] Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (http://houaiss.uol.com.br, consultado em fevereiro/2008)

> mundo, alguma coisa comum a todos nós. A falência do bom senso aponta, como uma vara mágica, o lugar em que ocorreu este desmoronamento. (1972/2007, p. 227)

Ainda, Lafer (1981), ao se referir ao espaço público que a palavra e a ação humanas demandam para o exercício da liberdade, brinda com as seguintes colocações sobre o pensamento da autora:

> Este espaço é fundamental porque existem no mundo muitos e decisivos assuntos que requerem uma escolha que não pode encontrar o seu fundamento no campo da certeza. O debate público existe, afirma Hannah Arendt, para lidar com aquelas coisas de interesse coletivo que não são suscetíveis de serem regidas pelos rigores da cognição e que não se subordinam, por isso mesmo, ao despotismo do caminho de mão única de uma só verdade. (...) Daí a importância do *nós* do agir em conjunto, que se dá entre os homens e do qual nasce o poder, entendido como um recurso gerado pela capacidade dos membros de uma comunidade política de concordarem com um curso comum de ação. (p. 350-351)

O autor citado ressalta a relevância da publicação de *A condição Humana* no Brasil em 1981, fazendo alusão à conjuntura do país na época em que vivia ainda o regime ditatorial. Não obstante o regime democrático esteja, atualmente, em plena vigência, constatam-se, no dia-a-dia, situações que o revelam descaradamente antidemocrático, expondo grande parte da população a viver circunstâncias de exceção e suspensão de direitos. Esta a justificativa de recorrermos ao pensamento arendtiano para nortear possibilidades de reflexão e ação na realidade brasileira atual, que se revela cenário propício de ampla exclusão política operada pelas já conhecidas vias marginalizadas de inclusão.

- **Psicossociologia: outra possibilidade**

Como companhia para o percurso desalojador do encontro da comunidade com uma clínica psicológica mais democrática e solidária, estudos e intervenções de autores

da Psicossociologia[18] mostraram-se pertinentes. A especificidade desta "transdisciplina", como apresentada por Mata Machado et.al. (2001) frente à Psicologia Social, é a delimitação de seu campo: grupos, organizações e comunidades. A intervenção psicossociológica propõe debruçar-se sobre os *conjuntos concretos,* como são considerados os universos mencionados, e as relações dos sujeitos e grupos ou comunidades que os constituem e que, simultaneamente, são por eles constituídos.

Cabe aqui retomar a consideração acima exposta a respeito da cautela quanto à possibilidade de diálogo entre Psicologia e Filosofia. Precisamente por não se pretender "adotar" a Fenomenologia Existencial como teoria em Psicologia partindo para uma transposição de orientações e, todavia, considerando os questionamentos que o pensamento heideggeriano pode estender à Abordagem Centrada na Pessoa e ao Aconselhamento Psicológico enquanto humanismos em Psicologia, opta-se pela Psicossociologia como área de trânsito para a compreensão de fenômenos que dizem da condição humana na dimensão social.

Pertinente ainda destacar a percepção de que as críticas ao pensamento científico positivista, que atingem o Aconselhamento Psicológico, poderiam também acertar os pressupostos que fundam a Psicossociologia. No entanto, existem pontos de interseção e de aproximação no modo de disposição frente ao fenômeno a ser contemplado e compreendido em campo que viabilizam o acompanhar-se de ambas as disciplinas. Isto é, apesar das incompatibilidades que poderiam ser criticamente apontadas recorre-se às possibilidades de complementação que abrem a reflexão em campo – na hora de agir e intervir – e em momentos de recolhimento e pausa para teorização. Inclusive porque a intervenção psicossociológica auxilia com subsídios teóricos e metodológicos de

[18] Principalmente os franceses: André Levy, Eugene Enriquez, Robert Sévigny; e entre os brasileiros: José Newton G. de Araújo, Marília Mata Machado, Teresa Cristina Carreteiro, Sonia Roedel.

intervenção clínica em Psicologia que a Fenomenologia Existencial nunca pretendeu oferecer.

O caráter singular de pedidos que o LEFE recebe e alguns tropeços nas tentativas de atendê-los mostraram, na prática, a necessidade de re-inventar formas de aproximação das solicitações e de quem as apresentava. Surgem dos esforços de profissionais e estagiários envolvidos nos projetos possibilidades de articulação entre clínica, investigação e intervenção, atentando simultaneamente aos pilares da universidade: ensino, pesquisa e extensão. O interesse manifesto em situações concretas, que caracteriza a intervenção psicossociológica e as contribuições trazidas por alguns de seus representantes, orienta o LEFE na escuta e no olhar que dedica a determinadas instituições de onde se originam pedidos de cuidado psicológico e para as quais se destinam os esforços interventivos dos projetos.

A experiência, para alguns cotidiana, de violência e desamparo em que se torna sensível e perceptível, a olho nu, a fragilidade própria do ser humano, denunciam o modo de organização da vida contemporânea que incentiva a presença cada vez mais individualista dos homens no mundo, favorecendo a tendência constante de banalização do sofrimento humano, e por vezes, da própria vida humana. De acordo com Enriquez (2001, p. 34), "o indivíduo *individualizado*" tão presente na sociedade atual "*só saber repetir, reproduzir, recriar o funcionamento social tal como ele é"*, perpetuando modos exclusores de relação entre homens reforçados pela organização social que impera na atualidade. À contramão encontra-se

> (...) o sujeito humano que é aquele que tenta sair tanto da clausura social quanto da clausura psíquica (...) aceitando as determinações que o fizeram tal como é, tem como projeto voluntário, nos lugares da vida cotidiana, em sua vida de trabalho, em suas relações sociais de todos os dias, tentar introduzir uma mudança em si mesmo e nos outros, por mínima que seja, a respeito de qualquer problema. (p. 34)

O aparecimento constante de sujeitos manifestando sofrimento pode ser compreendido como uma forma de questionamento à estagnação imposta pelo estabelecido em âmbitos institucionais, refletindo a organização social atual que restringe o homem contemporâneo a indivíduo que, para "melhor adaptar-se", opta por calar aquilo que o toca e inquieta no contexto de seu existir-em-situação (MOSQUEIRA et. al. 2007). Desta forma, é próprio dos indivíduos privilegiarem a excelência e a eficácia ao considerar, impassíveis, problemas ou conflitos entre homens, reduzindo possibilidades de reflexão acerca do agir social. Reiteram-se, assim, perversos modos de relação entre grupos sociais, escondendo-se, na aparente igualdade, aos membros do grupo ao qual pensam genuinamente pertencer. Assim, enrijecem relações com os que lhes parecem diferentes, passando, por vezes e não poucas, a tentativas de eliminação concreta dos que consideram desviantes e estrangeiros (ENRIQUEZ, 2001).

A implícita perversidade dessas relações estaria na violência contra o sujeito, pois se torna uma constante a redução de espaços para reflexão dos diferentes modos de subjetivação do homem, favorecendo condutas preconceituosas e discriminatórias. Importante registrar que compreendo que todos, sem exceção, estejamos sempre num jogo oscilante entre os lugares de sujeitos e indivíduos que, de forma avassaladora, se sucedem no intenso e fluido ritmo do nosso mundo moderno.

Neste contexto, a proposta de *análise social* empreendida pela Psicossociologia afirma que:

> Teoria e prática se confundem nessa tarefa, pois a teorização é fruto da reflexão que, a partir de eventos da vida cotidiana e de intervenções psicossociológicas, torna visível a presença do sujeito social. (MACHADO E ROEDEL, 2001, p. 10)

Assim, essa perspectiva de prática vem abrindo possibilidades para um posicionamento científico em Psicologia que rompe com os princípios do positivismo moderno por implicar-se nos processos de mudança buscados via pesquisa e intervenção

(LEVY, 2001). Percebendo a necessidade de estar atenta, sofrer e transformar-se, acompanha as mudanças sociais e, desta forma, cria métodos que lhe permitem a busca pelo bem-estar daqueles que a demandam. No campo de atuação da Psicossociologia, o cliente é um sujeito social, histórico e cultural; desse modo, é a complexidade e a multireferência que vigoram, podendo oferecer uma compreensão de homem não mais fragmentada, mas real e solidária (VIEIRA FILHO, 1997).

Sévigny (2001), tratando da abordagem clínica em ciências humanas, resgata o sentido etimológico da palavra *clínica*, apresentando-o como *"observar diretamente, junto ao leito do paciente"* (p. 15). Embora seja, geralmente, diretamente relacionado a práticas direcionadas a casos individuais, o autor aponta com ênfase que problemas ou conflitos a serem cuidados não recaem unicamente sobre os indivíduos, mas também sobre os grupos em que eles transitam.

A forma de aproximação de situações sociais particulares em que os sujeitos sociais podem manifestar sofrimento é a *abordagem clínica* que, segundo Lévy (2001, p. 20), *"é, principalmente a abordagem de um sujeito, ou de um conjunto de sujeitos reunidos em um grupo ou uma organização, às voltas com um sofrimento que os toca por inteiro"*. Ainda de acordo com o autor, o lugar do trabalho clínico sempre corresponde a uma situação concreta vivida em tempo e espaço próprios, configurando-se enquanto tal por responder a uma demanda. A existência de expectativas em relação à presença do clínico em campo é o que viabiliza a abordagem e compreensão da demanda, para através dela cuidar dos sujeitos demandantes.

A *démarche* clínica, compreendida por Lévy (2001) como o encaminhamento de ações que se propõem como intervenção numa situação de crise, configura o posicionamento clínico que, constituindo o modo de ser do profissional da saúde, como é o caso da Psicologia, visa atender às demandas que se apresentam emergentes. Trata-

se de intervir em grupos, organizações e comunidades, em que os sujeitos que os constituem atravessam uma crise de sentido. Nesta perspectiva, a intervenção psicossociológica percorre a clínica *do* sentido[19] por dirigir seus esforços não à construção ou restauração ou, ainda, ao re-estabelecimento *do* sentido. A clínica social, nos termos usados pelo autor, situa-se sob o signo da poesia por ser esta arte o modo de fazer surgir da linguagem o poder criador, por vezes, inesperado. Assim, o sentido que falta aos sujeitos em seus grupos emerge e desabrocha na elaboração da experiência vivida e contêm nele duas dimensões: a de projeto e a de significação. É no trânsito entre o passado, já vivido, e o presente, que o evoca vividamente trazendo consigo uma tensão própria da re-apresentação do sentido, que se torna possível propiciar não uma resposta, mas uma nova interrogação quanto ao prosseguimento da existência com outros.

3.2 Comunidade: destino político inevitável

Cabe aqui salientar que no decorrer da história do LEFE foram se transformando as formas de ouvir e atender os diferentes pedidos que chegavam, oriundos de diferentes grupos e instituições. Atualmente, sob as influências acima mencionadas, e após incontáveis momentos de crises de sentido, a equipe do LEFE propõe-se a atender a sujeitos e instituições dispondo-se a ouvir, contextualizar e compreender as diferentes solicitações, não sem antes debruçar-se sobre o sentido que cada pedido, cada queixa e cada demanda exprimem.

No decorrer do trabalho do LEFE com a comunidade – que em 2008 já traça uma longa história cheia de histórias – construiu-se um modo de disposição dos profissionais que o constituem denominado de **atitude clínica**. É essa disposição que

[19] Grifo de Lévy, 2001, p. 24-27.

nos permite identificar o pedido como aquele formalmente expresso por quem, de alguma maneira, representa a instituição solicitante e a queixa como aquela que os próprios sujeitos pacientes expressam no momento de contato com o clínico na instituição, portanto, no campo. Já a demanda é aquela que, a partir da expressão dos pacientes, se distingue e se constrói junto a eles, por estar dirigida ao modo como será cuidada tanto pelo clínico como por eles próprios.

Percebe-se que esta forma de aproximação contribui para a autenticação de formas de atenção e cuidado na prática psicológica, configurando-se como **ação clínica** (BARRETO, 2006) eticamente comprometida com os pacientes e os modos de estar-no-mundo-com-outros.

O LEFE, sob coordenação ininterrupta de Henriette Morato, inicia seus trabalhos na comunidade em 1999 atendendo a um pedido oriundo da então Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor, recentemente renomeada de Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente (Fundação CASA) Na época não poderiam ser previstos os desdobramentos que este projeto propiciaria não só naquela instituição como em outras na área da Saúde, Educação, Segurança Pública e Assistência Jurídica.

Atualmente, está em andamento um projeto que poderíamos chamar de *guarda-chuva*: **Atenção Psicológica em Instituições**, atrelado a grupos de pesquisa do CNPq[20] e da ANPEPP[21]. Assim, o LEFE oferece atenção psicológica à comunidade, usuários e funcionários de instituições públicas, no cotidiano do trabalho e/ou em situações de

[20] Grupo de Pesquisa da Aprendizagem Significativa na formação de profissionais de Saúde e Educação. Líder do Grupo: Henriette Morato.
[21] Grupo de Trabalho e Pesquisa: Práticas Psicológicas em Instituição: Atenção, desconstrução e invenção. Coordenação: Ângela Nobre de Andrade.

crise e desamparo frente à violência social urbana. A prática clínica é realizada nas seguintes modalidades de atenção[22]:

- Acompanhamento Psicológico para adolescentes internos da Unidade de Internação Pirituba do Complexo Raposo Tavares da Fundação CASA de São Paulo.
- Plantão Psicológico para adolescentes internos e funcionários da Unidade de Internação 22 do Complexo Raposo Tavares da Fundação CASA de São Paulo (apoio COSEAS[23]).
- Plantão Psicológico para policias da 3ª Cia. do 16º Batalhão da Polícia Militar do Estado de São Paulo (apoio COSEAS).
- Plantão Psicológico no 51º Distrito Policial da Zona Oeste da Cidade de São Paulo para comunidade que procura o plantão policial e para policiais civis (apoio PRCEU[24]).
- Plantão Psicológico no Departamento Jurídico XI de Agosto, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, para a população atendida por esse serviço e Supervisão de Apoio Psicológico aos estagiários de Direito (apoio COSEAS).
- Plantão Psicológico para usuários e funcionários (dos diferentes níveis) do Hospital Universitário da USP.
- Plantão Psicológico a funcionários da Casa de Saúde Nossa de Fátima.
- Oficinas de Recursos Expressivos como atenção psicológica para mutirantes da **HABITAT** – Organização não Governamental beneficiada pela CDHU do Governo do Estado de São Paulo (apoio COSEAS).

---

22 Pretende-se proximamente historiar cronologicamente os diferentes trabalhos desenvolvidos na fundação CASA no intuito de melhor situar o projeto de intervenção que deu origem ao presente trabalho.
23 Coordenadoria de assistência social da USP oferece bolsas trabalho para alunos de graduação.
24 Pró-reitoria de Cultura e Extensão oferece bolsas para alunos de graduação e pós-graduação.

- Oficinas lúdicas/vivência de *clown*, como via de formação para estagiários dos projetos de extensão com artistas da Companhia Dom Quixote.
- Supervisão de Apoio Psicológico para artistas da Companhia Dom Quixote que realizam intervenção junto a pacientes da Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima.
- Atendimento em Plantão Psicológico no LEFE, em forma de residência, às 3as. Feiras das 17 às 19:30 horas, para a comunidade da zona oeste da Grande São Paulo.
- Grupo de troca de experiências para a terceira idade às 3as. Feiras das 16 às 17:30 horas.
- Supervisão de Apoio Psicológico a estagiários de Psicologia no Projeto Esporte-Talento do CEPEUSP.

Longa lista, porém forma extremamente limitada de apresentar o que dá contornos e consistência de concretude ao que atualmente, no LEFE, se denomina de **atenção psicológica**. Na tentativa de melhor comunicar o sentido deste modo de abertura apresento algumas considerações que, no decorrer deste trabalho, serão ampliadas por meio do diálogo da experiência narrada com conhecimento teórico da Psicologia e outras áreas, como acima anunciado, sempre no afã de oferecer ao leitor uma paisagem contextualizada dos fenômenos contemplados.

Aun (2005) aproxima *atenção*, via resgate etimológico do termo, à *clínica* apresentando a vinculação de um termo, aparentemente vago ou generalista ao fazer clínico investigativo do psicólogo. Poderia, no entanto, acrescentar a esta articulação algumas considerações que ampliam a compreensão da vinculação estreita entre atenção

e a atitude clínica, modo de estar junto aos pacientes em campo, como possibilidade de ação clínica.

Percebo, no LEFE, que a aproximação cautelosa que se dirige aos sujeitos sociais nas instituições solicitantes carrega em seu andar um ritmo pausado adquirido após inúmeros tropeços que, ferindo nas quedas, deixaram cicatrizes que marcam o corpo e se oferecem como alerta aos passos que se desenham à frente. Somente como alerta, sem pretensão de sanar o caminho a ser percorrido de outros enganos que outras quedas e feridas propiciarão.

Bosi (2003, p. 210) cita Simone Weil:

> "O método para compreender os fenômenos seria: não tentar interpretá-los, mas olhá-los até que jorre a luz. Em geral, método de exercer a inteligência que consiste em olhar [...]. A condição é que a atenção seja um olhar e não um apego". (WEIL, 1979, p. 388)

De acordo com Ecléa Bosi, o sentido de atenção apontado por Weil diz e anuncia *"uma percepção nova*" por trazer em si liberdade para o que se pretende contemplar. Desta forma, ao estar atento a algo ou a alguém se faz presente um trânsito entre o nosso ser e a entrega "*através do olhar e da escuta ao que é secreto, silencioso, quase invisível*" (p. 211) no outro. Trata-se, de fato, de uma pausa diante do que se nos apresenta como via compreensão e não de apreensão do outro. Bosi, inspirada por Simone Weil afirma: "*A atenção tem dedos leves, escapa da lei da gravidade, é o contrário da certeza e da posse*".

O projeto de **atenção psicológica** em andamento em diferentes instituições revela-se em constante construção e desconstrução, guiadas sempre por esforços de manter-se instituinte entre o que se apresenta como instituído. O olhar e a escuta atentas, implícitas na **atitude clínica**, clamam junto aos sujeitos atendidos intervenções que, se possível, surjam de um recuo com vistas a um agir comprometido com o ser homem no mundo com outros.

Antes de finalizar convido o leitor a retomar o subtítulo que anuncia esta seção. **Comunidade: destino político inevitável** pretendia apresentar os projetos inspirados em pedidos, queixas e demandas oferecidos e dedicados à comunidade pelo LEFE. No entanto, no decorrer da construção da escrita surge um aceno impossível de desconsiderar. Sem a pretensão heróica de promover a transformação do que há de mal e/ou de errado, por justamente resistir a um olhar maniqueísta de mundo, o LEFE enquanto grupo persegue com perseverança um agir em conjunto que busca resistir ao autoritarismo dos diversos instituídos – na Psicologia e na Fundação CASA e/ou outras instituições – por meio de **ação clínica** que se arrisca a cuidar da exposição da fragilidade humana.

> Para sair da crise, só com uma ação conjunta, mas como engendrá-la?
> A crise avançando demonstra para o indivíduo que o seu destino é um destino político. O que há de mais íntimo na vida de cada homem só pode encontrar resposta na estrutura social. (Bosi, 2003, p. 179)

Morato (1989, 1999) referia-se ao SAP como *comunidade de destino*[25] por constituir-se o grupo que lhe dava pertencimento e com ele compartilhar "*idéias, palavras e ações"* (1999, p. 62). Atualmente, a iniciativa conjunta em constante realizar-se nos projetos de **atenção psicológica** constitui o LEFE, também, como uma *comunidade de destino*. Por existir o empenho partilhado de tornar real o compromisso social da Psicologia com quem dela precisa, mas que a ela não acede, embora seja direito; por aceitar o desafio de compartilhar opiniões e revisitá-las para delas discordar; por esforçar-se, constantemente, para ouvir os outros tanto em campo como em "casa"; por ter a formação, de si e de outros, como tarefa do existir; e, principalmente, por propiciar o que Ecléa Bosi aponta como fundamento deste fenômeno:

---

[25] Expressão criada por Ecléa Bosi em seu trabalho Memória e Sociedade – lembranças de velhos em 1979.

> (...) É preciso que se forme uma *comunidade de destino* para que se alcance a compreensão plena de uma dada condição humana. *Comunidade de destino*, já exclui, pela sua própria enunciação, as visitas ocasionais ou estágios temporários no *lócus* da pesquisa. Significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados. (1994, p. 38)

Assim, como integrante do laboratório fui marcada de maneira irreversível por um modo de compreensão de homem, de mundo e do lugar que posso ocupar enquanto profissional na comunidade; ao passo que o contato duradouro não se restringe a esta pesquisa. Estabelecido com os sujeitos sociais, que constituem a instituição em que o projeto Acompanhamento Psicológico ocorre, configura uma viagem sem retorno por ser sempre fonte de troca, diálogo e aprendizagem que em muito excede o âmbito profissional. É neste cenário que se entrelaçam atividades de clínica e de pesquisa; aliás, foi deste entrelaçamento que nasceu esta dissertação de mestrado. Por esta última engendrar-se em intervenções na comunidade, neste caso na Fundação CASA, acaba por fazer germinar elos com outras *comunidades de destino* que irremediavelmente passam a fazer parte da vida do clínico e pesquisador.

Neste sentido, uma "*comunidade de destino designa especialmente uma comunidade política*". Esta só se apresenta por meio do movimento de seus membros em direção a assumir "*um destino comum não como quem assume uma fatalidade, mas como quem assume rumo e ação"* (GONÇALVES FILHO, 2003, p. 197-198).

III – NA TRILHA DA ATENÇÃO PSICOLÓGICA: UM PLANTÃO

Tenho um arrepio de medo. Ainda bem que o que eu vou escrever já deve estar na certa de algum modo escrito em mim. Tenho é que me copiar com uma delicadeza de borboleta branca (CLARICE LISPECTOR, 1977/1999, p. 20)

1. Plantão Psicológico a partir de um diário de bordo[26]

Era terça-feira por volta das cinco horas da tarde, horário de partir em direção à Febem. Aproximava-se o horário do plantão na unidade de internação. Era a segunda semana que a equipe ia para o pátio. Mas era a primeira que eu ia. Estava tranqüila e, ao mesmo tempo, inquieta. É possível? Consegui o que muito queria: fazer parte do grupo de plantonistas que iam para a Febem.

Não recebi muitas recomendações ou orientações quanto ao quê fazer lá. Às descrições físicas do lugar, que ouvira dos meus companheiros, somou-se a intrigante sugestão/insinuação de nossa supervisora: "*Não vai querer dar uma de psicóloga lá, hein*!"

Durante o caminho da USP até o complexo, essa frase ecoou insistentemente em mim. O que significava "*dar uma de psicóloga*"? Embora ainda em formação, integrava aquela equipe como estagiária de Psicologia. Ou não? Então, o que deveria fazer lá? Como seria dar plantão dentro de uma unidade de internação? E, onde ficaríamos de plantão para jovens e funcionários? No pátio. Mas, onde no pátio? E eles procurariam atendimento? Se procurassem, seria possível atender no meio do pátio da unidade?

---

[26] Registro inspirado nos diários de campo do modo de investigar em Antropologia, inaugurada por Malinowski (1922) em pesquisa etnográfica nas ilhas da Nova Guiné. Os *diários de bordo* são registros da experiência vivida em campo que não se restringem a uma mera descrição de fatos acontecidos durante a situação de pesquisa e/ou intervenção; estão presentes na narrativa do pesquisador as sensações, os sentimentos e questionamentos que emergem do contato com a realidade que se observa e da qual se participa via intervenção. Não obstante as críticas dirigidas a Malinowski, após póstuma publicação de *Um Diário no Sentido Estrito do Termo* (1967/1997), pode-se afirmar que o teor dos diários do antropólogo, quando tornados públicos, só vieram reforçar o caráter incontornável da impossibilidade de neutralidade em pesquisa. Neste sentido, os *diários de bordo* são registros que visam colocar em evidência a relação que se estabelece entre os sujeitos, no presente estudo, o clínico e os atores sociais da instituição, na realidade-campo que se apresenta amalgamada com sentimentos, convicções e preconceitos de quem se aventura em pesquisa intervenção, tal qual viagem de longa duração. Aun (2005) utiliza-se de diários de bordo de clínicos em Plantão Psicológico para elaboração de dissertação de mestrado.

Essas e outras perguntas foram respondidas pelos meus colegas, especialmente, as que questionavam sobre os espaços físicos aos que teríamos acesso. Foi feito até um mapa da unidade que muito bem refletia a distribuição dos ambientes do local. Interessante notar que a maioria das perguntas no caminho de ida referia-se ao lugar, físico, onde ficaríamos para dar plantão. De fato, o assunto não interessava só a mim; apesar do restante do grupo haver conhecido a unidade na semana anterior, também pareciam estar ainda se situando na unidade. O mapa foi bom para todos.

Chegamos à entrada do complexo[27]. Primeiro portão, uma guarita e alguns vigilantes. Revista geral no carro, no porta-malas, no porta luvas, nas bolsas, e, finalmente, em cada um de nós. Com autorização de ingresso por escrito pelas direções da unidade e do complexo, todos os documentos foram verificados e anotados para o controle de entrada e saída da instituição. Já a caminho da unidade percebemos que as áreas externas a ela estavam em reforma e o material de construção espalhado pelas vias de circulação de carros. Naquele momento, o complexo era formado por três unidades[28] e nosso destino era a unidade que mais havia enfrentado problemas na organização da rotina junto a jovens e funcionários.

Ao chegar à porta da unidade: o segundo portão, outra guarita, dois ou três vigias e um cachorro, um Rottweiler. Mais uma revista. Todos aqueles procedimentos de segurança foram complementados, dentro da unidade, por recomendações de integrantes da equipe técnica[29] e de alguns funcionários[30] que nos receberam antes de entrarmos no pátio. As recomendações sempre eram seguidas da justificativa de estarem pensando em nossa segurança e diziam de orientações de como conversar, onde ficar, como sentar, sobre horários e atividades da rotina da casa[31] e outras.

---

[27] É assim denominado o conjunto de unidades abrigadas em um só local. Exemplo: Complexo Tatuapé e Complexo Vila Maria, ambos em vias de desativação desde 2007.

[28] Atualmente abriga cinco unidades. As duas últimas foram construídas às pressas e inauguradas em fevereiro de 2004 para receber os jovens que estavam provisoriamente alojados, desde 2003, em instalações esportivas não pertinentes ao abrigo de jovens internos.

[29] Assistentes sociais e psicólogos da Fundação, que atendem os adolescentes e suas famílias durante o período de internação. São estes profissionais que elaboram os relatórios às instâncias judiciárias, informativos a cada três meses ou conclusivos quando solicitam a progressão de medida sócio-educativa (de internação para semi-liberdade ou para liberdade assistida).

[30] Mais conhecidos, à época, como "monitores da Febem", são responsáveis pela segurança de todos na unidade, atuando diretamente no pátio e dormitórios.

[31] Aconteciam duas atividades durante nossa permanência na unidade. A "formação" que, aparentemente, tinha a finalidade de contar os internos e organizá-los para se encaminharem para a segunda atividade programada: o jantar. Os jovens eram chamados para o centro do pátio, onde se acomodavam em fileiras um atrás do outro, às vezes em pé, às vezes sentados no chão. Finalizada a "formação" que, dependendo do dia e do clima da unidade, demorava para acontecer, os funcionários faziam uma espécie de chamada para verificar se estavam todos no pátio.

Confesso que comecei a ficar assustada. Embora já tivesse sido informada de que se tratava de jovens primários com delitos graves, não imaginava que o controle e vigilância fossem tão constantes e que estes incidissem, também, sobre os que entravam e saiam da instituição, como por exemplo, os próprios trabalhadores. Parece algo óbvio que assim fosse, porém não havia me dado conta que os funcionários também estavam submetidos à "invasão" dos procedimentos de segurança que zelavam pela paz da instituição.

As recomendações dadas pelos funcionários seguiam também a lógica do controle, já que suas funções os convocavam a reproduzi-la, entretanto as comunicavam também com "traços de conselhos". A sugestão de ficarmos em lugares onde eles pudessem nos ver, para além da obrigação de saberem o que se passava dentro do pátio, era uma forma de nos disponibilizar atenção caso esta fosse necessária. Os conselhos sobre os diferentes aspectos e modos de estar no pátio partiam da própria experiência, comunicando, sem ser essa a intenção, o medo decorrente da sensação de insegurança, constantemente sentida em situações de ameaça ou risco, vivida no cotidiano da instituição. A mensagem de que poderíamos contar com eles estava clara. Mas a oferta de apóio vinha de funcionários a quem comumente era associada a prática de tortura e maus tratos dos jovens internos! Sabíamos que a proposta de Plantão Psicológico seria oferecida para jovens e funcionários, mas era difícil vivenciar e compreender as sensações que provocava a proximidade destas personagens que, até então, eram protagonistas de uma trama bastante dramática, porém longínqua.

A forte impressão de que ouvir e compreender cada sujeito ali presente implicaria em tomar partido, por um ou por outro, gerava uma pressão constante em mim, que só não era maior porque, inicialmente, a equipe separou-se para alguns atenderem somente funcionários e outros só adolescentes. Eu atenderia os segundos[32].

Naquele momento, não conseguia distinguir que aquele profundo mal-estar era também reforçado, ou até mesmo provocado, pelo fato de quase tudo organizar-se dicotomicamente dentro do pátio. Assim, quando *a casa*

---

[32] Esta separação da equipe de plantonistas rapidamente revelou-se inconsistente. Primeiro, porque no momento em que adolescentes e funcionários nos procuravam, não faziam nenhuma distinção entre um ou outro plantonista e, segundo, porque esta constatação nos mostrou que a divisão dos lados, funcionários e adolescentes, não precisava, nem deveria ser adotada pela equipe plantonista. Ao contrário, a longa experiência junto a essa população nos mostrou a importância de estar sempre atentos aos modos como a cultura instituída "se apossa" não só de quem é recém chegado, mas de todos que participam da instituição. Assim, "a cultura" de separação havia sido respeitada por nós inicialmente. Porém, com o tempo, demo-nos conta de que a nós, enquanto clínicos, caberia perceber esses movimentos e, na medida do possível, questioná-los (AUN, 2005).

estava na mão dos meninos[33] tudo parecia favorecer aos jovens, ou ao contrário, quando, então, *a casa estava na mão dos funcionários*[34]. De tal modo, quando algo era bom para uns poderia não ser para os outros e vice-versa. Era um terreno escorregadio em que transitávamos na Fundação.

Mais uma vez, um grande portão, esse era de ferro, alto e com uma pequena porta que dava acesso à quadra, às salas de aula e ao pátio: nosso destino na unidade. Parecia que nunca chegaríamos quando uma última porta se abriu e entramos ao que por muito tempo chamamos de "gaiola". Era um ambiente cercado por grades que separava o pátio, onde estavam os jovens internos, da sala da coordenação e do banheiro dos funcionários. Antes de abrirem a grade para entrarmos, permanecemos ainda naquele lugar por alguns minutos, pois o coordenador de turno saiu de sua sala para nos receber. Foram poucos, porém longos minutos.

As grades, ao nosso redor, se encheram de meninos olhando para nós e gritando os nomes dos integrantes do grupo e algumas palavras de saudação e cumprimentos. Alguns, num tom mais provocador, gritavam: *"Vai entrar não, senhora?!"*

Finalmente, entramos! Estava tensa e desnorteada. Poderia dizer que estava formado um pequeno tumulto com a nossa chegada. Os jovens pareciam agitados e ansiosos, ao mesmo tempo em que pareciam se divertir com a presença de um grupo de estagiários de psicologia, em sua maioria mulheres, injetando um ar de visita e novidade na rotina da casa.

Ainda a poucos passos da porta, instantes depois de entrar, lembrei que daquele grupo que chegava eu era a única que não estivera na semana anterior. Portanto, era o único rosto novo da tarde. Fui rodeada por alguns meninos que, impacientes, faziam várias perguntas ao mesmo tempo: *Qual é seu nome? De que quebrada você é? É da USP também? Onde fica a USP? O que é que psicólogo faz? Porque vieram aqui? Vão para as outras unidades também?*

---

[33] Situação também conhecida como *Casa Virada*, isto é, as regras são ditadas pelos jovens. As roupas que usam são trazidas pela família, assim como utensílios e produtos de higiene pessoal; os horários para as atividades passam a ser estipulados por eles; chegam até a decidir quais funcionários entram ou não ao pátio, bem como quais os jovens que não merecem ficar *no convívio*, ou seja, permanecer junto à maioria. Constitui-se, assim, o *Seguro*, jovens duplamente condenados que, em geral, precisam da proteção dos funcionários, pois com a *casa virada* correm risco de vida por serem alvos fáceis de agressões. Instala-se dentro do pátio a lei do mundo do crime com a violência implacável que a caracteriza. Para maiores informações ver Aun (2005) e Noguchi (2006).

[34] Quando são as regras da instituição que vigoram diz-se, também, que a *Casa* está *Zerada*. Tanto quanto a primeira é uma situação de extrema tensão, pois se instalam formas rígidas e, também, violentas de fazer cumprir normas que, se em sua origem se pretendiam educativas, não mais guardam este caráter e cedem passo a procedimentos punitivos e disciplinares que perdem qualquer sentido. Repare-se que em ambos os casos o sacrifício é o mesmo: a singularidade dos sujeitos.

À medida que o intervalo entre as perguntas diminuía, fui percebendo que a roda ia aumentando. Mais e mais jovens se juntavam à roda formando duas ou mais fileiras, um atrás do outro; só conseguia ver os da primeira fileira e alguns rostos, o dos mais altos. Comecei a ficar preocupada e, ao passo que tentava responder às perguntas, pensava também em como sair daquela situação que já se mostrava ameaçadora.

Surgiu, então, uma pergunta que silenciou as outras: "*A senhora está com medo?*" Não demorei muito. Foi tempo suficiente para me dar conta que eu não queria estar com medo; no entanto, eu estava com medo. Temia, não sabia o quê exatamente e, apesar de não querer sentir medo, temia; e aquele menino colocou em palavras o que eu sentia naquele instante. Depois de algum tempo, compreendi que provavelmente ele não só percebia o medo em mim como também o sentia nele.

Após uma rápida pausa, que permitiu o retorno a mim mesma, voltei à roda e pedi para saber quem tinha perguntado. A voz vinha das fileiras de trás. Também foi rápida a reação. Apareceu, entre os outros, um menino que não era dos maiores e fortes, mas que falava alto e veio para perto dizendo seu apelido e já respondendo à própria pergunta. *"É... a senhora está com medo! A senhora não volta mais pra cá!"* Olhei para ele e disse: *"Sabe Dinho?... realmente estou com medo. Nunca estive no pátio de uma unidade da FEBEM... Estou rodeada por um monte de moleques que não conheço, todos me fazendo perguntas e eu tentando responder... Sim! Estou com medo... Mas... na verdade... não sei se voltarei ou não... Quando vocês vão pela primeira vez para algum lugar... logo depois de chegar já sabem se vão voltar?"* A resposta veio dele e de outros. Iniciou-se uma longa conversa em que muito se falou de como era tenso chegar na unidade de internação e não conhecer ninguém ou, então, conhecer alguém, mas que não fosse parceiro. O plantão aconteceu não só para eles: para mim também!

A pergunta dele me surpreendeu, mas a resposta também não era esperada. Para mim também foi surpresa. Não havia muito tempo para pensar: ou optava por ser sincera comigo e com eles, ou teria que "*dar uma de psicóloga*". O alerta da supervisora não poderia ser explicado, sua compreensão só seria possível ao viver a experiência. A insólita resposta comunicava o modo como me sentia e, mesmo na incerteza, de ser essa a direção a seguir, acabei me aproximando deixando eles se aproximarem. Bem recebidos pelo grupo, meu posicionamento e meus questionamentos abriram a conversa para diversos assuntos, que foram mais explorados com

Dinho[35] e parte daquele grupão, que aceitou a sugestão de sentar em um dos bancos que ainda estava disponível no pátio.

Compartilhar o diário de bordo de meu primeiro plantão na Fundação foi a forma que escolhi para apresentar ao leitor, à maneira de introdução, a prática clínica desenvolvida e, através dela como minha única via de acesso, a instituição e seus atores.

Nas nove unidades de internação que conheci como plantonista, a tensão da iminência de algo pior acontecer para além da aparente tranqüilidade está sempre presente. A chegada de alguém novo na unidade, adolescente ou funcionário, é sempre momento crítico. Ser abordado de forma ameaçadora logo após atravessar a porta de entrada não foi tratamento dirigido exclusivamente a mim. Tratava-se quase de um ritual de iniciação ou recepção. Às perguntas que me fizeram somavam-se outras e algumas ordens dirigidas tanto a meninos como a funcionários: *Pode passar a letra do B.O ai!*[36] Ou *Tá vindo de bonde*[37]*? De onde? Por quê? Quanto tempo de internação*[38]*?*

As perguntas eram quase todas feitas simultaneamente; era intencional deixar pouco tempo para as respostas, pois o novo estava posto à prova e deveria *se garantir* pela *palavra* no *debate* que se instalaria diante de qualquer sinal de hesitação por parte do alvo do inquérito. Assemelha-se a uma prova de ingresso que põe à prova "*a amizade ou a inimizade do forasteiro*" e orienta-se a decidir *"aliança ou conflito*" (GONÇALVES FILHO, 2003).

---

[35] Naquele momento, Dinho era o líder da casa. Agia como líder, falava como líder, se apresentava como líder. Meses depois, alguns excessos nesse comando fizeram com que ele fosse tirado do lugar, custando-lhe uma surra dos outros meninos, que o deixou bastante machucado e desmoralizado, culminando com sua transferência para outra unidade.

[36] Os jovens exigem dos recém chegados o relato da situação em que foi preso. Assim, *passar a letra* é contar e *B.O* são as iniciais de boletim de ocorrência. É este o modo de referir-se ao ato infracional por jovens, funcionários, técnicos e policiais.

[37] Transferência de outra unidade.

[38] De forma curiosa esta pergunta também é dirigida a funcionários e faz referência aos anos de trabalho na Fundação. Há relatos de atendimentos a funcionários em que eles se referem a si mesmos como internos: eles também vão de *bonde* e inclusive eles também fazem B.O..

Após um tempo de observação deste e outros costumes, pude dimensionar a importância daquele momento inicial na unidade. Por um lado, passei pela "iniciação" conquistando um pouco da confiança deles. Por outro, a situação levou-me a experienciar ser clínica a partir de um lugar ainda desconhecido. A completa inadequação do papel de psicólogo clínico convencional, ao mesmo tempo em que me desamparava, lançava-me a estabelecer relações que seriam construídas com os atores institucionais, contemplando sempre o mistério e a imprevisibilidade de nossa condição humana.

Nas palavras de Gonçalves Filho (2003, p. 200): "*Os humanos são sensíveis a outros humanos e, quando não evitamos esta humana vulnerabilidade, curvamo-nos respeitosamente, vem a reverência, vem encanto, vem espanto*". A pergunta que indagava se estava ou não com medo, apresentou-se a mim quase que como uma intervenção. Estávamos, eu e Dinho, disponíveis ao contato e nossa sensibilidade, aguçada por diferentes vias de experiência, falava alto no momento do encontro. Em mim possibilitou que entrasse em contato com o que sentia no momento, e, para além, pudesse me situar perto dos que pretendia atender e acolher.

A passagem do diário: "Não havia muito tempo para pensar: ou optava por ser sincera comigo e com eles, ou teria que "*dar uma de psicóloga*". O alerta da supervisora não poderia ser explicado, sua compreensão só seria possível ao viver a experiência" revela o movimento que Morato (1999), referindo-se a Gendlin, aponta como: "*o que é experiencialmente vivido marca a experiência humana como um momento de transformação e de criação de significado*". Ainda referindo-se a Gendlin (1973, 1962), a autora diz:

> Significado sentido (felt sense) diz respeito, justamente, a esse momento de criação no qual dimensões cognitivas e afetivas se integram (...) O que 'significa' um conceito não pode ser

> conhecido nem usado sem o correspondente 'sentir' do seu significado. (p. 432, 433)

Alcançar a compreensão da orientação de *não dar uma de psicóloga* só tornou-se possível após passar pela experiência de plantão no pátio da Fundação. Os esforços por compreender qual a motivação da minha ação, em circunstâncias semelhantes às do plantão com Dinho, me levam à apresentação que Figueiredo (1995) faz de idéias elaboradas por Polanyi (1958, 1960) a respeito de *conhecimento tácito* ou *pessoal* e *conhecimento explícito* ou *teórico*. O primeiro refere-se a conhecimentos de ordem pré-reflexiva que, embora possam ser interpretados equivocadamente como intuitivos, dizem de conteúdos que decorrem da articulação de aspectos afetivos, cognitivos, motores e verbais do sujeito em ação. Cabe ressaltar que não se trata de algo apreensível ou identificável de forma objetiva; entretanto, o *conhecimento tácito* faz-se presente, oferece-se à luz para seu "portador" no encaminhamento de suas ações, estas já influenciadas por disposições entranhadas em si mesmo. Como contraponto, o *conhecimento explícito* ou *teórico*, como já anuncia sua nomeação, refere-se a teorias enquanto sistemas de representação que, estruturados de forma reflexiva, dizem de um conhecimento objetivo.

Figueiredo (1995) ainda aponta a possibilidade de compreender o *conhecimento tácito* na prática psicológica como um *saber de ofício* do psicólogo de natureza artesanal (p. 93). No entanto, apesar da importância irrefutável deste saber artesanal, cabe à *práxis* ética, em clínica e pesquisa, a manutenção de constante articulação entre a experienciação do *conhecimento tácito* e do *conhecimento explícito*. Esta consideração torna-se de suma importância não só porque, como Figueiredo (1995, p. 93) aponta, "*seria perigoso confiar cegamente no conhecimento pessoal que (...) é muito vulnerável à rotinização e à repetitividade*", mas porque, facilmente, em situações de clínica em campo, por exemplo, podemos nos acolher em nós mesmos impedindo o encontro com

o outro, tornando o processo de entrar em contato com alguém semelhante ao de consumir algo. Conhecer e compreender alguém, inerentes às atividades clínica e de pesquisa, implicam pensar e construir com alguém e, neste processo de colaboração, está presente o diálogo, constante e silencioso, entre o *tácito* e o *explícito*.

Longe de ser simples, essa compreensão do modo de estar junto a jovens e funcionários revelava-se desalojadora a cada situação de atendimento em plantão e, também, no acolhimento e provocação das supervisões. A supervisão de campo, disponível quando necessária aos plantonistas no campo, e a supervisão do projeto, em distância cautelosa do cotidiano do plantão, mas atenta e cuidadosa às narrativas dos plantonistas, acolhiam, cuidavam e provocavam reflexões que amparavam os desalojados da desconstrução, como possibilidade de alternância para a construção.

Assim, os desconfortos, que surgiam frente ao dilema de atender e de como atender àquela população, passavam a formar parte daquele ambiente, sendo por ele influenciados, porém também influenciando a dinâmica da instituição. Embora o meio se mostrasse em constante conflito entre, aparentemente, dois únicos lados (jovens e funcionários), com o passar do tempo foram aparecendo e se mostrando os vários lados existentes, e pouco notados, dentro da instituição e também fora dela.

Experienciamos, assim, sensações que oscilavam entre medo, raiva, desconfiança, compaixão, pena, solidariedade, revolta, indignação e até uma espécie de amizade em relação àqueles que, até então, só conhecíamos sob uma única perspectiva: a de um olhar distante, bastante contaminado por informações veiculadas pela mídia e também por produções acadêmicas, que colaboram para a perpetuação dos estigmas que acompanham a instituição e os sujeitos que a constituem. Ou seja, apresentavam-se a nós a ambigüidade e alteridade próprias da condição humana tanto no campo como na supervisão.

2. Abertura e solicitude de Plantão

Deslocar-se até o lugar de origem do pedido de atendimento, embora pareça um movimento despretensioso, implica uma experiência radical de clínica, não só por levar-nos à origem e raízes do pedido de atenção psicológica, mas também por possibilitar, de forma irrevogável, íntimo contato entre plantonistas e possíveis usuários por verem-se, ambos, em situação de mútua exposição. Esse movimento de expansão implica não apenas o deslocamento físico do serviço de plantão até a comunidade solicitante, mas e principalmente, a mudança da perspectiva de clínica dos plantonistas.

O fazer clínico em plantão não fica mais circunscrito apenas à forma de realizar um atendimento em tempo e espaço determinados, como poderia ser compreendida a clínica de consultório ou, até mesmo, a estruturação do plantão na clínica-escola tal qual realizada pelo SAP. A disposição clínica em exercício no plantão diz de um modo de estar com outros.

A presença do plantonista na instituição dá acesso ao lugar do cotidiano dos usuários, abrindo a possibilidade de intervenção do clínico de plantão pela comunicação da compreensão dos modos de ser revelados no encontro *in loco*. No entanto, a consideração da possibilidade de intervenção do plantonista contempla a *pro-cura* do paciente e a temporalidade em que esta se inscreve, nem sempre correspondendo ao tempo das necessidades emergentes na instituição.

Nestas circunstâncias, a disponibilidade prevista à figura do plantonista estende-se à sua presença em campo e a concretização do *estar à disposição* ocorre no contato constante de plantonistas e pacientes, que nele interagem e se relacionam de acordo com os lugares que lhes são designados na organização da instituição. Porém, retomando a *démarche* clínica da intervenção psicossociológica (LEVY, 2001), procura-se a

compreensão do que se apresenta como instituído nos cenários sociais para enveredar a interrogações sobre as circunstâncias que provocam crise ou ausência de sentido, acarretando dor e sofrimento.

Assim, cabe aqui registrar a construção de um modo distinto de realização do Plantão Psicológico que se afasta, criteriosamente, da forma que passou a ser compreendido e realizado no SAP. Embora guarde alguns traços de suas origens – principalmente a preocupação do compromisso ético da Psicologia com a comunidade que Rosenberg (1987) plantou e que Morato (1999) cultiva com empenho – é possível afirmar, atualmente, a partir da experiência em longos anos de campo, que o Plantão está distante do âmbito das *relações de ajuda* do Aconselhamento Psicológico de inspiração rogeriana. Não mais se concebe o psicólogo conselheiro como profissional que *ajuda* o outro através de técnicas e *atitudes* que *facilitam* a plena realização das *potencialidades* das *pessoas*. Neste sentido, o plantonista não se oferece mais a seu *cliente* como alguém que pode "por ele" ou "para ele" facilitar certos processos que trarão, como conseqüência, melhoria ou ausência de ansiedade e sofrimento.

Hoje, o Plantão Psicológico oferece-se pela via da disponibilidade clínica em dia, lugar e horários pré-determinados junto à comunidade que solicitou atenção psicológica. Constitui-se pelo inclinar-se dos plantonistas em direção a quem sofre, sendo, constantemente, afetados pela experiência de estar junto a alguém que se queixa e pela possibilidade de compreender e comunicar o que o acontecimento do encontro mostra.

Pode afirmar-se que as *atitudes básicas* do *terapeuta* da Abordagem Centrada na Pessoa (*empatia*, *congruência* e *consideração positiva incondicional*) não mostram consistência na experiência clínica, descaracterizando-se como *necessárias e suficientes*. Ainda, ao questionar os pressupostos filosóficos que sustentam as correntes

humanistas em Psicologia, a abordagem rogeriana revela-se tão modelar e objetificante quanto correntes que ela mesma critica ao pretender-se existencial.

Além disso, cabe assinalar que são outros os modos de aproximação de quem sofre, quando se considera que o encontro em plantão fundamenta-se na condição humana de cuidar de ser; isto é, oferece-se plantão, em intervenção psicossociológica à luz da fenomenologia existencial, ao mostrar-se solicitude cuidando dos modos de cuidar de si e do outro.

Deste modo, a disponibilidade a que antes me referia faz alusão ao Plantão enquanto abertura para a revelação de significado sentido (*felt meaning)* através da elaboração da experiência no encontro com alguém que se mostra atento e compreensivo à angústia de existir (*felt sense).* Considerando-se a clínica sob perspectiva fenomenológica existencial heideggeriana, o único estado de ânimo que nos coloca frente a nós mesmos é a angústia. Diferente de todos os outros humores que nos colocam diante do mundo, a angústia irrompe para colocar o homem em sua dimensão mais fundamental. Assim, "*a angústia abre-nos para nosso modo mais elementar, originário de ser, que é o cuidado*" (Almeida, 1999, p. 52). Novaes de Sá afirma:

> Apenas quando se dissolvem as estruturas habituais de sentido da cotidianidade e não contornamos, apressadamente, a angústia, provocada por essa dissolução, encontramo-nos numa abertura compreensiva propícia para apreender a existência humana em seu modo próprio, isto é, não como um ente simplesmente dado no interior do mundo, mas como aquele ente cujo modo essencial de ser é ter o sentido sempre em jogo no seu devir histórico. (2006, p. 12)

No rumo da consideração da experiência clínica em plantão a partir dos pressupostos fenomenológicos, ressalta-se a importância de notar que condições ontológicas do existir humano, como afetabilidade, compreensibilidade e comunicabilidade, movem o plantonista em direção à ação clínica permitindo, já no

plano ôntico, afinar sua escuta para com a existência do outro e seus modos de ser-no-mundo. Vale enfatizar, embora este traço esteja presente em considerações anteriores – como nas análises de Gendlin já inspiradas em leituras heideggerianas –, que este movimento não é eminentemente intelectual. Heidegger (1927/2006) refere-se a este modo de entendimento humano aliado à dimensão afetiva de *disposição* (*Befindlichkeit*). Neste cenário, Plantão apresenta-se, então, como *disposição* que abriga a abertura de possibilidades que é ser-no-mundo-com-outros, além de concretizar o cuidado na solicitude de plantonistas, que se oferecem a cuidar de ser cuidando de ser.

Esses os traços radicais do Plantão Psicológico em instituição: atenção e cuidado à dinâmica institucional e ao modo como esta afeta aos que dela participam, na tentativa de investigar modos de intervenção pertinentes à realidade circundante. Neste sentido, o plantão também pode ser pensado como modo de aproximação aos *pacientes* em instituição ou, ainda, como método clínico de investigação[39].

Não obstante esta aproximação se mostrar possível, acredito que a atitude investigativa que o plantonista e o pesquisador assumem seja, em aspectos cruciais, distinta e singular. Frente a uma situação de plantão em instituição, a ação clínica do plantonista dirige-se à procura por sentido junto a quem sofre, buscando compreensão de uma demanda e seu conseqüente encaminhamento. Já o pesquisador, ao realizar uma entrevista ou ao observar e participar de um determinado fenômeno, por exemplo, debruça-se em reflexões e intervenções que enveredam a procurar sentido para a interrogação que provocou sua investigação. embora isto implique, também, disponibilizar-se atenta e cuidadosamente ao depoente ou ao ambiente onde realiza sua pesquisa. O *pequeño gran detalle* encontra-se na possibilidade de tornar explícito o interesse do pesquisador junto a quem se propõe ouvir clinicamente, porém não mais

[39] Oliveira, R. G (2005) e Oliveira, M. M. (2006) referem-se também a esta possibilidade de compreensão do Plantão Psicológico.

para intervir à *procura* da demanda do outro, e sim na direção de cuidar da própria demanda por sentido da pesquisa. A consideração destas nuances na ação clínica investigativa em ambos os momentos, mesmo que por vezes estes se tangenciem, apresenta-se instransponível e outorga dimensão ética e política à prática psicológica em clínica e pesquisa.

Novaes de Sá (2007) aponta a importância de aliar as contribuições de Heidegger a respeito da compreensão do ser do homem enquanto "existência" com a atitude fenomenológica para a atuação clínica em Psicologia. Neste sentido o autor aponta três aspectos que claramente distinguem a atitude clínica:

> (...) o abandono de qualquer cientificismo objetivante do sofrimento existencial; a suspensão de toda postura técnica e voluntarista, em que o terapeuta se coloca no lugar daquele que conduz a dinâmica do processo clínico a partir de suas representações teórico-conceituais sobre a existência do paciente ou a partir de seu desejo pessoal de curá-lo; o exercício da atenção e do cuidado livre de expectativas, em que o outro é convidado a uma lembrança de si como pura "existência" para, a partir daí, perspectivar seus limites e suas possibilidades mais próprias e singulares. (p. 3, 4)

IV – AÇÃO CLÍNICA DA ATENÇÃO PSICOLÓGICA: ACOMPANHAMENTO A PARTIR DO PLANTÃO

> *O controle panóptico teve uma importante função: as instituições panópticas foram todas concebidas como casas de correção. O propósito ostensivo da correção era tirar os internos do caminho da perdição moral em que embarcaram por vontade própria ou para o qual foram empurrados sem culpa direta, desenvolver hábitos que por fim lhes permitiriam retornar ao convívio da "sociedade normal" (...) Mas de longe a diferença mais importante é precisamente o abandono de autênticas ou ambíguas "declarações de intenção reabilitadora" no pensamento contemporâneo dos que praticam o sistema penal. (...) Nas atuais circunstâncias, o confinamento é antes uma alternativa ao emprego, uma maneira de utilizar ou neutralizar uma parcela considerável da população que não é necessária à produção e para a qual não há trabalho "ao qual se reintegrar".*
> *(ZYGMUNT BAUMAN, 1999, p. 116-117 e 119-120)*

1. Retomando a questão

Qual é o sentido de uma proposta de *acompanhamento psicológico* para jovens infratores em uma unidade de internação da Fundação CASA? Essa interrogação provoca o debruçar-me na investigação do que vem se delineando como um modo de Atenção Psicológica em instituição que, embora se diferencie do Plantão, deve a ele suas raízes na atitude clínica sob perspectiva fenomenológica existencial.

A questão provocadora conduz a outras que indagam a história do projeto de extensão desenvolvido pelo LEFE, que oferece atendimento psicológico para adolescentes internos desde agosto de 2002. Qual a origem da proposta? Quem realiza o pedido? Qual sua expectativa? E os jovens em reclusão? Como compreendiam esse pedido de atendimento para eles? Poderiam optar pelo atendimento? Ou era obrigatório? Quais as conseqüências de optar ou não? É possível oferecer um atendimento diferente do oferecido pela Fundação? Qual o lugar em que se insere esse tipo de atendimento na legislação especial para crianças e adolescentes?

Participo no projeto desde seus inícios: primeiro atendendo os jovens e, atualmente, dando supervisão. Os questionamentos à sua pertinência tornaram-se inadiáveis diante do constante contato com os adolescentes e outros atores institucionais dentro da Fundação CASA. A quem respondemos ao acolher o pedido de atendimento psicológico para adolescentes autores de ato infracional grave[40]? E qual o sentido do acompanhamento psicológico oferecido a esses jovens? A quem atendemos ao oferecer Atenção Psicológica nesta instituição? Inúmeras são as possibilidades de abordar esses questionamentos. Incontáveis, também, podem ser os caminhos que se abrirão a partir desta investigação.

Como via de acesso ao território onde o *acompanhamento psicológico* se realiza apresento, a seguir, a história do projeto e a contextualização da instituição Fundação CASA. Pretendo, assim, situar o leitor no acidentado terreno em que um número significativo de adolescentes, que infringem a lei, se movimenta em direção à "superação" da situação infracional.

2. O projeto: acompanhamento psicológico para jovens internos

2.1 O pedido e o acolhimento inicial

Em meados de 2002, a direção de uma unidade de internação da Fundação CASA procurou o LEFE solicitando psicoterapia[41] para alguns adolescentes em cuja sentença de internação constava determinação judicial para essa modalidade de atendimento. Ainda que a referência dos profissionais solicitantes fossem serviços de

[40] Modo de referir-se aos jovens que cumprem medida sócio-educativa de internação, bastante usado na Fundação e também nas instâncias jurídicas que atendem a essa população, para referir-se a adolescentes que cometeram infrações com grande violência, como o uso de armas de fogo e/ou agressão à pessoa que sofre o atentado, ou seja, quando há danos físicos e psicológicos à vítima e/ou à sociedade. De acordo, com informações de membros da equipe técnica e pedagógica de uma das unidades de internação esta classificação define também para qual das unidades de internação o adolescente será encaminhado.

[41] Conforme consta em algumas sentenças de internação observadas, a determinação judicial propõe, geralmente, a imediata inserção em "tratamento psicoterápico".

Plantão Psicológico implantados pela equipe do laboratório, desde 2000, em outras unidades da Fundação, apresentavam um pedido completamente diferente daquele que dera origem aos plantões mencionados.

Assim, no intuito de conhecer a instituição e melhor compreender o pedido, foram propostos alguns encontros com o diretor e alguns membros da equipe técnica na unidade. Com este movimento de aproximação, que depois melhor elaborado tomaria a forma de uma *cartografia*[42], inaugurou-se a intervenção na instituição. Nos encontros e conversas realizados, ora no LEFE ora na unidade de internação, revelou-se dificuldade, por parte dos profissionais da instituição, em definir uma atuação frente à determinação judicial, que alguns jovens recebiam, indicando atendimento psicológico. Deste modo, estávamos junto a atores institucionais bastante angustiados que, naquele momento, se apresentavam como porta-vozes de um pedido que, por sua vez, procurava atender a uma exigência judicial claramente comprometida com a legislação especial para crianças e adolescentes (ECA).

Contudo, a emergência urgente do pedido revelou que, apesar de, *a priori*, o procedimento jurídico se mostrasse comprometido com o trato especial para adolescentes infratores, os técnicos da Fundação CASA, responsáveis por cumprir as determinações do Poder Judiciário, não dispunham de recursos necessários, nem dentro da instituição nem na comunidade[43], para a execução das disposições dos operadores de

---

[42] Inspirado em Rolnik, S. (1987), o LEFE compreende cartografia em instituição como o lançar-se a conhecer as instituições que solicitam atenção e cuidado psicológico, sentindo o território desconhecido que, paulatinamente, passa a tornar-se familiar sem, contudo, perder a possibilidade de surpreender-se com o que se apresenta. É a disponibilidade simultânea para conhecer e dar-se a conhecer pela via do sentir propiciado no contato com os acidentes, desníveis e irregularidades com que nos deparamos. Ao sermos desconhecidos em espaço desconhecido, lançamo-nos em busca de reconhecimento nosso e do outro.

[43] De acordo com o ECA: *Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios*. Não obstante, a articulação de instâncias recomendada em lei, é conhecido o alto grau de dificuldade que os técnicos enfrentam para concretizar acordos de colaboração com outras instituições, sejam elas públicas ou privadas. As primeiras justificam a impossibilidade de atender encaminhamentos de jovens por estarem sempre sobrecarregadas; e as

direito a cargo da interpretação do ECA. O pedido de atendimento psicológico para os adolescentes comunicava muito mais do que a preocupação da justiça brasileira com estes jovens.

As visitas à Fundação, com a abertura que uma escuta clínica confere, permitiram inaugurar movimentos de aproximação em direção à demanda que subjazia aos pedidos e queixas dos atores institucionais. Estaríamos próximos de esclarecer a demanda da instituição representada pelos sujeitos sociais que a constituem? Qual seria a demanda dos profissionais da equipe técnica? E, finalmente, quais seriam os pedidos, queixas e demandas dos adolescentes para quem se determina e solicita o atendimento psicológico?

Nesse contexto, a equipe[44] optou por levar à frente a decisão de receber esses adolescentes em *Plantão Psicológico* na clínica-escola do IPUSP. Não obstante a determinação judicial e o pedido feito pelos técnicos da unidade, o atendimento sistemático só seria oferecido caso a demanda fosse dos adolescentes. Não se tratava de simples e desinteressada desobediência, mas da firme intenção de melhor clarear o atendimento recomendado *para* e *com* os jovens que, em última instância, seriam os que escolheriam, ou não, serem atendidos.

Nos primeiros contatos com os jovens seria, então, necessário esclarecer: primeiro, a determinação judicial; segundo, o que eles compreendiam por atendimento psicológico; terceiro, o tipo de atendimento que seria oferecido; e, por último, a possibilidade deles optarem, de acordo com sua disponibilidade para este tipo de empenho por si mesmo, em participar ou não dele.

---

segundas não duvidam em apontar o receio de verem seus nomes envolvidos com o atendimento a adolescentes infratores da Fundação CASA.

[44] Nestas reuniões iniciais com o diretor e alguns membros da equipe técnica da unidade, participei junto à Profa. Dra. Henriette Morato. Posteriormente, no momento em que fora decidido atender os jovens em plantão na USP, a psicóloga Natália Noguchi passou a fazer parte da equipe.

Embora não fosse exatamente aos moldes da exigência judicial, a única condição para a realização deste atendimento, em resposta ao pedido dos representantes da unidade, seria a isenção dos psicólogos da USP da obrigação de elaborarem um relatório ou laudo sobre os atendimentos realizados com os adolescentes. Assim, depois de estabelecidos os termos da parceria entre a Fundação e o LEFE, combinou-se que, em nenhum momento e sob nenhuma circunstância, seriam elaborados laudos e/ou relatórios dos atendimentos, nem para os técnicos da Fundação CASA nem para os juízes do Departamento de Execuções da Infância e Juventude (DEIJ[45]).

Próximo do fim de 2002, os adolescentes com determinação judicial passaram a ser recebidos em Plantão Psicológico na USP e somente eram encaminhados para atendimento semanal aqueles que assim o decidissem[46]. Este modo de acolher o pedido da unidade manteve-se durante o ano 2003 e parte de 2004.

De acordo com as normas de funcionamento das unidades, mais especificamente dos procedimentos de segurança e contenção, os jovens não poderiam sair do estabelecimento de internação apenas com os funcionários, mas também com a presença da escolta da Polícia Militar. Geralmente, com as sirenes ligadas e policiais com armas na mão, a escolta acompanha o veículo da Fundação até o local de destino.

Este procedimento deveria ser realizado a cada saída para atividades externas (postos de saúde, hospitais, clínicas-escola, fórum, eventos esportivos ou culturais, passeios e até cursos), como forma de prevenir fugas ou tentativas de resgate dos jovens internos. Embora se trate de uma forma de precaução e segurança, é inevitável negar o constrangimento que este tipo de mobilização causa durante o percurso

[45] Órgão do Poder Judiciário encarregado de controlar a execução das medidas sócio-educativas sentenciadas pelos juízes da I, II, III e IV Varas Especiais da Infância e Juventude. É para os juízes do DEIJ que a equipe técnica encaminha os relatórios informativos e/ou conclusivos, a fim de fornecer informações sobre os adolescentes que confiram consistência à decisão de manter a internação ou de determinar a progressão da medida (Liberdade Assistida ou Semi-liberdade).

[46] Para atender os jovens trazidos ao plantão, foi fundamental o apoio de uma equipe de plantonistas (profissionais e estudantes) do LEFE, que atendiam em plantão vinculado ao Curso de Aperfeiçoamento Prática Psicológica em Instituições (2003).

recorrido e nos lugares destino da comitiva. Entretanto, foi recorrente o fracasso nas negociações e agendamentos das viaturas policiais para estes fins. Infelizmente, não foram poucas as vezes, que a necessidade de postergar a saída dos jovens da unidade se fez imperativa.

Chegavam uniformizados e algemados, alguns com olhar baixo e humilhado e outros com olhar agressivo e provocador. A presença dos jovens nas salas de espera na clínica sempre foi motivo de burburinho e estranhamento. Curiosidade e medo se misturavam nas olhadelas tanto de funcionários do IPUSP como das pessoas da comunidade. Quando chegavam acompanhados de escolta policial, a movimentação, do estacionamento à sala de espera da clínica, ganhava uma dose extra de considerável tensão, visto que os policiais circulavam com as armas na mão provocando forte sensação de insegurança, talvez justamente o oposto do que pretendiam causar. A cena de policiais armados e *criminosos* algemados favorecia o surgimento de condutas discriminatórias que tinham como alvos tanto jovens, quanto policiais. A presença da escolta policial, *a la* cena de telejornal sensacionalista, provocava medo dos jovens que passavam a ser vistos e tratados como elementos perigosos. Mas, reprovação, crítica e medo também eram dirigidos aos policiais por demonstrarem uma postura extremamente repressiva. O forte receio de algo acontecer transformava as olhadelas em explícitas demonstrações de medo, fazendo com que algumas pessoas se retirassem ou, em casos extremos, surgissem episódios de pânico entre os presentes.

Apesar dos incidentes provocados pelo modo como a escolta policial se apresentava a falta de viaturas policiais era lamentável, pois sua ausência postergava, às vezes por mais de duas semanas, o atendimento em plantão comprometendo a constância que se pretendia estabelecer no contato com os jovens que optassem pelo atendimento semanal. Nessas circunstâncias começamos a perceber que, vez ou outra,

os jovens chegavam sem escolta, o que tornava sua presença nos espaços da universidade um tanto menos tumultuada. Fomos comunicadas pelo diretor da época que, em conversas com os jovens, havia sido acordado que, quando não houvesse escolta, sairiam da unidade somente na companhia dos funcionários, com o compromisso de colaborarem para o transcurso pacífico e sem incidentes durante a saída. Por tratar-se, geralmente, de atividades de seu interesse, a direção e corpo técnico da unidade decidiram confiar na "palavra" dos adolescentes. A palavra dos jovens, de acordo com as normas que regem o mundo do crime, tem valor considerável: não é digno de *consideração*[47] aquele cuja *palavra faz curva*[48].

Nestas condições, a aproximação e o diálogo com a direção e equipe técnica da unidade, inaugurados no início do projeto, foram se restringindo a comunicações telefônicas que se limitavam a resolver problemas de ordem prática – por exemplo, a falta ou atraso do transporte dos jovens em dia de atendimento – ou, até mesmo, quais dos jovens precisariam, ou não, voltar ao plantão ou quais seriam encaminhados para atendimento semanal. Ao resgatar a história do projeto, percebo que, naquele momento, a preocupação por atender os jovens não deu espaço para o diálogo com os profissionais que haviam solicitado o atendimento ao LEFE, nem ao menos para avaliar o trabalho que vinha sendo desenvolvido.

2.2 Uma fuga, uma saída: delineia-se o acompanhamento

Em 2004, a fuga de um adolescente do IPUSP, logo depois do atendimento, escancarou as dificuldades que se enfrentavam para trazer os jovens até a clínica. O número reduzido de funcionários de pátio na unidade já havia sido informado por ocasião de algumas faltas aos atendimentos, bem como outras limitações às atividades

---

[47] Termo amplo que os jovens utilizam para referir-se a respeito, a admiração e carinho.
[48] A *palavra faz curva* quando quem fala não cumpre o que diz ou mente.

rotineiras da unidade. Assim, era impossível enviar o número suficiente de funcionários para acompanhar o grupo que vinha à USP, porque então a unidade ficaria sem o respaldo no pátio. Foi nestas circunstâncias que ocorreu a fuga de um dos internos, obrigando-nos a parar, revisar e refletir juntos o modo como daríamos prosseguimento ao projeto.

Como sói acontecer, situações imprevistas [49] desencadearam uma quebra com o que se apresentava como um modo já estabelecido para o acontecimento do projeto. Uma fuga propiciou a saída de um momento de engessamento, que quase beirava a burocratização do projeto. Para possibilitar sua continuidade, os atendimentos passaram a ser realizados nas instalações da unidade e esta mudança de configuração provocou uma re-aproximação dos profissionais que trabalham na instituição. O diretor e a encarregada técnica[50] passaram a mediar nosso contato com a equipe técnica que, perceptivelmente, buscava maior contato com quem atendia os jovens que eles também atendiam.

Importante apontar, sem deixar de lamentar, que apesar da percepção de constantes solicitações de diálogo de membros da equipe técnica quase nada se cuidou delas. A procura das técnicas por conversas sobre os atendimentos dos adolescentes era identificada pela equipe[51] como uma ameaça à relação de confiança a que se aspirava no atendimento com os jovens. Contudo, apesar de esta ser uma possibilidade de

---

[49] Cabe ressaltar a dimensão deste imprevisto. O adolescente conseguiu sair do campus da USP, apesar da guarda universitária ter sido acionada. Naquele dia, estavam sem escolta policial e a responsabilidade de contenção e segurança dos jovens recaia somente sobre os funcionários de pátio e o diretor da unidade. Um dos funcionários foi afastado para responder a processo administrativo e o diretor foi chamado para esclarecer os motivos de ter autorizado a saída sem escolta da PM, ambos estavam sob suspeita de facilitação de fuga. Poucos dias depois, o diretor da unidade relatou que recebera uma ligação do jovem fugitivo em que dizia estar arrependido e querendo se entregar e voltar para aquela unidade. Infelizmente, isso não dependia mais da equipe ou do diretor da unidade.

[50] Cargo de confiança do diretor da unidade ocupado geralmente por um integrante da equipe técnica, ou psicólogo ou assistente social.

[51] De 2003 a 2004, a equipe de duas psicólogas foi supervisionada pelo Prof. Rodrigo Giannangelo de Oliveira (LEFE/IPUSP); de 2004 a 2006, somou-se ao grupo o psicólogo Lucas de Souza Carvalho, já sob a supervisão da Profa. Maria Gertrudes V. Eisenlohr, do Serviço de Aconselhamento Psicológico do IPUSP.

compreensão dessa busca por contato das técnicas, sem dúvida não era a única. A impossibilidade de abrir um canal de comunicação mais direto com as técnicas revelava uma dificuldade da equipe do LEFE em reconhecer no movimento de *pro-cura* delas a possibilidade de uma demanda emergente[52].

Simultaneamente, surgiam os primeiros questionamentos ao plantão psicológico que era oferecido para os jovens. A migração do trabalho da USP para a unidade deixava ainda mais claro que possivelmente não se tratasse mais de um plantão, se é que alguma vez havia sido. Ainda que houvesse uma disposição plantonista por parte de quem atendia, os jovens chegavam movidos por uma determinação judicial, inviabilizando uma procura espontânea. Ao contrário, impunha-se um tom de obrigatoriedade ao atendimento. Embora esta situação "obstáculo" fosse atentamente cuidada nos primeiros encontros com os adolescentes e com eles se alcançasse uma nova possibilidade de compreensão para o que se conhecia como atendimento psicológico, para efeitos de nomeação da prática clínica tornava-se elemento de questionamento, pois o plantão psicológico, tal como ele foi apresentado em capítulo anterior, ficava significativamente descaracterizado.

Contudo, ainda ponderando a relevância da caracterização da modalidade de atenção psicológica (MORATO et. al., 2005), faz-se importante assinalar que a constante preocupação junto a estes adolescentes é o esforço por esclarecer a independência do atendimento em relação aos procedimentos próprios à internação (relatórios de técnicos, sentenças dos juízes, laudos técnicos de psicólogos ou psiquiatras tanto da Fundação como do Judiciário), enfatizando o caráter sigiloso dos encontros e nosso compromisso com eles enquanto sujeitos de direitos e responsabilidades. Desta forma, priorizava-se a construção de uma relação de confiança

[52] Esta possível demanda emergente não necessariamente deveria ser atendida pelo LEFE, mas a identificação e problematização da mesma seriam pertinentes a uma intervenção em instituição.

à qual o adolescente poderia retornar posteriormente, caso assim o escolhesse, para apropriar-se de um espaço de escuta clínica, qualquer que fosse a modalidade de atenção psicológica.

Como anteriormente mencionado, a partir da publicação da equipe em 2005, o atendimento oferecido aos jovens passou a ser designado de *Acompanhamento Psicológico*. O dicionário aponta vários significados para a palavra *acompanhar*[53] porém, percebe-se que: ***estar ou ficar com ou junto a alguém***, além de, ***prestar atenção*** (***a algo ou alguém***), ***compreendendo ou assimilando através dos sentidos e/ou da inteligência o que é dito, pensado por outrem*** são os que mais se aproximam do significado/sentido do nosso estar com os jovens em atendimento. Trata-se de um agir em conjunto, em colaboração com alguém em direção a um único destino: o cuidado com a dimensão humana de cuidar de si.

Neste sentido, durante os anos de realização do projeto, o diretor e a equipe técnica faziam-nos inúmeros convites para participarmos de diversas atividades organizadas na unidade em datas especiais. Assim, tivemos oportunidade de participar em festas juninas, comemoração de dia das mães, eventos esportivos, apresentações musicais, declamação de poesia, concursos de rap e outros.

No entanto, quando o convite partia dos jovens que passavam pela experiência de acompanhamento psicológico para determinados eventos dos quais eles participariam ativamente, abriam-se possibilidades de contato outras. Aceitar o convite e, de fato, presenciar e participar do evento provocava no contato com eles uma significativa aproximação que, dificilmente, se traduz em palavras. A oportunidade de encontrá-los em situações completamente diferentes, nem sempre fora da unidade, mas distante da rotina cotidiana da internação, propiciava a possibilidade de vê-los em ação,

---

[53] Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (http://houaiss.uol.com.br, consulta em março/2008).

empenhados em algo que queriam realizar da melhor maneira, para se apresentarem em público e a um público ao qual eles dedicavam uma *consideração*. Em algumas destas ocasiões, conhecemos a família e também alguns amigos dos jovens e, ainda que em momento algum deixássemos de ser tratadas como "as psicólogas" naquele momento e lugar, éramos parte daquele grupo de *consideração*.

O lançamento de um livro[54] escrito por internos e ex-internos no SESC Pompéia (março, 2004), o I Concurso de Rap da FEBEM/SP na estação de trem Brás (junho2004), a apresentação dos ganhadores do I Concurso de Rap, em evento organizado pelo 4º Batalhão da PM no Olympia SP (outubro de 2004), e o II Concurso de Rap MC´s da FEBEM/SP no Memorial da América Latina (março2006) foram eventos especiais, entre outros realizados nas dependências da unidade, em que tivemos oportunidade de compartilhar encontros fora das salas de atendimento. Era surpreendentemente triste notar que os meninos não esperavam por nossa presença. Diziam: "*Não é que a senhora veio mesmo!?*"

Ver a surpresa e alegria deles com a nossa inesperada presença entristece, pois dá a ver a admiração neles provocada pela simples atenção dada a um convite recebido e aceito: honrá-lo revela quão raras são situações como essas. Situações que podem lhes indicar a confiança e a aposta enquanto sujeitos habilidosos, criativos, talentosos e, principalmente, esforçados em provar ao mundo que são adolescentes, antes mesmo de serem vistos adolescentes autores de ato infracional grave. Destas situações de encontro com os jovens, surgiam surpreendentes desdobramentos que enriqueciam, significativamente, o empenho com o cuidar de ser implicado no trabalho de acompanhamento psicológico.

---

[54] Pontes, R. G.; Nascimento, L. P.; Cruz, D. V. *Ingresso para a FEBEM*. São Paulo: Noovha América: Labortexto Editorial, 2003. (Série Juventude em cena). Conflitos Socias.

Entretanto, a compreensão da ação clínica colaborativa do acompanhamento dos jovens internos exige também olhares de cuidado para a situação em que esta se desenvolve. Assim, justifica-se um desvio para breve incursão acerca da instituição Fundação CASA e os sujeitos que dela participam, da medida sócio-educativa de internação, do ECA, enquanto legislação especial e sua interpretação por parte dos operadores de direito no Poder Judiciário. Tal variante poderá revelar brechas que, somadas às histórias narradas sobre o atendimento, abrirão possibilidades de compreensão das condições em que se realiza este trabalho e arriscar um sentido possível à experiência de Acompanhamento Psicológico.

2.3 *Détour* necessário para clareamento da demanda da instituição

A unidade solicitante pertence, administrativamente, a um dos maiores complexos da Fundação em atividade hoje; no entanto, localiza-se em outro bairro da região. Além desta característica geográfica, importa assinalar que a unidade é relativamente nova e conhecida como "unidade modelo" por ter sido construída com capacidade menor do que as outras do complexo, visando melhor atender aos jovens internos. Sua capacidade é para 72 jovens que estejam passando pela primeira internação devido a cometimento de infração grave. Assim, usando a terminologia dos meios jurídicos e da Fundação, trata-se de uma unidade para "primários graves".

Lamentavelmente, o ECA não define com precisão o que se compreende por infração grave deixando entrelinhas – tanto no artigo 122º da seção da medida de internação, como no 174º da seção dedicada à apuração do ato infracional atribuído ao adolescente – que se trataria de situações de violência e grave ameaça a terceiros. Porém, ainda de acordo com os artigos citados, estariam incluídos nessa classificação também aqueles jovens que apresentam reincidência de outras infrações ou, até mesmo,

os que não cumpriram medida sócio-educativa anteriormente aplicada[55]. De fato, observa-se na atuação dos operadores de direito e, também, na dos profissionais a cargo da execução da medida sócio-educativa, que jovens envolvidos em situações de infração, como assalto à mão armada, agressão à vítima, homicídio, latrocínio, estupro, seqüestros, são enquadrados na categoria de adolescentes autores de ato infracional grave. Assim, poderia concluir-se que a totalidade dos jovens internos na unidade solicitante estaria privada de liberdade devido a envolvimento em situações como as acima citadas.

No entanto, a convivência com essa população mostra que as brechas da lei dão ampla margem para que a aplicação da medida privativa de liberdade seja facilmente utilizada em detrimento de outras que, se bem implementadas, serviriam de melhor forma ao ideal sócio-educativo de um sistema de garantia de direitos a serviço da infância e juventude tal como pretende o ECA. Assim, a população de jovens que a unidade abriga não se restringe ao grupo de primários graves conforme previsto em sua idealização.

Durante o tempo em que o projeto de acompanhamento psicológico vem sendo realizado, conhecemos jovens que correspondem ao perfil que a unidade visa atender, mas também é significativa a parcela de adolescentes que cumprem internação por terem sido presos reincidindo em infrações leves, ao mesmo tempo, em que descumpriam outra medida sócio-educativa, constituindo-se em grupo de jovens que podem ser considerados inexperientes na vivência do crime. Além destes, e junto com

---

[55] O não cumprimento de medida sócio-educativa enquadra-se no que é mais conhecido como "quebra de medida", implicando em mandato de busca e apreensão do jovem. Não são poucos os casos em que a associação de duas situações, como furtos ou roubos simples ocorridos em vivência de rua somados à "quebra de medida" anterior, configuram de acordo com a lei condições para a aplicação de internação. Cabe ressaltar a alta probabilidade de que essa medida sócio-educativa, anteriormente aplicada, refira-se a infrações leves e passíveis de serem cumpridas em meio aberto. Além da semi-liberdade (art.120) e da internação (artigos 121 a 125), medidas de privação de liberdade, o ECA dispõe que, verificada a prática do ato infracional, também podem ser utilizadas as medidas em meio aberto, que vão desde **advertência**, passando por **obrigação de reparação de dano** e **serviços prestados à comunidade** até o cumprimento de **liberdade assistida** (artigos 115, 116, 117 e 118 respectivamente).

eles, estão também aqueles que são reincidentes graves e que passam pela segunda ou terceira internação devido a infrações graves acumuladas que, por diferentes motivos, são encaminhados para esta unidade com quase nenhuma possibilidade de questionamento dos profissionais responsáveis da admissão dos jovens na instituição.

Esta situação revela que não são cumpridas as mais básicas condições para a execução desta medida privativa de liberdade. Cabe aqui citar os artigos 121º e 123º do ECA, que dispõem sobre a medida sócio-educativa de internação:

> Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
>
> Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Assim, contrariando os termos da lei, apresentam-se: - a escassa consideração do caráter excepcional da aplicação da internação, pois, conforme observado na prática lança-se mão deste recurso com certa facilidade[56]; - o significativo número de casos em que a internação prolonga-se até o limite máximo de três anos, quando não o ultrapassa[57]; - constante desrespeito aos critérios que deveriam nortear a distribuição dos jovens nos estabelecimentos sócio-educativos, não apenas os acima mencionados, mas também os que determinam que a medida seja cumprida em unidade próxima à residência da família. São essas inobservâncias que, já no momento de aplicação da medida, determinam uma tendência oscilante quanto ao caráter legal do processo sócio-

---

[56] Observa-se no proceder de alguns juízes que a recorrente aplicação de internação nem sempre revela leviandade em suas sentenças, embora este traço também esteja presente em algumas ocasiões. Por vezes, ter conhecimento do mal funcionamento de alguns postos de Liberdade Assistida da fundação CASA somada à falta de recursos na comunidade para auxílio dos jovens e suas famílias conduz o juiz a optar por internar o adolescente.

[57] Já acompanhamos adolescentes cujo tempo de internação passou de três anos, contrariando o artigo 121 do ECA, especificamente: *§3ºEm nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos*.

educativo que, na grande maioria dos casos, fica aquém do disposto e esperado de acordo com a legislação especial nacional e com os acordos internacionais[58] dos que o Brasil é signatário.

É assim que surge o alto número de determinações judiciais de atendimento psicológico para jovens que cumprem medida de internação. De acordo com informações de membros da equipe técnica da unidade, a proporção de jovens que recebem em sentença de internação indicação para tratamento psicológico beira os 15%. Cabe destacar, ainda, que esta porcentagem é considerada baixa quando comparada com a realidade de outras unidades da Fundação onde a porcentagem de determinações judiciais aproxima-se dos 40%[59]. A situação torna-se ainda mais alarmante ao considerar que, até há pouco tempo, a Fundação não contava com psicólogos contratados e organizados para atender a esta demanda[60]. Este fato se torna preocupante e espantoso, dada a notória tendência para compreender a situação infracional de um número significativo de jovens como decorrente de anomalias do desenvolvimento psíquico, sendo consideradas, em psiquiatria forense, perturbações de saúde mental (MORANA, H. C. P. et al., 2006)[61].

---

[58] Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, Sistema Global e Sistema Interamericano dos Direitos Humanos: Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil – Regras de Beijing – Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo – SINASE, Brasília, Junho 2006)

[59] Como anteriormente mencionado a unidade sede do projeto de acompanhamento é conhecida por abrigar um número reduzido de internos; no entanto, as outras unidades do complexo ao qual ela pertence abrigam em torno de 100 adolescentes cada uma, totalizando um aproximadamente 500 jovens em reclusão (05/05/06 Assessoria de Imprensa da Fundação CASA. Recuperado em: 20/03/08. Disponível em: http://www.casa.sp.gov.br/site/noticias.php)

[60] Aproximadamente em 2006 entrou em funcionamento o Núcleo de Assistência Integrada à Saúde do Adolescente (NAISA) em alguns complexos da F. CASA. De acordo com informações da superintendência de saúde da instituição estes núcleos oferecem "*um conjunto de ações com o propósito de atender o adolescente numa visão biopsicossocial enfatizando a promoção da saúde, o diagnóstico precoce e a reabilitação*" (25/09/06 Assessoria de Imprensa da Fundação CASA. Recuperado em: 20/03/08. Disponível em: http://www.casa.sp.gov.br/site/noticias.php) Atualmente, os profissionais do NAISA oferecem atendimento psicológico em diversas unidades, inclusive onde o projeto se realiza, porém não conseguem atender a uma demanda que vai se delineando inatendível.

[61] Ao longo dos sete anos em que a equipe do LEFE desenvolve projetos de extensão na Fundação CASA atendemos apenas três adolescentes com os quais procederia uma situação diagnóstica de transtorno anti-social (CID-10) e/ou psicopatia como tratado em meios forenses. Diversos estudos (MORANA, H. C. P. et al., 2006; SCHMITT, R. et al., 2006; MORANA, H. C. P., 2004) apontam como fatores etiológicos

Atualmente, existe a preocupação de alguns dos juízes que atuam, ou atuaram nas Varas Especiais da Infância e Juventude e no DEIJ do Fórum do Brás, de afirmar que a determinação para atendimento psicológico dos jovens **não possui caráter obrigatório** por, precisamente, enquadrar-se no âmbito das medidas de proteção[62]. No entanto, existe um número significativo, e assustador, de magistrados que consideram a "adesão" ao "tratamento psicoterápico" como condição *sine qua non* para a consideração de suspensão da privação de liberdade[63]. Depreende-se deste posicionamento que, não raro, considera-se o atendimento psicológico como mais um procedimento, dentre outros, que serve a uma possível "cura" da tendência infracional num amplo cenário de práticas de ajustamento e adequação de indivíduos que não se adaptam ao bem viver da sociedade.

Não surpreende a co-existência de compreensões antagônicas das disposições do ECA, pois como toda lei, e como anteriormente mencionado em outro aspecto, oferece expressiva margem para interpretações equivocadas e negligentes. Isto porque não explicita diferenças significativas entre medida protetiva, que vige em função da garantia de direitos, e medida coercitiva, que incide diretamente no aspecto da responsabilização do adolescente que infracionou, ambas fundamentais no modelo de responsabilidade penal[64] que o ECA pretendia instaurar.

---

aspectos que transitam entre predisposições genéticas, ausência de fatores de risco neuropsiquiátrico, persistência de ondas lentas nos lobos temporais detectados em EEG, predisposições comportamentais, níveis maiores do hormônio testosterona, níveis aumentados de serotonina, além de influências ambientais associadas a um ou mais dos aspectos acima apontados. Os transtornos de personalidade, como são definidos no âmbito médico e jurídico, são avaliados por muitos profissionais e especialistas da área forense como, extremamente, refratários a tratamento medicamentoso e psicoterapêutico. Isto torna a situação ainda mais alarmante.

[62] As Medidas de Proteção (Título II) antecedem à seção que trata especificamente da Prática de Ato Infracional (Título III) da ampla Parte Especial do ECA.

[63] Estas considerações apóiam-se em discussões com a equipe técnica da unidade durante a fase de implantação do projeto e também encontram apoio em pesquisas realizadas nesta área específica (VICENTIN, 2006).

[64] A inimputabilidade penal dos adolescentes de forma alguma equivale à impunidade diante de situações de envolvimento em situações de infração. De acordo com García Mendez (2006) o ECA, como lei pioneira na América Latina visava inaugurar o modelo de responsabilidade penal estabelecendo uma ruptura substancial com as formas que o antecederam. Pretende-se assim romper completamente com

Nessas circunstâncias, a equipe técnica da unidade compreendia, e em certos casos ainda compreende, essa indicação como uma ordem que, obrigatoriamente, deveria ser cumprida. Nesta concepção, por tratar-se de uma ordem judicial, caberia à equipe técnica da instituição providenciar o oferecimento desse atendimento durante o período de internação e, ainda, caberia ao adolescente obedecer à determinação submetendo-se ao tratamento em psicoterapia mesmo que contra sua vontade.

O questionamento à obrigatoriedade da participação dos adolescentes no *acompanhamento psicológico* já havia sido assinalado, para a diretoria da unidade, em reuniões preliminares ao início do atendimento. Por sua vez, a equipe técnica não deixava de exercer insistente pressão sobre os jovens para estes "aderirem" ao "tratamento". O que fazia com que estes profissionais acatassem a determinação judicial como ordem a ser cumprida?

A equipe técnica, em sua maioria mulheres, convive com os jovens durante todo o tempo que dura a internação. As normas que regem suas funções indicam freqüência mínima de 15 dias para os atendimentos que, em dupla, são realizados com os jovens com a finalidade de avaliar seu comportamento e desempenho nas atividades realizadas dentro da unidade. Além destas entrevistas avaliativas, organizam reuniões e grupos de discussão com as famílias dos internos e, ainda, visitam seus domicílios. É a partir dessas atividades realizadas juntos aos jovens e suas famílias que são elaborados os relatórios que são enviados aos juízes do DEIJ informando a situação do adolescente (informativo) ou solicitando a interrupção da internação (conclusivo). Desta forma, nota-se que a relação de proximidade que se cria entre membros da equipe técnica e os

---

práticas assistencialistas e correcionais-repressivas do modelo tutelar que legitimava a visão pseudo-progressista do paternalismo estatal para conduzir-se para o modelo de responsabilidade penal que só se concretiza pela via da garantia dos direitos e da administração de justiça juvenil com a finalidade de sair da constante oscilação entre arbitrariedade e impunidade. (COSTA, A. C. G., 2006)

adolescentes é bastante intensa, e mesmo que por vezes se crie um vínculo de amizade, nunca é livre de tensões.

Em uma das reuniões[65] dedicadas a discutir a prioridade dos encaminhamentos para o projeto, a encarregada técnica mencionou jovens que, embora não tivessem recomendação judicial para atendimento psicológico, poderiam beneficiar-se ao freqüentar, semanalmente, um espaço de atendimento oferecido por um psicólogo de fora da Fundação. A consideração da possibilidade de receber também, e com muita pertinência, encaminhamentos da equipe técnica da unidade foi ocasião propícia para perceber que, apesar de fazer inúmeras críticas às exigências de cumprimento das determinações judiciais para atendimento psicológico, estes profissionais sentiam-se literalmente de *mãos atadas*.

A sensação de impotência evidenciava-se quando percebiam que os juízes desconsideravam as justificativas apresentadas em relatórios de jovens que, além de não se mostrarem dispostos a freqüentar atendimento psicológico, não precisariam passar por ele por ter-se mostrado suficiente o trabalho realizado pela dupla de atendimento técnico. Respostas negativas, principalmente, a relatórios conclusivos e pedidos de progressão de medida de jovens que não haviam freqüentado atendimento psicológico constituíam-se, também, atestados de desqualificação do trabalho dos técnicos emitidos por representantes do Poder Judiciário.

Frente a essas circunstâncias, a grande maioria destes profissionais seguia à risca as determinações judiciais, enquanto a minoria restante assumia uma postura mais contestadora, acompanhando os adolescentes em audiências que definiriam ou não a progressão de medida. Em muitos destes casos, os técnicos pouco puderam fazer frente

[65] Aproximadamente em 2004, quando o projeto já se desenvolvia nas dependências da unidade.

às decisões tomadas pelos juízes, às vezes até com o respaldo de colegas de profissão[66]. Entretanto, nota-se, atualmente, que este foi o início de questionamentos, hoje melhor estruturados, dirigidos aos juízes pelas equipes técnicas das diferentes unidades de internação que de alguma forma ecoam nas salas de audiências do Fórum do Brás.

É assim que, desde aproximadamente 2005, o projeto de *acompanhamento psicológico* recebe, também, encaminhamentos de jovens realizados pelos psicólogos e assistentes sociais da unidade. Estes novos encaminhamentos surgem por meio do longo contato que os profissionais da equipe técnica mantêm com os jovens; na maioria dos casos, o motivo que os justificam não está relacionado diretamente com a infração cometida. Difere assim, significativamente, de como é dada a recomendação judicial para psicoterapia, esta sim sempre justificada pela natureza do ato infracional e definida no curto espaço de tempo de uma audiência com duração aproximada de 40 minutos.

Assim, quase a totalidade de adolescentes que chegam ao *acompanhamento* por indicação dos juízes deve a determinação do atendimento unicamente a seu envolvimento em infrações consideradas graves. Por outro lado, os jovens que a equipe técnica indica para acompanhamento apresentam-se por outra perspectiva. São aqueles que não recebem visitas, que não falam ou desabafam com ninguém, que têm dificuldades de relacionamento com a família, que apresentam episódios de auto-agressão, que estão agressivos com outros ou adolescentes, que estão sob a angústia de serem recém chegados na unidade, amedrontados ou, às vezes, são aqueles que sentem medo de sair em função da preocupação com o futuro em liberdade. Nota-se que a motivação para sugerir o acompanhamento psicológico do jovem atende à percepção de

[66] Relatos de psicólogos e assistentes sociais da Fundação CASA, não somente dos profissionais da unidade onde o projeto se desenvolve, narram circunstâncias em que com freqüência é solicitado pelo juiz do DEIJ uma segunda avaliação psicológica, ou às vezes até psiquiátrica, com profissionais destas especialidades, conhecidos como **a equipe técnica do Fórum**. Estas avaliações são realizadas por, geralmente, dois profissionais em sessões de curtíssima duração que definem o futuro próximo do adolescente: manutenção da internação por pelo menos mais três meses ou a liberdade assistida.

seu estado de ânimo e das necessidades que pode manifestar durante os atendimentos contínuos com a equipe técnica.

Não obstante a possível pertinência do encaminhamento, do juiz ou do técnico, não é sempre que o adolescente se mostra disponível a conhecer e participar de mais um atendimento, pois, à primeira vista, pode parecer mais um dos vários procedimentos a que é obrigado a empreender em função da constante avaliação, que é formalizada no relatório e enviado ao juiz a cada três meses. Ao mesmo tempo, não são raras as ocasiões em que os adolescentes chegam ao atendimento acreditando que aqueles encontros renderão relatórios que, ao serem enviados ao juiz, podem favorecer ao andamento do processo judicial, colaborando diretamente para a progressão de medida.

Apesar dos esforços da equipe de psicólogos do projeto para desvincular o acompanhamento dos procedimentos avaliativos, o uso instrumental que se pode fazer desta modalidade de prática ainda se mantém presente. No entanto, alguns jovens, uns frustrados e outros curiosos, aceitam retornar ao atendimento e permanecem questionando a razão de ser de tal atendimento e estranhando o fato de não haver informes, relatórios ou laudos sobre eles para os juízes ou para os técnicos. Geralmente, os primeiros encontros com os que optam por permanecer em atendimento são dedicados a compreender melhor o sentido do espaço que está sendo oferecido. Posteriormente, a partir da confiança que começa a se instalar entre o jovem e o psicólogo, inaugura-se a construção de um espaço de escuta e intervenção clínica que possa oferecer acolhimento e cuidado para com questões mais significativas.

Cabe, ainda, mencionar que quando o jovem opta pelo acompanhamento, ele pode se prolongar, na maioria dos casos, até o momento da desinternação. Nesta circunstância, o atendimento passa, inevitavelmente, a constar nos relatórios informativos e conclusivos que os técnicos elaboram para informar os juízes do DEIJ.

Este procedimento originou-se por iniciativa dos técnicos, por ser competência de suas funções informarem as atividades realizadas pelos adolescentes, contribuindo para que o jovem fosse reavaliado, aos olhos do juiz, como tendo obedecido a sua recomendação ou a da equipe técnica da unidade. Considerando que, de fato, este jovem participa do acompanhamento não haveria problemas de isto constar em relatórios e ainda favorecê-lo. No entanto, há também casos em que os jovens não se interessam pelo trabalho e, rapidamente, dele se retiram fazendo uma escolha que é, geralmente, compreendida por juízes ou técnicos, como desobediência ou "falta de maturidade"[67] no período de internação.

Cabe aqui, ainda, outra consideração. Como anteriormente mencionado, a distinção entre medidas coercitivas e as medidas protetivas que, de acordo com as necessidades de cada caso, podem ser aplicadas ou recomendadas, poderia ser um grande mérito do ECA. Porém, lamentavelmente, equívocos na interpretação da lei acabam prejudicando e lesando quem dela deveria se beneficiar, pois nem sempre a recusa do adolescente ao oferecimento de acompanhamento é considerada como a escolha de um sujeito de direitos que, apesar de, e justamente por, encontrar-se sob custódia do Estado, deveria ser respeitada sem com isto sofrer sanções ou represálias nas deliberações judiciais referentes a seu processo.

Atualmente, o projeto encontra-se em andamento e conta com a participação de dois estagiários que, sob minha supervisão, atendem jovens encaminhados principalmente pela equipe técnica. Após reuniões periódicas, durante o último ano, dedicadas a refletir sobre como definir e priorizar os encaminhamentos devido ao alto número de determinações judiciais construiu-se junto com psicólogas e assistentes sociais da unidade um consenso. O critério que prevaleceria para definir a prioridade

[67] Frase recorrente para referir-se aos jovens que não obedecem à determinação judicial ou o encaminhamento do técnico.

dos encaminhamentos não seria mais única e exclusivamente a determinação judicial e sim a compreensão do adolescente construída ao longo da relação que se estabelece entre eles durante o período de internação.

No entanto, nota-se na prática dos encaminhamentos que esta não é uma proposta simples de realizar. Em última instância, o consenso construído a partir de discussões, que poderíamos chamar de teorizações, impõe-se como desafio na passagem à ação. O sentido inerente à nova proposta de encaminhamentos dirigida à equipe técnica dizia de uma apropriação de sua ação profissional no atendimento com os adolescentes. Comunicar-lhes, em uma das reuniões, que nossa equipe não estava lá para servir de "válvula de escape" de situações problemáticas causadas por "casos complicados" era chamá-las a responsabilizar-se e, além disto, a autorizar-se a debruçar-se sobre a demanda que poderia existir em meio às queixas dos adolescentes e às determinações dos juízes.

Neste sentido, compete-nos enquanto clínicos em instituição o constante chamado à busca de sentido na ação pessoal e profissional dos atores institucionais que nos procuram como colaboradores. Assim, a equipe técnica é constantemente provocada a encaminhar os jovens, com ou sem determinação judicial, buscando o sentido da demanda deles, não sem antes passar pelo cuidado de suas próprias demandas. Trata-se, então, de um convite a agir de modo clínico no desempenho de suas funções.

3. Encaminhando a questão do acompanhamento em questão: objetivo da pesquisa

Apresentar a história do projeto *Acompanhamento Psicológico,* temperada pelas considerações a respeito da instituição, dos profissionais que nela trabalham, da

legislação que deveria nortear o processo sócio-educativo e as influências e interferências dos operadores de direito, considero ser o modo mais apropriado de compartilhar as circunstâncias que geraram os questionamentos que me levaram a iniciar a *pro-cura* por sentido deste modo de ação clínica em instituição. A realidade que circunda o acompanhamento – não só a da instituição, mas também a ordem social que esta sustenta e pela qual é sustentada – torna-se de inestimável importância para qualquer tentativa de compreensão do trabalho realizado e da população atendida.

Não resta dúvida de que o ECA, enquanto instrumento legal, foi um grande passo à frente na legislação que regulamenta a atenção que deve ser dispensada a este público jovem. No entanto, a dois anos de completar duas décadas, a aplicação da Lei 8069 ainda não foi alcançada de maneira satisfatória, revelando um abismo entre o que a lei prescreve e o que de fato acontece nas instituições responsáveis pela sua execução. Diante deste cenário espalham-se dúvidas e frustração entre os que trabalham diretamente nesta área, sem que isto impeça o surgimento de propostas de mudanças que contemplam articulação entre diferentes setores das áreas da saúde, jurídicas e educacionais (SINASE, 2006; ILANUD, 2006).

Não obstante, não são raras as ocasiões, seja devido a acontecimentos que alcançam maior repercussão devido à eficiência dos meios de comunicação em dar ênfase a algumas situações de violência, que o debate sobre o quê fazer com esses jovens infratores se acende intensamente. Ouvimos a população reivindicando justiça pelas vítimas da violência urbana e as autoridades[68] fazendo propostas de tratamento mais duro para com os jovens que infringem as leis. Isto, somado ao que já

[68]Embora haja instrumentos legais nacionais e internacionais que apontam a ilegalidade de reformas como a diminuição da idade de imputabilidade penal ou, mesmo a ampliação do período de internação dos adolescentes em instituições de reclusão é válido fazer constar que o espaço que se oferece a tais reivindicações não é insignificante. Reportagem da Folha Online de 10 de fev. de 2008 aponta como uma das pautas do Senado o projeto de emenda constitucional de autoria do Senador José Roberto Arruda (DEM), que propõe a diminuição da idade de imputabilidade penal de 18 para 16 anos. Segundo informações veiculadas no mesmo jornal, esta não seria a primeira tentativa de alteração da lei neste aspecto. Matéria recuperada em 10/03/08. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/.

cotidianamente se ouve em espaços públicos (locais comerciais, escolas, delegacias, hospitais e também nos meios acadêmicos), comunica uma sensação de medo constante que se manifesta nestas exigências de menos tolerância e mais rigor no castigo ou pena que se determina para infratores. Nestas circunstâncias o perigo reside em que, no clamor por justiça, que muito bem mascara o ânimo de vingança, podemos responder à violência com mais violência.

Alguns autores consideram que a questão dos jovens em conflito com a lei é uma das maiores preocupações na América Latina na primeira década do milênio. Já o foram nas décadas anteriores o trabalho infantil e as crianças de rua (GARCÍA MENDEZ, 2006). Atualmente, a discussão sobre a diminuição da idade de imputabilidade penal vem ganhando força, chamando a atenção e gerando grande preocupação ao que este tipo de mudança propiciaria: poderia ser compreendido como regressão. Afinal, considerando que a situação dos presídios e da administração penitenciária na realidade brasileira mostra, constantemente, sinais de fracasso, qual seria o sentido de enviar jovens menores de 18 anos para estas instituições que há tempos anunciam seu próprio colapso? É estarrecedor notar que estamos reivindicando justiça lançando mão de proposições injustas e pouco democráticas. Exigir que mais gente, ainda mais jovem, seja tratada como dejeto a ser amontoado por tempo indeterminado e sem nenhuma perspectiva de reintegração ao mundo e à cidadania (BAUMAN, 1999; WACQUANT, 2004; BAUMAN, 2005) é grave mostra de ignorância ou de cinismo e, ainda, de sadismo, se considerada a grotesca realidade de violência que impera no sistema prisional que, vez ou outra, nos incomoda por aparecer rápida e escandalosamente em notícias de jornais.

Aparentemente, a angústia e o desespero, que se impõe frente à realidade que parece insistir em mostrar somente o lado infracional e violento da juventude, assim

como à incerteza quanto ao futuro da questão, nublam a reflexão. É nesse contexto que surge como possibilidade de solução a suspensão de direitos de jovens que, em sua maioria, já vivem em condições que pouco se aproximam da cidadania de um estado democrático.

Não obstante a evolução dos instrumentos legais seja inegável, as condições reais do modo como estes são colocados em prática obrigam a mais algumas considerações. Enquanto em teoria, no papel ou na lei, longos passos foram dados, no cotidiano das instituições e dos profissionais, que trabalham diretamente com os jovens em conflito com a lei, ainda vige a lógica retribucionista, desembocando quase sempre no caráter exclusivamente repressivo, o que deixa pouco espaço para a justiça e as garantias constitucionais que corresponderiam ao modelo da responsabilidade penal.

Desse modo, cheguei a uma encruzilhada que aponta outras veredas de compreensão possível para encontrar sentido para o projeto de *Acompanhamento Psicológico* a jovens internos. Por um lado, a compreensão clínica na perspectiva fenomenológica existencial revela o constante realizar-se deste projeto, conduzindo-me à extrema necessidade de contemplar com maior abertura a questão da juventude em conflito com a lei e dos instrumentos de que nossa sociedade se vale para tratá-los ou eliminá-los. Por outro, a ação clínica realizada ao longo do projeto permite o desvelamento desses questionamentos por meio da expressão da singularidade dos atores em questão.

Desse modo, sendo ambas as possibilidades de cuidado a eles dedicadas, opto, neste momento, por esta última vereda a fim de, posteriormente, por ela, relançar-me à outra.

A seguir, a explicitação do modo de percorrer o caminho em busca de sentido do *acompanhamento* com esses jovens.

V – A CAMINHO DA COMPREENSÃO DO ACOMPANHAMENTO

> *É somente "O que merece ser interrogado" – diferente do que é simplesmente duvidoso (...) – que, de si mesmo, permite a incitação clara e o livre apoio, graças ao qual podemos responder ao que se diz a nosso ser e chamá-lo para nós. A viagem para "O que merece ser interrogado" não é uma aventura, mas um retorno ao país natal.*
> *Assumir uma direção num caminho, diz-se na nossa língua sinnan, sinnen. Penetrar no sentido (Sinn), tal é o ser da meditação (Bessinnung). Isto quer dizer mais que simplesmente tornar-se consciente de alguma coisa. Não chegamos à meditação quando ainda estamos na consciência. A meditação vai além. Ela é serenidade frente ao mistério, é o abandono ao "O que merece ser interrogado". (MARTIN HEIDEGGER, 1958, p. 18)*

1. Modo de orientar-se

Critelli (1996/2006), inspirada em Heidegger e Arendt, apresenta a *Analítica do Sentido* como uma articulação metodológica em fenomenologia. Considera a investigação do homem "*como todo querer saber, querer compreender que se lança interrogante em direção àquilo que o apela, que o afeta, que provoca sua atenção e interesse*" (p. 28). Segundo a autora, esse método requer do pesquisador:

- o esclarecimento da contextualização da questão;

- o registro das impressões, sensações e pensamentos durante as fases de pesquisa;

- a compreensão do observado como um fenômeno em realização cujo sentido pode se revelar a qualquer momento; e,

- independente do instrumento utilizado para a pesquisa, a clareza quanto à intenção do pesquisador.

Mas qual poderia ser uma metodologia possível para conduzir ao sentido do acompanhamento psicológico, acompanhando as indicações de Critelli acima? Se a

questão perpassa compreender o sentido da ação clínica realizada, o percurso para essa investigação por meio de narrativas poderia acompanhar o próprio rumo da ação clínica empreendida no projeto. Dessa forma, recorreu-se ao modo como Benjamin (1985) discute e articula o narrar com a elaboração do vivido: a experiência. Ao analisar a figura do narrador o autor distingue uma forma comunicação artesanal presente na narrativa que, inequivocamente, traz à luz a autoria de quem narra. Assim, diz sobre a narrativa:

> Ela não está interessada em transmitir o "puro em-si" da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. (BENJAMIN, 1985, p. 205)

Por sua vez, Schmidt (1997) ressalta a importância de compreender o relato de alguém como registro da experiência que encontra na narrativa uma "*forma de expressão afinada com a pluralidade de conteúdos e a constante mutação no tempo*" (p. 68), próprias da elaboração ao momento de transmissão da experiência. Nessa direção, a narrativa constitui-se a um só tempo relato e registro da experiência e ocasião de revisitar o vivido propiciando, inevitavelmente, uma reflexão e nova elaboração do passado que permite o desvelamento constante de sentido. Segundo Cabral e Morato (2005, p. 167): "*depoimentos, relatos, histórias de vida são nada mais que atos de uma narrativa que não se deixam aprisionar por estes conteúdos, mas sim, podem se revelar por e através deles*".

A reflexão a partir dos depoimentos, ou registros em diários de bordo de pesquisa de campo, recorrerá à interpretação como compreensão de sentido, articulando a experiência da pesquisadora, agora impulsionada pela questão que move esta investigação, com a experiência, por ela testemunhada, dos depoentes. Portanto, a

entrevista será utilizada como abertura de possibilidades para o encontro entre entrevistador e entrevistado: entre olhares que avistam um e outro, foram possíveis depoimentos que narram a experiência vivida e sentida por quem se dispõe a dizer de si a alguém que se apresenta para ouvi-lo. Como coloca Benjamin (1985, p. 220), citando Paul Valéry,

> "A observação do artista pode atingir uma profundidade quase mística. Os objetos iluminados perdem os seus nomes: sombras e claridades formam sistemas e problemas particulares que não dependem de nenhuma ciência, que não aludem a nenhuma prática, mas que recebem toda a sua existência e todo o seu valor de certas afinidades singulares entre a alma, o olho e a mão de uma pessoa nascida para surpreender tais afinidades em si mesma, e para as produzir."

A apresentação dos depoimentos na forma de narrativas inclui a pergunta provocadora e outras intervenções da pesquisadora no corpo do texto que, trabalhado na perspectiva de valorizar a autoria do narrador, propõe-se aproximar os jovens entrevistados ao leitor. Este modo de cuidar dos depoimentos gravados é, de acordo com Meihy (1996), uma forma de zelar pela compreensão dos relatos orais dos que com eles entrarão em contato. Este trabalho é denominado pelo autor de textualização: implica processo de transcriação que visa valorizar quem narra, antes mesmo de qualquer outra interferência. Ainda cabe destacar que, sob inspiração benjaminiana, o autor traz o narrador como quem diz não unicamente da própria experiência, mas também da alheia, outorgando uma dimensão coletiva ao narrado (MEIHY, 1991). A validação do trabalho de textualização e de transcriação das entrevistas acontece no momento de revisão das narrativas por parte dos depoentes, quando a possibilidade de modificações e alterações do texto legitima sua versão final.

O trânsito entre as fendas abertas nas narrativas, depoimentos ou diários de bordo, constitui o caminho de investigação quase artesanal, por ser construído no

percurso em andamento sintônico com o que se busca compreender, e não explicar. De acordo com Critelli (1996/2006):

> Para que se entenda o que é uma investigação e uma análise do *real* desenvolvidas pela Analítica do Sentido é necessário que se tenha presente, primeiro, que metodologicamente a ela importa a explicitação da *natureza*, digamos assim, e do *modo* da interrogação que põe em andamento. [...] O *modo da interrogação é determinado* exatamente por aquilo que se quer saber e não pelos recursos técnico-operacionais que se possa pôr em prática. O fundamento do método fenomenológico está dado, sobretudo, por aquilo que se busca compreender (p. 28 e 29, grifos do autor).

Assim, considerando a impossibilidade de encapsular em uma definição una o sentido que uma modalidade de atenção psicológica pode ter, a partir da experiência vivida por diferentes seres humanos, distancio-me, radicalmente, da inútil tentativa metafísica de fugir dos enganos das aparências, amparando-me na compreensão de sentido como modo fenomenológico de aproximação do real que se apresenta. Trabalha-se, desta forma, realçando o que as narrativas trazem à luz como *acontecimento*, expressão temporal e existencial, do *ser-no-mundo-com-outros*, condição ontológica de co-existência ou pluralidade. É a partir da fala *acontecimental* das narrativas que se torna possível o aparecimento fenomênico do que se quer investigar. No entanto, o movimento de *realização* deste aparecer consuma-se, ou *torna-se real*,

> - quando é tirado de seu ocultamento por alguém, *desocultado* – DESVELAMENTO;
> - quando desocultado, esse algo é *acolhido e expresso através de uma linguagem* – REVELAÇÃO;
> - quando linguageado, algo *é visto e ouvido por outros* – TESTEMUNHO;
> - quando testemunhado, algo é *referendado como verdadeiro por sua relevância pública* – VERACIZAÇÃO;
> - quando publicamente veracizado, algo é, por fim, efetivado em sua *consistência através da vivência afetiva e singular dos indivíduos* – AUTENTICAÇÃO. (CRITELLI, 1996/2006, p. 75, grifos do autor).

Segundo a autora, o acontecer destas fases constitui o movimento de *realização do real*. No entanto, cabe ressaltar que este movimento não obedece a uma lógica linear,

isto é, não se dá na ordem em que é demonstrada acima, mas fundamentalmente de forma simultânea. Nesta direção, as diferentes narrativas são tratadas como fenômenos iluminados tanto por si próprios, que se mostram e ocultam ao olhar de outrem, como pelo meu olhar que interrogante se lança como abertura no desejo de compreender o que se desvela.

Contudo, aquilo que se desoculta no encontro de olhares necessita, para se preservar do inevitável ocultamente subseqüente, da linguagem como forma de *conservação do aparecer*, como modo de cuidar do desvelamento, a fim de alcançar a revelação. Por sua vez, a linguagem só alcança sua função de conservação quando é também comunicação. Assim, *"se não se desdobrar comunicativamente, perde sua função de conservação se significado e do ser das coisas e, portanto, nas conduz à sua realização"* (CRITELLI, 1996/2006, p. 83).

É por meio da função comunicativa que a linguagem conserva aquilo que é revelado como compreensão de alguém para outro alguém, assim entramos no terreno do que a autora denomina de *testemunho*. O homem fala entre homens e ao fazê-lo, além de confirmar a existência daquilo que desoculta (uma compreensão de algum fenômeno, por exemplo), confirma a própria existência. O desvelado e revelado necessita da consolidação que o compartilhar com outros outorga: *uma trama significativa comum – o mundo*. Neste sentido, o testemunho dos homens entre homens é que dá realidade àquilo que se apresenta como compreensão das coisas e de si mesmos. *"Cada homem é visto e ouvido, testemunhado por eles, assim também como vê e ouve os outros, testemunha-os.* [...] *Desde esse olhar o eu pode ser o que e como* ***é, quem é****.* (CRITELLI, 1996/2006, p. 91, grifo do autor). Nesta medida, cabe o chamado da autora a contemplar a possibilidade de alguém duvidar de sua própria existência a partir do modo como é testemunhado pelos outros. O *testemunhar* apresenta-se

revelador da condição de pluralidade, de co-existência do ser homem, fundamentando assim qualquer possibilidade de conhecimento.

O critério de *veracização* na perspectiva fenomenológica orienta-se pela relevância pública do conteúdo desvelado, revelado e testemunhado. Ao contrário do modelo metafísico de investigação, que busca na exatidão do método, a consolidação do que se define por verdade, o modo de aproximação e interpretação do real trabalhado por Critelli – inspirada em Heidegger e Arendt – apresenta a *veracização* por meio da constante atribuição de verdade que os homens dão às coisas, pautados no que, em seu tempo e contexto, consideram importante e comum a essa população: *o senso comum* (ARENDT, 1981/2007). A relevância pública outorgada a algo, a sua *veracização*, abre irrevogavelmente o *sentido de ser*, isto é, o destino em relação ao qual se deve *dar conta* da tarefa irrenunciável de *existir*.

Se para o pensamento científico positivista – próprio da perspectiva metafísica – a consideração dos modos de expressão da afetabilidade do homem desqualifica e joga por baixo o estatuto de veracidade de qualquer tipo de conhecimento, para a Analítica Existencial – pautada no pensamento fenomenológico existencial – contemplar as emoções humanas ou os *estados de ânimo* como base de qualquer compreensão é o passo em direção à *autenticação* como mais um movimento de consecução do *real.* Critelli, inspirada em Ser e Tempo (1927) de Heidegger, aponta:

> Ontologicamente, o estado de ânimo é [...] um modo de ser. Tudo o que ele vê, a que se refere, é visto, referido, falado sob uma certa animosidade [...] Os estados de ânimo abrem para nós significados mais verdadeiros (porque existências e não meramente lógicos) das coisas, situações etc., que não aqueles apreendidos pelo pensamento. [...] As emoções falam de coisas diferentes e, às vezes, até contraditórias em relação àquelas do pensamento. Nossas emoções revelam o nosso mais efetivo envolvimento e entendimento de nossa situação no mundo. (CRITELLI, 1996/2006, p. 103)

Assim, compreender o ser e a verdade sob o ponto de vista fenomenológico implica, necessariamente, em se questionar sobre o ser do ente, e seus modos de ser no mundo, que pergunta sobre o sentido e o ser das coisas. Sob esta perspectiva, a verdade é absolutamente temporal por ser a *temporalidade* condição ontológica do ser que questiona. Ainda:

> Por isso mesmo o olhar fenomenológico só empreende *desvelamento*. Desvelamentos cuja paragem é o inaudito, que exige daquele que olha a coragem da aventura. Essa é a dinâmica primordial da *Analítica do Sentido*. (CRITELLI, 1996/2006, p. 152)

2. Entreato

Conforme anunciado no capítulo anterior, a necessidade de compreender o sentido da ação clínica no projeto de Acompanhamento Psicológico conduziu-me a inquietações e questionamentos a respeito da prática clínica desempenhada junto a adolescentes internos da Fundação CASA. Que lugar é reservado para o atendimento psicológico de adolescentes internos dentro da Fundação CASA? Como é compreendida nossa ação ao atendermos à solicitação da unidade de internação que, por sua vez, atendia a uma determinação judicial? Qual é o sentido da ação clínica realizada no projeto de *acompanhamento psicológico*? E os jovens, como compreendem a experiência de *acompanhamento psicológico* da qual participam? Dentre outras interrogantes emergentes da prática essas se apresentavam como as mais urgentes e constituíam-se provocações que poderiam ser compartilhadas e cuidadas a partir do diálogo com os outros atores, também protagonistas, que participavam do projeto.

Inicialmente, a trilha de investigação deste trabalho pretendia contemplar depoimentos de adolescentes sobre a experiência de passar por *acompanhamento*, além de relatos de técnicos e juízes sobre o sentido de encaminhar um jovem para

atendimento psicológico. Assim, seriam colhidos os depoimentos de todos, com a intenção de conhecer o modo como compreendiam o projeto em ação e sua participação – direta ou indireta nele –, para construir, em um segundo momento, a partir do entrelaçamento das diferentes narrativas, um panorama geral do qual emergisse o sentido da ação clínica do acompanhamento psicológico em instituição.

Porém, durante a realização da pesquisa de campo e das entrevistas, fez-se imperativa a necessidade de me deter nos depoimentos que, com muita dificuldade, conseguia realizar com os jovens, alguns em liberdade e outros ainda internos. Eram seus relatos acerca da experiência de participar do *acompanhamento psicológico* que poderiam me oferecer vestígios a perseguir para responder, neste primeiro momento, à questão que dá origem a esta pesquisa de mestrado: "Qual o sentido da ação clínica do *acompanhamento psicológico* para jovens em privação de liberdade?". Afinal, são eles que diretamente participam dessa ação. Portanto, embora haja sido possível colher depoimentos de juízes e técnicas, estes são contemplados como suporte para contextualização da prática psicológica na interseção entre as instituições: Fundação CASA, Poder Judiciário e IPUSP. Posteriormente, retomarei essa discussão.

3. Passos na trilha

A procura pelos adolescentes que já haviam saído em liberdade revelou-se muito difícil. Aqueles com quem conseguia contatar e marcar encontros moravam em lugares muito distantes e de acesso restrito. Quando transpostos esses obstáculos, surgiam outros, como não encontrar o jovem ou porque não estava no momento ou porque havia sido preso no intervalo de tempo entre o contato telefônico e o dia do encontro.

Outra situação vivida nessas tentativas foi a impossibilidade de realizar a entrevista, pois apesar dos jovens se dizerem dispostos a conversar, mostravam-se ocupados com outros afazeres. Embora houvesse, de início, disposição para colaborar comigo, naquele momento pareciam não querer ou não poder. Contudo, apesar dessas "entrevistas" frustradas, apenas poder re-encontrar os jovens e conhecer suas casas e famílias já faziam valer muito as viagens. Nestas situações, não era difícil compreender que podia não haver interesse de parte dos jovens em conversar com um gravador ligado. Afinal, o interesse para realizar as entrevistas era só meu: eles poderiam não estar disponíveis para colaborar ou ficavam receosos, mudando a disponibilidade prévia. Outra possibilidade seria que eu, intimidada por uma situação de tensão pela presença de outros jovens além do adolescente, não houvesse podido aproveitar alguns encontros. De qualquer forma, viagens até extremos diferentes da cidade não haviam sido em vão. Foram oportunidades de transformação a partir de reflexões provocadas por encontros e des-encontros.

Com os meninos que haviam sido presos novamente não foi possível nenhum encontro. Um deles, havendo atingido a maioridade, tinha sido levado para um presídio no interior de São Paulo. Outros dois, que pude localizar com apoio do sistema da Fundação CASA, estavam internos em unidades que não abrem as portas para "pesquisadores". São as chamadas unidades de reincidentes graves que, segundo as informações da assessoria de imprensa da instituição, ofereceriam riscos à minha integridade por tratar-se de "jovens perigosos". De fato, eram unidades que pertenciam a complexos da Fundação CASA que, com freqüência, rendiam notícias aos jornais. Repetidas vezes, manchetes referiam-se a ameaças de motins, rebelião ou episódios de forte revista e contenção dos jovens ali encarcerados por parte do Batalhão de Choque da Polícia Militar, ou do "Choquinho", como é conhecido um grupo de funcionários que

somente intervém nas unidades para conter motins ou realizar busca e apreensão de armas ou drogas.

Apesar da insistência quanto a cumprir todas as recomendações que me fossem indicadas para zelar pela minha integridade, durante o encontro com os jovens não fui autorizada a entrar nas unidades de "reincidentes graves". Foi nesta ocasião que fui informada de que todas as entrevistas teriam, necessariamente, que ser realizadas na presença de algum funcionário da fundação. Afortunadamente, não houve esta exigência durante as entrevistas realizadas nas instalações da unidade onde o projeto se desenvolve.

Por outro lado, como os depoimentos dos adolescentes sempre faziam menção à atuação da equipe técnica da unidade, resolvi registrar depoimentos de três técnicas que tiveram significativa participação no projeto desde seus inícios. A primeira foi a encarregada técnica que procurou o LEFE para solicitar o atendimento para os adolescentes em 2002; a segunda acompanha o desenvolvimento do projeto desde seu começo, como membro da equipe da unidade, e a terceira, uma assistente social que, por um período de tempo, participou de reuniões com nossa equipe também ocupando o cargo de encarregada técnica.

Simultaneamente às entrevistas dos jovens e das técnicas, depoimentos de quatro juízes e um promotor, que atuam ou atuaram por longo tempo nas Varas Especiais da Infância e Juventude e no Departamento de Execuções da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo, também foram registrados. O contato com juízes e outros operadores de direito, nas freqüentes visitas ao Fórum do Brás, sede das Varas Especiais da Infância e Juventude, me abriram as portas para uma realidade que só conhecia indiretamente. Por referências de adolescentes e técnicos da Fundação, eram mencionadas as ocasiões em que tal contato se fazia necessário: quando algum menino

esperava, ansioso, a resposta para o relatório conclusivo que a técnica havia enviado ao juiz, solicitando a progressão de medida, ou seja, a liberdade assistida.

Ouvir relatos dos juízes e do promotor a respeito do trabalho que realizam, ou seja, suas obrigações, suas preocupações, suas frustrações, seus medos, suas opiniões a respeito da juventude infratora, foi um convite a conhecer melhor os bastidores das audiências, possibilitando-me uma compreensão mais ampla do fazer destes profissionais. Abriam-se possibilidades para outras perspectivas de indagações acerca de minha investigação. O diálogo com esses interlocutores que, muito generosamente, se dispuseram a compartilhar seus pontos de vista a respeito do que se compreende por atendimento psicológico para jovens que cumprem medida sócio-educativa de internação, revela que, realmente, são incontáveis os caminhos que se abrem a partir desta pesquisa. Acredito que a interface entre a Psicologia e justiça juvenil, que vem se delineando como determinante no modo de cuidar dos jovens, requer aproximação cautelosa e rigorosa de todos que sugerem formas de intervenção clínica em instituição para "jovens infratores".

Reflexões nessa direção merecem estudo e consideração. No entanto, para a compreensão e construção de sentido da ação clínica, pesquisada nesta dissertação por meio do projeto *Acompanhamento Psicológico*, privilegiou-se o diálogo com os adolescentes que escolheram permanecer em atendimento com a equipe de psicólogos do LEFE.

4. Seguindo pegadas

Passo à descrição detalhada de como foi o encontro com um dos jovens por considerá-lo exemplar por apresentar o cotidiano da vida da maioria dos jovens que

passam pela Fundação CASA. Além disso, foi um dos adolescentes que acompanhei durante o projeto, tendo com ele um contato privilegiado para ouvi-lo como testemunha de sua experiência.

Um dos adolescentes em liberdade, que havia concordado em colaborar com a pesquisa, era Anderson[69]. Antes de sair da internação já havia me passado seu endereço e telefone, ocasião em que eu também lhe informava o telefone e endereço do LEFE caso ele quisesse continuar sendo atendido. Assim, alguns meses depois de sua saída, liguei para perguntar se poderia visitá-lo e conversarmos sobre a pesquisa que pretendia realizar. Quem atendeu ao telefone foi Da. Maria, sua mãe. Inicialmente, um pouco desconfiada, porém gentil, me ouviu; depois de entender o motivo da minha ligação, disse que seu filho havia ido até o centro da cidade tramitar alguns documentos para conseguir um emprego. À medida que lhe fornecia dados sobre mim e o modo como tinha conhecido Anderson na fundação, os sinais de desconfiança diminuíam.

Notei, não somente nesta ocasião, que era importante esclarecer rapidamente que apesar de haver conhecido o jovem na Fundação CASA, não o procurava em nome da instituição nem pertencia a ela.

Da. Maria mostrou-se bastante interessada em saber do que se tratava e a desconfiança inicial parecia transformar-se em uma espécie de expectativa quanto ao que eu poderia oferecer para seu filho. Tentei deixar claro que não o procurava para dar continuidade ao atendimento, embora isto fosse possível caso o Anderson manifestasse interesse. No entanto, naquele momento, eu o procurava para lhe pedir colaboração com meu trabalho. Da. Maria combinou comigo o dia e a hora para ligar novamente com a certeza de encontrar seu filho em casa.

---

[69] A partir de agora, nomes e locais citados são todos fictícios.

No primeiro contato telefônico, Anderson foi muito transparente dizendo que tinha ficado surpreso com minha ligação, mas também se mostrava contente. Animado, conversou comigo ao telefone querendo saber como eu estava, como estava o trabalho na fundação, se continuava atendendo os "moleque" da unidade; perguntou por alguns funcionários, pelo diretor, mandou lembranças e também evocou recordações de algumas situações vividas no tempo de internação.

A idéia de visitá-lo em sua casa para colher seu depoimento foi bem recebida. Optei por pedir para ir até lá principalmente por três motivos. Primeiro, porque o interesse de encontrá-lo era meu e Anderson não teria porque assumir despesas de transporte ou até mesmo o esforço que demandaria deslocar-se até algum lugar onde pudéssemos nos encontrar. Segundo, porque indo até sua casa poderia conhecer seus familiares, dos quais já havia ouvido falar bastante durante os atendimentos, além de aproximar-me dele em seu lugar de origem. O terceiro, e principal, acredito ser a confiança mútua que permitia que, com muita tranqüilidade, combinássemos dia, horário e referências para chegar até sua casa.

Com o endereço em mãos e algumas referências de avenidas e locais comerciais na zona norte fui ao encontro de Anderson. O caminho foi longo. Depois de atravessar a cidade, sob sol intenso, cheguei à rua indicada e a procura pelo número da casa durou mais do que o pensado. Estava em um bairro da periferia norte de São Paulo. Na rua: locais comerciais abertos e algumas pessoas passando. Na oficina mecânica que ficava num dos extremos da rua, informaram que perto do outro extremo havia numeração duplicada e que talvez fosse por isso que não achava a casa que procurava. A rua não era grande e as pessoas se mostravam solícitas para ajudar.

De fato, a partir de certo trecho as casas tinham dois números, mas nem por isso o número da casa de Anderson figurava. Perguntei se alguém o conhecia ou à sua mãe,

mas ninguém sabia nada. Comecei a me preocupar, pois o horário combinado para a entrevista se aproximava. Resolvi ligar, confiante de que ele sairia de casa e o encontro seria fácil. Com ele ao telefone, contudo, começaram a surgir indícios de que estava no lugar errado.

As primeiras perguntas dele foram se a rua era de terra e se haviam várias crianças brincando do lado de fora das casas. Nem uma nem a outra foram respondidas afirmativamente. O bairro e a rua eram corretos, mas naquele pedaço Anderson não morava. Surgiu uma nova referência: a casa era próxima a uma rodovia que ainda ficava distante daquele lugar. Com novas referências, retomei o caminho em direção ao encontro marcado, ainda inconformada com a infeliz coincidência de haver duas ruas com nome idêntico na mesma região: uma ainda em um bairro em que se misturavam residências e locais comerciais e a outra, a dele, já na periferia do extremo norte de São Paulo.

Depois de mais uma hora de percurso cheguei até a casa de Anderson. A rua era quase paralela a uma das rodovias que dá acesso à cidade, de terra e com muitas crianças brincando nela. A numeração dos barracos e das casas era confusa: às vezes eram combinados números com letras porque as pequenas entradas davam em duas ou mais casas. Perguntando desde o início da rua pelo número, fui me aproximando em meio a olhares que estranhavam minha presença, ao mesmo tempo em que manifestavam curiosidade.

Interessante mencionar alguns contatos casuais com moradores que aconteceram durante a busca da casa, com comentários acerca do meu carro (um Fusca ‘80), e que, de certa forma, facilitaram amistosamente a passagem pelas ruelas estreitas, já que continuei a busca a pé com as indicações dadas. Um pouco mais adiante, encontrei um menino sorridente, pequeno, de uns cinco anos, a quem perguntei por Anderson. A

resposta que me deu foi difícil de entender, mas me pediu que o seguisse. Fui atrás e, no terceiro ou quarto passo, entendi que me dizia que conhecia quem eu procurava e que me levaria até ele.

Ainda na mesma rua, mas logo após uma pequena curva, pude ver uma mulher levantando o braço me cumprimentado e apontando para a porta com o número tão procurado. Assim, percebi que estava sendo recepcionada pelo pequeno André e por Da. Maria, que estava na rua atenta à minha chegada, depois de acompanhar as ligações que a antecederam. André, de quem já havia ouvido falar, era o irmão mais novo dos seis que Anderson tinha.

Na entrada que dava à casa deles estava escrita a letra B; uma seta apontava para uma escada estreita, empinada e irregular, que terminava num portãozinho pequeno. Este abria para uma área média, também de terra batida, bem vermelha, que antecedia à casa. Daquela área, por ser relativamente alta, dava para ver as lajes das outras casas e o campinho de futebol que havia na rua de baixo. Era lá também que estavam uma cachorra e seus filhotes, além de um galo de briga e algumas galinhas.

Fui convidada a entrar na casa, onde Anderson me recebeu com bastante amabilidade e me apresentou a um amigo, também ex-interno, que passava alguns dias em sua casa. A sala era pequena e um pouco escura, pois além da porta não havia outra entrada de luz. Após as apresentações conversamos um pouco sobre a dificuldade que tive para chegar e também de como havíamos trabalhado juntos na unidade.

No início da conversa, o amigo visitante acreditava que eu fazia parte da equipe técnica da unidade e foi interessante presenciar como os esclarecimentos foram feitos pelo próprio Anderson. A casa, que também me foi apresentada por ele, tinha quatro cômodos: sala, cozinha e dois quartos, onde moravam Da. Maria, seu companheiro e seus sete filhos. Não faltaram os comentários sobre a casa ser pequena para acomodar

todos, mas que, como não havia alternativa, todos moravam lá. Surgiram algumas piadas sobre situações em que se tornava difícil pegar no sono, ou pelo barulho que alguém fazia ou pelo calor em dias quentes, como aquele. Um copo de água fria, servido por uma das irmãzinhas, foi suficiente para me refrescar naquele momento, mas segundo eles às noites a situação não se resolvia tão facilmente.

Em meio a piadas e risadas, foram relatando sobre o seu cotidiano e das dificuldades que viviam e que, sem ter muita escolha, encaravam com bom humor e doses de resignação. É importante destacar que as dimensões e as condições da humilde casa não impediram que Anderson e sua mãe recebessem seu amigo e a mim mostrando-se generosos e acolhedores.

Encontrada a trilha através das pegadas que essa situação exemplar me descortinou, o próximo passo é apresentar o que se mostrou. Inicio os depoimentos colhidos pelo de Anderson, dada a significação deste encontro, acima citada.

5. Cenas narradas

Alguns depoimentos me abriram as portas para cenários que, embora conhecidos por testemunhar a experiência de vida desses adolescentes em *acompanhamento psicológico* durante alguns anos da minha vida, revelaram-se mais nitidamente quando visitados: desconhecidos e surpreendentes. Outras viagens se anunciavam e deixavam entrever que possivelmente seriam sem retorno.

Anderson

Acompanhei Anderson durante quase dois anos na unidade de internação. À época do início do acompanhamento estava com 16 anos e já havia cumprido um ano

meses de privação de liberdade em outro internato da Fundação CASA. Devido à infração grave cometida, o tempo de internação se prolongou até ultrapassar em algumas semanas o limite máximo de permanência estipulado no ECA, três anos. O longo tempo "de casa" lhe dava um lugar de destaque na instituição: é comum que o interno mais antigo "comande" os mais novos. No entanto, seus relatos durante os atendimentos diziam de sua preferência por manter-se distante de participar em qualquer movimento de tumulto ou rebelião ou, até mesmo, de discutir as regras da "casa" com jovens e funcionários, pois percebia que eram discussões que só provocavam desentendimentos entre eles.

Questionava-se, incansavelmente, sobre o porquê das consecutivas negativas aos pedidos de Liberdade Assistida, solicitados pelas técnicas aos juízes do DEIJ, apesar de seu bom comportamento e notável desempenho nos estudos[70]. Ponderava a gravidade da infração cometida, porém a manutenção da medida sócio-educativa de internação perdia o sentido ao considerar que já havia participado de todas as atividades pedagógicas oferecidas no estabelecimento de internação. Inclusive, finalizado o terceiro colegial havia ingressado, após realizar prova de admissão, em uma universidade particular que mantinha convênio com a Fundação.

O saldo desses e outros questionamentos era sempre negativo, pois apontava, inequivocamente, à infração que o levara a entregar-se à polícia judiciária em 2003, aos 15 anos. Sua história era considerada focando apenas um único fato, a infração, e sob este olhar deliberava-se sobre a situação do momento: "adolescente autor de ato infracional grave" = desinternação negada. Desconsiderava-se a história em desenvolvimento, aquela que se construía durante o tempo presente e que poderia mudar o curso da anterior à internação.

---

[70] Ainda cabe assinalar que Anderson só foi preso porque se entregou à polícia assumindo a responsabilidade da infração.

Finalmente, em agosto de 2006, depois de repetidas entrevistas com a equipe técnica do Fórum do Brás e de vários exames psiquiátricos solicitados pelos juízes do DEIJ, Anderson foi liberado cumpridos os 18 anos de idade. Seus depoimentos para esta pesquisa foram colhidos entre novembro de 2006 e janeiro de 2007 e, após revisados e autorizados por ele, resultaram na narrativa apresentada a seguir. A complementação, ocorrida durante a leitura conjunta de seu relato, será apresentada no corpo do depoimento.

O "*aí*" de Anderson...

Você quer saber como foi pra mim ser atendido durante o tempo em que estive internado? Bom... é que no começo... me perguntaram se eu queria fazer[71]... Que se não quisesse também não precisava ir... Aí falaram[72] que ajudava a sair e tal... Aí falei: "já que ajuda... então... eu vou" Então... era mostrar que eu tava querendo fazer o que a unidade tava pedindo... Então... eu falei: "Já que eu estou de boa... e tal... já que estou fazendo tudo certo e tal... então vou continuar"... Aí... peguei e fui...

Aí... depois de um tempo... lembra que eu falava: "eu ainda sinto vontade de fazer coisas erradas"[73] quando nós conversava e tal?... Porque a gente chegava e conversava... Não era igual que a minha psicóloga... a minha técnica... Era... tipo... outra coisa... Você falava assim: "Isso aqui não vai pra relatório nenhum... o que se fala aqui fica aqui"... Então... lá naquele momento... eu falava tudo o que eu queria... tudo que eu sentia vontade de falar... lá na hora... Não era igual às técnicas de lá... as psicólogas de lá... que mandavam relatório pro juiz... Não era igual... porque lá com as técnicas... eu ficava com medo

[71] Passar por acompanhamento psicológico.
[72] O adolescente refere-se às profissionais da equipe técnica.
[73] Na ocasião a que Anderson se refere, durante o acompanhamento, a problematização sobre essa "vontade de fazer coisas erradas" foi enriquecida por reflexões decorrentes do filme "Gênio Indomável" (Matthew Damon e Robin Willians). Anderson havia assistido o longa-metragem naquela semana na Fundação.

de falar alguma coisa... e acabar me prejudicando... Sempre tinha medo de falar pra não acabar complicando...

Naquela hora que tava tendo o atendimento com você... me sentia mais à vontade pra falar o que eu queria e o que tava pensando e aí quando saia eu até me sentia melhor... Porque não era com todo mundo que você podia falar... as coisas que você sente... que você acha... que você pensa...

Eu sabia que eram pessoas que estavam preparadas... para aquilo ali... Que você é profissional mesmo... Então ai eu resolvi dar um crédito... tipo: "Ela está falando isso então... eu vou falar o que eu penso"... No começo as técnicas falavam: "Você vai lá... pode subir na mesa... pode dar cambalhota... É um lugar pra você fazer o que você achar melhor"... "Se você quiser você conversa... se você não quiser você não conversa... se você quiser ficar olhando pra cara da pessoa... você fica"... Foi o que a técnica do Brás[74] falou... porque... desde lá... eu tinha esse encaminhamento...

Aí então... eu comecei a fazer lá na Unidade... Eu pensei: "Eu tenho que ir... Eu vou porque vai estar me ajudando"... "É o seguinte... não vou estar forçando nada e não vai ser nada de mais" Aí fui e sempre falava o que sentia... Falava: "Então aconteceu isso com tal pessoa... com funcionário"... Coisas que eu não podia falar nem com os outros meninos porque às vezes acabava chegando pra outros pela boca de outras pessoas... Mas... com funcionário não dá pra contar porque ficava aquele clima de inimizade... então tinha coisas... que só dava pra falar ali... só no acompanhamento mesmo...

Aí você tirava um pouco do peso... é pra você se sentir melhor... Eu pelo menos... me sentia melhor, né?... É o seguinte... você está com alguma bronca de alguém e tal... com algum menino... Aí eu vou falando pra outro... ai vai acabar chegando nele... Vai ficar um clima pior do que já estava... Melhor evitar... É melhor guardar... Só no momento lá... que dava pra falar...

---

[74] É no Brás, centro da cidade de São Paulo, que fica a Unidade de Acolhimento Provisório que recebe adolescentes que aguardam definição do processo. A permanência máxima nesta unidade é de 45 dias.

Outra coisa: não dava pra falar com o diretor... que o funcionário era assim... assim... assado... Questionar! Porque o diretor sempre vai defender o funcionário... Nunca ia ficar junto com nós... porque ia sempre defender a equipe dele... "Que a equipe dele é boa e não sei o quê e tal"... Era difícil ter um funcionário que falasse: "Vamos ver isso ai certinho mesmo!" Tipo... tinha lá na Unidade o coordenador que sempre procurava ouvir as duas partes... Aí ele sempre entrava num acordo... Depois ele saiu... Era o único que eu vi que procurava ouvir os dois lados... as duas versões... e se o funcionário tivesse errado... falava mesmo!: "Você é que está errado"... Agora não... tipo tem aqueles... que às vezes eu ia lá... e eles viam que o funcionário estava errado e falavam: "Vamos zerar isso aqui mesmo... Vamos encerrar"... Nunca falavam que o funcionário é que estava errado!

Teve uma vez lá... porque funcionário lá dentro pode entrar com celular na unidade... Assim não poderia... Mas eles entra... Aí teve um menino lá que passou na enfermaria... Estava com umas coceiras na virilha... Aí estava passando uma pomada lá na enfermaria e o funcionário chegou e tirou foto dele e tal... Ele tava de costas pro funcionário... Tirou foto da bunda dele... E começou a dar risada do menino... Aí... foi reclamar e o menino acabou sendo arrastado... Ficou de sanção... E com o funcionário? Não aconteceu nada com ele... Aí nós chegamos com o coordenador... o superior dele... aí ele disse: "Então... não vai mais acontecer isso"... Mas se fosse pra corregedoria... esses negócios... tivesse provas... ia complicar muito para aquele funcionário... Porque poderia estar tirando a foto pra estar mostrando pra outras pessoas... como acontece lá fora[75]... Por ai fora... pessoas tiram fotos dos outros... e colocam na internet... E o cara ali não pode tirar foto e estar trazendo aqui pra fora... Poderia complicar muito para aquele funcionário... Mas acabou não acontecendo nada... ficou por isso mesmo...

---

[75] Nesta frase o jovem parece se confundir ao referir-se a "lá fora" como se ele ainda estivesse dentro da Fundação, interno. Ao revisar a narrativa, ele estranha e pede para acrescentar a frase seguinte. Mas admite a confusão apontando a significativa fase de transição entre o estar livre e o sentir-se livre após longo período de privação de liberdade.

Não adiantava ir lá falar com o diretor... às vezes nós até tentava né?... Às vezes era ouvido... mas muitas vezes não... porque... quando o diretor entrava lá no pátio... nós falava: “Aí... seu diretor! Nós pode falar como Sr. e tal?” Aí ele falava: “Não! Passa aqui para o coordenador que ele passa pra mim” Já que ele tava aí... ele poderia dar uma palavrinha com nós... mas ele pedia para passar para o coordenador...

Aí tipo assim... pra falar o que você pensa o que você acha... era só na hora do atendimento mesmo... que dava pra falar tudo... Então eu achava bom por isso... pelo menos alguém me ouvia... pra mim fazia diferença... Pelo menos individual...

Várias vezes eu falei pra você... “Quero sair... quero ir pra faculdade... quero trabalhar assim... assim... assado” Dava pra conversar porque não dava pra conversar com outras pessoas a respeito desses assuntos... Era bom conversar com você... porque eu não chorava na frente de todo mundo... né? No atendimento ali eu chorava e tal... lá eu não sentia vergonha nenhuma... Pra mim... eu achava legal... ir lá no atendimento... Pode ver que eu também não faltei em nenhum... sempre eu ia... quando tinha eu ia...

Porque no início a técnica fala: “Você tem que ir porque o Juiz mandou... Ou você vai... ou você vai”... Acho engraçado isso que as técnicas falavam... Eu não pensava mais o atendimento como obrigatório... Você falou que não era... Se eu não quisesse ir... então não ia... Acho que teve uma vez... Dia de jogo... né? Aí nós fizemos aquele atendimento rapidinho e tal... aí eu peguei e saí... por causa de um treino para o campeonato de futebol em Brasília... Aquela vez não deu por causa daquela correria e tal...

Mas aí eu não via mais como uma obrigação... eu via mais como: “Se você quiser ir você vai...” Como você falou... Não mais porque o juiz determinou... No começo é um pouco difícil... Você não sai falando tudo... como eu mesmo... Eu no começo não é que tinha aquela confiança... Você começa a ver se pode realmente confiar ou não... Mas tem menino que pede até relatório do atendimento e... acho que o interesse dele não é estar indo lá pra desabafar... pedir alguma opinião... algum

esclarecimento... Acho que o interesse dele é só pra pedir ajuda para agilizar o pedido de Liberdade Assistida dele... Agora eu não... eu ia porque eu gostava de ir...

Lá na unidade teve um menino... que foi encaminhado para estar fazendo... e ele falou: “Eu não vou fazer não... que eu não sou louco!”... Aí eu falava: “Ah... mano! Você chega lá e começa a conversar... com a psicóloga... Ela faz perguntas... e se você não quiser responder... também não precisa” Eu passava para eles como é que era... Aí teve aquele que não queria fazer dizendo que não era louco... Ele pensava assim... não queria fazer porque não era louco e tal... Teve um tempo até que não queria ir para sala de aula... Estava... estourado... Eu falava: “Xi... mano! Não é assim não... meu... Você só vai e conversa”... Ele falava: “Mas eu não matei... não fiz nenhum latrocínio e tal...” Porque ele pensava que só ia quem tivesse infração grave... Então ele não queria fazer... Tinha noite que ele ficava lá chorando de raiva porque não queria fazer... e a técnica dele tinha falado que ele teria que passar... Mas... aí teve que passar em outra coisa... porque ele falou para técnica que usava drogas e teve que passar não sei por onde para começar a tomar remédio para ficar calmo...

As técnicas insistem... vixe... Elas aumentam bastante... Dizem: “Se você não fizer vai te prejudicar no relatório...” Aí começa a falar uma pá de coisa... Aquele menino ficava daqui pra lá... Aí veio um médico e receitou algo para ele se acalmar... Também não queria no começo... Depois... ele começou a achar legal porque ele tomava o remédio... e era meio forte... e dava até uma brisa nele... Ele começou a dar risada... Ele tomava e ficava meio com sono... Às vezes a gente ficava zoando e ele falava: “Deixa eu dormir... Deixa eu dormir”

Tem uns que pensam assim... que é só pra loucos... Hoje mesmo eu estava com uma menina aqui em casa... menina aqui da rua... Não é namorada... tô enrolado... Aí ela falou: “Você vai ter que passar na psicóloga?”... E eu falei que não agora... mas... que já tinha passado... que agora era só para fazer uma entrevista comigo... Disse para ela que não tinha nada de mais... Ela ficou olhando... assim meio estranho e tal... Ela

tava aqui até quase agora... aí teve que ir pra casa... Ela trabalha de garçonete à noite... teve que ir até sua casa pra descansar um pouco... Ela também estranhou...

Vixe... não sei porque as técnicas insistem tanto... acham que os meninos fazendo o atendimento vão se transformar... ou sair do crime e tal... Mas... não é bem assim... Que nem eu estava lá... Eu falava pra você que pensava em coisas erradas e tal e eu lembro que você falava se isso era isso mesmo que eu pensava e queria... se eu achava que isso ia ser bom pra mim... pensar no que vai vir... Mas você nunca falava "Não!... não faz!"... Então procurava só mostrar... né? O que poderia estar acontecendo mais pra frente...

Depois do atendimento acho que não mudou muita coisa não... porque a gente começa a fazer aqueles planejamentos... mas... chega aqui... fora e é totalmente diferente... totalmente diferente!... Lembra o que meu irmão falou... que quando eu saísse ia ter serviço na loja que ele está trabalhando... Já vai dar dois meses e até agora nada!... Aí esses dia... eu fui lá no Brás atrás de um bico... e também não deu certo... Aí você começa a desanimar... Assim... se você quiser mudar... lógico você muda e tal... Eu mesmo penso assim: "Fazer o que eu fiz antes da internação nunca mais! Não quero fazer isso mais nunca na minha vida"[76]... Mas... tipo... roubar... essas coisas... eu tenho coragem de fazer... Agora... aquilo... não tenho coragem!... Se eu não tivesse ficado interno... e estivesse aqui fora... não sei se eu ia pensar assim... As pessoas falam que se você fez uma vez... para fazer outra é fácil... Eu acho assim: "Aconteceu e tal... Mas nunca mais quero fazer... Nunca mais!"...

Mas sei lá... aí vem a dificuldade e vem as amizades... Você começa a pensar de novo... tipo diferente... não o que você estava pensando antes de você entrar ou o que você estava pensando quando você estava lá dentro... Sei lá mano! Conforme vai acontecendo é que você vai planejando... Naquele momento... você planeja tudo pro futuro: "No meu futuro quero isso...

[76] Apesar de a infração ter sido citada no depoimento, neste momento da opta-se pela omissão da mesma, pois na autorização das entrevistas concedida pela Juíza Corregedora do DEIJ, proíbe-se a menção da mesma.

isso... isso!" Aí... às vezes... não é tudo do jeito que tava planejando... Não tem como você acertar o dia de amanhã... Tipo eu... fui lá procurar o emprego... uma menina falou: "Pode ir lá que é só falar que eu te encaminhei"... Aí eu fui lá... desse jeito... e cheguei lá e... já tinha outro menino... Falei que uma amiga tinha me encaminhado e que era pra falar lá que ia fazer um teste... Aí... me disseram que o menino chegou antes e que já estava em teste... e que era pra ir na segunda-feira... Mas... na segunda-feira eu nem fui... Não tenho dinheiro pra gastar se locomovendo... Aí nem fui... Tipo... não foi como estava pensando... que era uma coisa quase certa... era só falar que ia ficar... Mas... o cara quase nem falou comigo... Disse que o menino já estava lá... e realmente o menino já estava lá levantando as portas... Era pra ser ajudante geral...

Lá dentro... eu estava planejando uma coisa e aqui fora é totalmente diferente... Olha esses dias... Lá na unidade... tinha esses meninos que mexiam com esse negócio de macumba... Aí desciam lá os Santos em alguns... E tinha um menino que era mó medroso com essas coisas... Às vezes até chorava... Aí desceu um Santo lá que disse que quando ele saísse ia morrer... Ele começou a chorar... Depois quando descia um Santo ele se afastava o máximo... por medo mesmo!... Um dia desses encontrei o vizinho dele... o Mauricio... e me contou que ele começou a ir num terreiro de macumba... que fechou o corpo com uns guias e tudo mais... Aí eu falei: "Nossa o Robertinho!? Lá dentro ele tinha medo... Ele ia só para igreja evangélica e tal... Ele saiu e é totalmente diferente do que ele falava?!"

Então... acho que não dá para fazer aquele planejamento para quando estiver aqui fora... não dá... Assim... pensar em mudar... em procurar fazer outras coisas... assim dá... Mas pensar: "Vou trabalhar nisso!... Vou fazer isso e tal..." Aí não dá!... Coisas mais gerais dá para planejar... mas mais específicas não dá... Se a pessoa fala assim: "Vou sair do crime e procurar morar em outro lugar!"... Sei lá... sair do bairro onde estava... e lógico não se envolver novamente... Porque não adianta nada ir para outro lugar e começar a se envolver de novo... Tem que procurar emprego... procurar serviço porque

sem... não dá... né? Depende de cada um e da situação também... e da situação também.

Não tem que agradecer por ser recebida na minha casa... Foi o que eu falei quando você ligou... falei pra minha mãe... é a psicóloga... a Sásha... e ela falou: “Tá bom... Normal!”... Ela já sabia que eu passava com você na Unidade... Acho que eu mesmo que contei pra ela...

A narrativa apresentada a seguir, aconteceu como complemento do depoimento inicial em encontros posteriores. Nos momentos de revisão do que foi dito, como testemunharemos ao ler o dizer de Anderson, revisitava-se também o vivido:

Esses negócios de não saber mesmo o que pode acontecer... de nem sempre ser do jeito que você planejou é verdade mesmo... Um dia desses mesmo... encontrei um dos meninos que morou comigo na época que saí de casa... Fui morar com amigos... antes de ir pra Febem... Daqueles meninos que morávamos juntos tinha dois que eram irmãos de sangue... Um está preso... Ele já tinha sido preso... aí saiu... mas tinha vários boletim de ocorrência pendente... Então ele foi preso de novo em outro boletim de ocorrência e agora tá lá preso de novo... Outro... o Gegê... morreu... ele estava num forró... acho que ele estava traficando... Eu acho... não é certeza... aí uma moça foi falar com ele... aí já estava tudo planejado para ‘subir’ ele...

Fiquei sabendo quando saí... porque saí tipo uma quarta feira e ele tinha falecido no domingo... Fiquei sabendo por um colega no forró que contou como é que foi... Ele não estava junto... mas ele conhecia os cara que fez... né?... Foi aí... no forró... que eu trombei os dois irmãos... o Dido e o Grosso... Depois... esses dias estava falando com o Dido... Nós era mó trabalhador... dava a maior ripa do caramba e hoje em dia não quer nem saber de trampar... Porque nós não tinha vergonha nenhuma... porque nós chegava nas pessoas para vender rosas... Tinha que trocar idéia pra poder vender, né?... Aí nós não tinha vergonha nenhuma... E hoje em dia ele está jogado... tipo largadão... está vagabundão mesmo...

Esses dias eu fui com ele aqui no Lago dos Marrecos... que é um lugar de passeio... Chamei ele: "Ô Dido!... Desce aqui!"... Ele mora no Carrão... mas de vez em quando ele fica aqui no morro... Tem uns colegas dele e as tias dele por aqui... Também não pode ficar num lugar só... ele também zoou um cara por lá... Ele e o irmão dele que está preso zoaram um cara lá... Então está embassado... não pode ficar num lugar fixo... Aí aquele dia que chamei ele... ele estava indo para o Lago dos Marrecos... Eu gosto dele pra caramba... Aí eu falei: "Eu vou lá com você"... Porque eu também tinha que ir lá pra Vila Maria para trocar um tênis que tinha comprado e que meu irmãozinho usou e saiu todas as fitinhas... Aí eu fui lá trocar... Depois... quando estávamos indo pro Lago dos Marrecos... trocando idéia... perguntei o que ia fazer lá e ele me fala "Pá... vou ver se pego algum tênis de algum *boy* lá"... Ai eu falei: "Ah! Então vamos voltar mano... Vou ficar me arrastando aí por causa de um tênis?... Eu aqui... pá... tirando um lazer e você vai ficar zoando?"... Aí eu peguei e falei: "Mano... vou sair fora!" Aí ele falou: "Não... Só vou lá pra tirar um barato mesmo... Não vou fazer nada disso aí não!" Aí eu não sei se ele falou isso só porque eu falei que ia embora... né?... Ou se ele ia fazer... Ou também não sei se ele não ia... Porque depois ele falou que estava brincando... Falou: "Você acha que vou zoar num lugar da hora para passear?"...

Aí eu fui lá com ele... Foi eu... ele... e mais três meninos... Eu estava com mó vontade de ir andar lá nos patinhos que eu nunca tinha andado... Os patinhos de pedalinhos... Já estava quase na hora de fechar... faltava acho que cinco minutos... aí o cara lá falou: "Ô... vou abrir aí... mas só vai poder entrar um de vocês!... De maior né? Pra andar com os dois menorzinhos"... Aí o Dido falou assim: "Vai lá mano!"... Eu não pensei duas vezes... "Eu vou!" Peguei e levei ele[77]... Andei lá... pedalando... indo pra um lado e pro outro... Eu não sabia que do lado tinha um negócio para manobrar... Aí... o negócio não ia... estranhei... Aí depois um dos meninos que subiu perguntou pro outro se não queria pilotar... Eu disse: "Pilotar o quê mano!?" Aí que ele me mostrou que dava pra pilotar... Aí

[77] Refere-se ao André, seu irmãozinho.

eu comecei a controlar... estava indo direitinho... Aí nós andamos lá... Foi da hora!!... né?!... Nunca tinha andado... e eu estava querendo levar ele[78] Foi bom!!!...

Mas ver o Dido assim fica meio embassado... Porque uma pessoa que você gosta assim... querendo ou não você acaba perdendo... Tipo quando você está no crime... você está sujeito a tudo né? A morrer e tal... ser preso... Como o irmão dele... Não sei quando vou poder ver... tem que esperar ele sair... Ele está lá na UAI ainda... Tem que esperar ele sair pra nós podermos conversar... E o Dido também está sujeito a ir preso... mesmo que ele não roubar... Mas ele anda com as pessoas que fazem... então acaba indo junto... como ele usa drogas... Aí está todo mundo ali usando junto... Aí o pessoal tem passagem de uma pá de coisa e ele tá lá no meio...

Então "quem anda com porcos... farelo come"... Então pode acabar indo preso sem ter feito nada... como tem várias histórias... Eu mesmo já vi alguns meninos lá que foram presos de inocente... Então eu fico chateado... Eu já passei por isso... e ver outra pessoa passando... tipo... o que eu não quero pra mim... eu não vou querer pros outros... né? Então to meio chateado com isso...

Também não foi fácil falar que não ia com ele zoar... Não é tranqüilo... Eu sei que ele vai ficar meio chateado... Assim... vai falar: "O menino já passou por isso e agora está dando pra trás"... Ele deve achar que eu estava com medo e tal... esses negócios... Vai ficar meio chateado... mas depois ele vai entender né mano? E pode pensar: "Não o moleque não está querendo isso pra ele... Então firmeza"... Acho que ele pode entender depois... Não vi mais depois disso... Perguntei dele... mas foi pra casa da mãe dele... Daqui a pouco ele está por aí de novo...

Esses dias teve um culto aqui em casa e a minha irmã estava falando e contando do dia que tudo aconteceu[79]... Como ela é crente... né? porque na bíblia fala muito... que Deus

---

[78] Novamente, fala do André.

[79] Anderson refere-se aqui ao assassinato da mãe pelo padrasto, enquanto ele estava trabalhando fora da cidade. Este acontecimento já havia sido relatado a mim rapidamente por telefone, mas durante este encontro Anderson quis contar mais detalhes.

ressuscitou o Lázaro e tal... e que Ele ressuscita mortos... Aí naquele dia ela estava falando com Deus: “Por que com a minha mãe?... Tenho fé que o Senhor pode levantar ela”... Estava conversando com Deus... e nada Dele responder... Buscava e buscava e nada Dele responder... Aí que o médico veio falar com ela: “Ela morreu mesmo”... Acho que ela morreu na hora porque perdeu muito sangue... Foi o meu padrasto... Ele tinha muito ciúmes dela... Quando minha mãe estava conversando com alguém aí embaixo... Conversando!... ele já descia... de cara fechada... Aí ela se tocava e já concluía a conversa e subia... Qualquer rapaz da rua que ele visse conversando com ela... ele já ficava com cara fechada...

Uma vez até eu trouxe um menino aqui em casa... Trouxe não!.. Na verdade... ele me ligou... Já estava aqui no Limão... aquele amigo meu que estava aqui em casa quando você veio... Ele tinha saído da FEBEM... Não tinha nada combinado... Aí deu a louca nele... ligou lá pra mulher dele... e veio antes mesmo de ir para própria casa no interior... Aí estava lá no Limão... ligou aí eu falei: “Mano... tô sem dinheiro pra ir te buscar”... Aí ele falou: “Não! Fala aí como é que é que eu dou um jeito!” Aí falou no telefone que estava perdidão... Aí chamei minha mãe e falei: “Ô mãe! Como é que eu faço pro menino vir pra cá e tal?...” Aí minha mãe explicou direitinho: “Faz assim... assim... assado”

Eu estava com a menina que eu estava ficando... Fiquei esperando ele aqui embaixo com ela... e falei: “Caramba... mano! Será que ele se perdeu?”... Fiquei pra lá e pra cá... “Acho que ele desceu no outro ponto”... Aí eu to indo lá pra cima e eu vejo ele falando com um colega meu lá... Acho que ele falou meu apelido e falou Anderson também... mas só aqui na rua que o pessoal me conhece como Dezinho... lá pra cima não... Aí perguntaram pra ele se era um eletricista... Ele disse então que era um menino que tinha saído da FEBEM... Falaram pra ele que conheciam um que tinha saído da cadeia... Foi quando eu cheguei mais perto e gritei: “Aí... Nego!”... Ele me reconheceu... Aí o outro falou: “Ah! Mano... é o Dezinho!”... Aí firmeza!... Ele contou que no ônibus estava com medo de se perder e ficar no

meio a rua... e pediu pra uma mulher no ônibus pra ir pra casa dela... Aí a mulher falou: “Não!!! Eu tenho marido!”... e ele falou: “Não! Só pra dormir só!”... Eu falei: “Vixe! Mano você está chapando!” Ele falando e eu dando risada pra caramba!... Porque também ele mó engraçado...

Aí ficou uns dias em casa... Meu padrasto tomou umas e tal e falou: “E aí?... Esse maluco não vai sair não, mano? Não vai se tocar não?!”... Aí eu falei: “Calma aí... Zeca... Não é assim não!... O moleque está sem dinheiro!”... Aí não sei se ele ouviu... né? Também ele não comentou nada... Aí cheguei pra ele e disse: “Aí... mano... Tá embassado aqui!”... Meu padrasto estava com ciúmes dele... Então falei pra ele: “Aí Nego! Tá meio embassado e tal... Não tô trampando... Não estou dando nada em casa... Então o negócio está embassado”... Conversei com ele e ele falou: “Não... Eu entendo e tal... Vou pra casa do Marinho passar uns dias...” Ai fomos lá procurar a casa do Marinho... Lá no Jardim Arpoador... Procuramos pra caramba... e achamos a casa dele... mas ele não estava lá! Aí voltamos... Era uma hora da manhã quando nós voltamos de lá... A pé mano!... Longe pra caramba... Ficamos lá procurando bastante... mas não tinha ninguém na casa dele... Depois... nós ligamos pra ele... então eu passei o telefone para o Nego... E o Marinho disse que podia colar lá... Ficou dois dias lá... e fez uma cena lá... Fez um B.O. lá... Pegou um dinheiro... e foi pra casa dele... Depois ligou dizendo que já estava em casa com a mulher dele... mas que está querendo vir morar pra cá pra São Paulo... Até hoje!... Eu tentei ligar pra ele... mas não deu porque o telefone aqui é linha econômica...

Então... quando o Nego estava aqui também teve uns problema já com o meu padrasto... No dia que ele matou minha mãe... ele chegou meio bêbado... Não sei também se ele estava drogado... Sei lá... Os únicos que estavam em casa eram as minhas duas irmãs pequena e o meu irmãozinho André... Então ele aproveitou a situação que não tinha ninguém em casa... Eu estava naquele serviço lá de ajudante de caminhoneiro... O meu irmão mais velho estava trampando... Estava todo mundo trampando!... E ele entrou aqui e perguntou para minha irmãzinha se minha mãe estava lá

dentro... Ela falou que estava... minha irmãzinha sem entender nada... inocente... Ele chegou ali dentro e começou a discutir com a minha mãe... Aí uma das meninas tinha ido pegar uma cama aqui na vizinha... Minha mãe continuou fazendo almoço pra ele e ele discutindo... Ela nem dava aquela atenção... deixava ele falando... porque bêbado... né?... Fala pra caramba!... Ela não deve ter dado muita atenção pra ele falando... Aí... não sei... acho que ele pegou a faca... também não sei como tudo aconteceu...

Aí... aqui... estava tudo sujo de sangue quando eu cheguei aqui!... Cheguei à noite... e a minha irmã falou: "A mãe morreu!"... Eu não me conformei ainda!... Não queria saber de fato como é que foi e tal... Aí... depois que eu fui perguntar: "E a mãe morreu do quê?"... "Foi o Zeca[80] que matou ela!"... Aí já subiu o sangue... Perguntei: "Cadê ele?!"... Fiquei com vontade de ir atrás dele e de matar ele mesmo! Fiquei com vontade!... Aí meu irmão falou: "Não!... Não!... Ele já está preso!"... Aí eu fiquei na maior neurose... maior raiva mano! Maior raiva mesmo!... Aí firmeza!... Todo mundo foi pro enterro...

Até uns dias atrás aí... a mãe dele[81] perguntou: "Cadê a bicicleta do Zeca?"... Meu irmão já falou um monte pra ela: "Ô... Quero que você e o Zeca vai pra..." Ele falou umas palavras pra ela... Não sei o quê ela tem na cabeça!... O maluco faz isso aí... e ainda vir aqui atrás da bicicleta dele para ir lá e vender pra pegar um dinheiro pra ir lá visitar ele lá no interior?!... Ela falar isso ainda mais pra nós!!!... né?... Meu irmão falou um monte pra ela! Também depois disso... aí ela não apareceu mais...

Eu não quero ver esse maluco na minha frente!... Tomara que eu não encontro ele!... Se ele tiver que morrer lá dentro... que ele morra lá dentro... Porque se eu encontrar com ele... não sei qual vai ser minha reação não!... Vou pra cima dele mesmo!... Aí... acho que vai ser ou eu ou ele... Porque ele não tinha motivo pra ele fazer isso aí... Ainda chegou nos policias que

---

[80] O padrasto.
[81] Do Zeca.

perguntaram: “Por que que você fez isso?” e ele falou: “Pra dar um corretivo nela”... Maior safadeza!... Pilantragem isso aí!... Ainda foi na frente do meu irmãozinho... Não teve consideração nenhuma!... Maior safadão!... Aproveitou que não tinha ninguém em casa para fazer isso daí... Os meninos estavam trabalhando... Só os pequenos... e eles não iam poder fazer nada... Mesmo assim... a minha irmãzinha tinha ido pegar a cama lá... a outra foi fazer não sei o quê lá... Estava só ele aqui dentro mesmo! Só meu irmãozinho... Eles chegaram e ele falava assim: “A mãe... ó...”... e balançava a cabeça... Ele fazia assim porque quando a cachorrinha morreu ele aprendeu... então ele só falava: “A mãe... ô...” e balançava a cabeça dizendo que a mãe tinha morrido... E falava: “Pai...”... Falava que era o pai dele que tinha matado ela... a minha mãe... Me falaram que tem que passar ele pela psicóloga porque pode causar um problema mais pra frente... Aí tem que ver isso daí... Ele entende tudo... ele só não consegue falar direito... mas ele é esperto... Entende tudo!...

Então tem que ver isso daí porque foi forte pra caramba o que ele viu... e ele entende! Esse negócio que ele não fala direito... minha mãe já estava vendo... estava tudo marcado... Só que agora não sei onde e quando é... Mas vou ver lá no Belmira se não encaminham para algum lugar... Porque foi o pai dele que fez isso... né?... Só ele que é filho do Zeca... Ele até tem outras irmãs por parte de pai... mas acho que não vai mais poder conviver com elas... o pessoal se afastou depois do que aconteceu... A avó dele... o tio dele que era gente fina... mas também já passou por cadeia assim... também nunca mais ligou... nunca perguntou nada... Se afastaram... Nâo sei se eles pensam que nós tem alguma maldade com eles... Pensam que vamos fazer alguma coisa com eles... Mas contra eles não tenho nada... Tipo... eu fiquei chateado bastante com a avó do meu irmãozinho... porque depois do que aconteceu aí... ainda chegar e perguntar: “Cadê a bicicleta do Zeca que preciso vender pra levar algumas coisas lá...” Ela não pensou na gente... no neto dela... Só pensou no cara lá...

Aí... como eu estava falando... no dia mesmo... minha irmã lá no hospital estava falando com Deus... e nada Dele responder pra ela... nada... nada e tal... Aí veio o médico e falou "Não! Ela faleceu mesmo!"... Teve uma hora que ela falou: "Não Deus!!!... Eu preciso da minha mãe... Preciso dela... Como é que vai ser com os meus irmãos?!"... Aí que ela sentiu Deus perto dela... Falou com ela e disse que ia dar força pra ela... Ela estava dando esse testemunho no culto... Ela estava falando: "Agora eu sei que Deus vai trabalhar cada vez mais comigo... e ele vai dar cada vez mais forças para estar com meus irmãos aqui..."... Porque tem que ter alguém que tenha juízo para estar aqui controlando a casa... e ela está aqui até hoje...

Agora ela está pensando em se casar porque está namorando um rapaz da igreja... Ela falou que até o final do ano ela vai estar saindo daqui... Aí meu irmão mais velho também está precisando sair... Aí... vai ficar... eu e meus irmãos...né?... Tem o de 17 anos... que falou pra mim: "Eu tô louco pra tirar minha reservista para arrumar um serviço registrado"... E eu falei: "É isso aí mano!"

Eu estava precisando hoje ir lá no médico para tirar atestado médico para fazer a reservista... mas aí eu falei: "Não hoje!... Hoje não!"... Ando meio preguiçoso ultimamente... Era pra ter ido no posto de liberdade assistida quarta feira... Não fui... Pensei em ir quinta... que tenho que ir no dentista... Aí eu falo com ele também... e está tudo certo... Acho que só fiquei um mês e pouco... um mês e uns dias sem assinar... mas estava trampando... Expliquei pra eles: "Por causa disso... disso... disso..." Aí ele[82] falou que estava fazendo um relatório explicando pro juiz que eu estava trabalhando.

Depois que meus irmãos mais velhos casarem... eu que vou ficar com os meus irmãos... Aí vai ser do meu jeito... né mano?... Eles respeitam mais os mais velhos... a minha irmã mais velha... que está aqui... porque a mais velha mesmo está casada e mora em outro lugar... Depois vem meu irmão mais velho... e depois vem ela que está cuidando de tudo agora... Está tudo na mão dela... Tem horas que... tipo... as menores abusam... Teve

[82] O técnico da Liberdade Assistida.

duas vezes já que fui bater nelas para elas pararem de brigar e bagunçar... Aí um dia estava as duas brigando... e falei pra elas parar... e nada... nada... Dei uma vassourada em cada uma... e começaram a xingar falando palavrão... Aí eu também xinguei... e eu bati nelas... Ficou umas marcas na perna delas... A mais velha falou um monte pra mim... Disse que eu não era pai delas... Então eu disse: "Beleza! Agora... quando elas estiver fazendo coisa errada... vou deixar... Está tudo no seu nome!"... Esses dias vi que elas estavam se agarrando... Eu nem coloquei a mão... eu deixei... Se eu ficar como responsável... aí elas obedecem mais... porque tudo vai chegar em mim... e elas obedecem mais... de medo até... Porque a minha irmã mais velha também bate... Ela fala de mim... mas faz igual... Também não é fácil tomar conta de tudo!... A situação não está fácil!... Está bem complicada!

Tipo... tinha um trampo lá... que estava tudo certo já... eu ia ficar já... Mas só que eu tinha que ter os documento tudo em dia... Tudo na mão já... Era só levar lá que estava empregado... Mas aí como eu tinha que correr atrás ainda... não deu... Agora estou paradão... Não estou fazendo nada... Tenho que correr atrás desses documentos... É!... Porque para entrar em alguma firma tem que ter... né?... título... reservista... Então!... Aí eu fui lá tirar o título... e me falaram que tem que ter reservista... porque eu já passei da idade... Aí eu fui ver a reservista e falei que tinha problema físico... e eles falaram que vai ter que ter um atestado médico...

Então... estou aí... Tenho que ter o atestado para tirar a reservista e depois já faz o título para arranjar outro emprego... Porque não estou querendo voltar lá pro trampo de ajudante de caminhoneiro... Porque lá é mó puxado... Agora você só faz uma viagem por dia... porque pra fazer duas você tem que carregar o caminhão hoje para ir lá amanhã!... Antes compensava... quase todo dia você dava duas viagens... Agora fica só uma viagem por dia... Fica se matando por pouco!... Então agora não compensa... Ainda você tem que se alimentar lá... Então o dinheiro vai dar só pro gasto lá porque vai passar o dia inteiro fora... Não vai compensar... Porque você vai

almoçar e é sete reais mais ou menos... Aí cada viagem é 35 reais... fora um lanche que você faz... porque tem que tomar café e almoçar lá... Não vai compensar...

Eu ainda tenho que pagar o aluguel de 100 reais lá... porque a menina que eu estava enrolado ficou grávida... Então eu estou pagando o aluguel dela... Não estava querendo ter filho... Mas depois que a gente começou a ficar junto direto aí nós paramos de usar camisinha... e aconteceu!... Eu falava pra ela... zoando... que queria ter um filho com ela... Mas era zoando... Mas também a gente continuou ficando e sem camisinha!... E aconteceu!... Então... eu tô pagando lá... Já paguei dois meses adiantado e metade do terceiro... porque aí... caso fizer algum bico aqui... já termino de pagar... Tem que ver se faço algum bico... sei lá... Porque também tem isso...

Mas a preocupação é menos... porque ele também tem a mãe dele... Eu não vou ter que ficar com ele... Na verdade... não sabemos se é ele ou ela... Na primeira vez que foi fazer o ultrasom não deu pra ouvir o coração dele... Depois já deu e viram que está tudo bem... O coração dele já deu pra ouvir!... Maior barulhão!... Nossa! Que barulhão!... Esses dias atrás eu estava pondo a mão na barriga dela... aí mexeu e tal... Na hora que é novidade... você fica maior atento... né?... Sei lá... Tipo... eu sinto falta... Se eu gostasse dela mesmo... se eu ficasse junto com ela... aí eu poderia estar abraçando ela... passando a mão na barriga... Mas eu não gosto dela!... Vou ajudar no que eu puder... mas não vou casar com ela... Pra se juntar tem que gostar bastante... Porque você vai dividir a sua vida com a outra pessoa... Pra casar tem que gostar muito... E eu não gosto dela e tal... Ela até insistiu... mas depois ficou por isso mesmo... Não deu certo não!...

Nós estamos para ir lá buscar um berço... que uma mulher deu pra ela... Então... vamos buscar lá na Vila Yara... lá do outro lado... Tem que pegar um carrinho pra ir lá buscar... É!! A situação não está fácil não!!...

É isso aí!... Se precisar vir de novo é só ligar para combinar... Se eu não estiver em casa é só deixar recado com dia e horário... E eu espero[83].

Perplexidade diante do que se apresenta. É esta sensação que, não raro, se destaca entre outras durante os encontros com estes jovens homens.

Passo agora a seguir os vestígios das narrativas, ouvindo-as, compreendendo-as para poder abrir outras reflexões por elas atravessadas.

[83] Foram inúmeras as tentativas de contato com Anderson posteriores a este encontro. Infelizmente, ainda não pude compartilhar o trabalho, em seu formato atual, com ele.

VI –TRANSITANDO POR VESTÍGIOS A ENTRELAÇAR FIOS DA EXPERIÊNCIA

A Coisa

A gente pensa uma coisa, acaba escrevendo outra
e o leitor entende uma terceira coisa... e
enquanto se passa tudo isso,
a coisa propriamente dita começa a desconfiar
que não foi propriamente dita.

MÁRIO QUINTANA, 2008.

O território a ser cartografado está delimitado pelas narrativas dos depoentes[84] e alguns relevos serão enriquecidos, quando possível e pertinente, por enlaces com registros de atendimentos[85] ou de supervisões[86] de atendimentos dos jovens. O norte perseguido nesta análise: o sentido da atenção psicológica em instituição a partir da experiência de jovens que passaram pelo projeto de acompanhamento durante período de privação de liberdade.

A pergunta provocadora dirigida aos interlocutores foi: *"Como foi para você a experiência de passar por acompanhamento psicológico?"*. Suficiente para que, na maioria dos casos, se referissem ao modo como viveram a experiência de serem atendidos e, também, se sentissem à vontade para relatar dados sobre sua história pessoal atual, pregressa e futura. Nota-se nas narrativas uma abertura para transitar entre: o referir-se à experiência de atendimento e o mostrar-se como se estivesse durante um encontro de atendimento. Foi esta sensação vivida junto aos jovens entrevistados

---

[84] Além do depoimento de Anderson, serão apresentados trechos dos depoimentos de outros três jovens: Tadeu, Fernando e Edimilson. Os trechos serão apresentados no corpo do texto em diferentes tipos de letras.

[85] Estes registros são diários de bordo escritos durante o trabalho de acompanhamento dos jovens. Os meus diários são apresentados no mesmo tipo de letra em que foi apresenta o diário de plantão no capítulo III. Os escritos por outros participantes do projeto serão apresentados no mesmo tipo de letra do texto da dissertação, porém em *itálico*.

[86] Sobre as supervisões, são trechos de diários meus escritos a partir da supervisão do projeto. Nestes casos também será usado o tipo de letra do diário de plantão.

que me acompanhou na leitura e re-leitura dos depoimentos para, finalmente, acenar-me para a possibilidade de entre-laçar trechos das narrativas com trechos de diários de bordo de atendimentos e de supervisões. Laços e entre-laços que se relacionando, a partir de pontos significativos revelados nas cenas, passagens e paisagens narradas podem resultar numa tessitura de sentido.

Afinal, os encontros com Anderson e seu depoimento se apresentaram como que retratando traços muito reais de outras cenas percorridas: guardavam aproximações pertinentes com o lugar de origem, com a passagem pelo *acompanhamento* durante o aprisionamento e até mesmo com o lugar de residência dos outros jovens que participaram deste trabalho de pesquisa.

Assim, o motivo da escolha de relatar na íntegra o percurso até sua residência e apresentar sua narrativa, seguida da revisitação ao depoimento inicial, poderiam oferecer-se como possível dimensão coletiva: a experiência de Anderson atravessa a dos outros depoentes e a minha como testemunha dessas histórias na busca para compreender o sentido do trabalho que realizo com esses adolescentes. Desse modo, a seguir, tento desenhar para o leitor aquilo que a mim se apresentou por entre esses entrelaçamentos de experiência.

1. *Confiar ou não confiar: eis uma questão*

> No começo é um pouco difícil... Você não sai falando tudo... como eu mesmo... Eu no começo não é que tinha aquela confiança... Você começa a ver se pode realmente confiar ou não... (Anderson)

> Depois foi passando os dias e eu fui falando também de como entrei nessa vida... É que no começo... assim... você fica meio inseguro de falar... (Tadeu)

> Como eu... vou falar a verdade... às vezes eu não falava tudo para as técnicas... sobre meu sentimento... Não digo sobre o meu problema [infração] que nisso eu nunca menti... (Fernando)

> No começo eu até fiquei meio assustado... Assim... porque eu nunca tinha visto ela na minha frente... Acho que ela também deve ter ficado um pouco assustada... E conforme o atendimento... você vai conhecendo melhor a pessoa... vai adquirindo confiança nela... [...] Eu pude falar tudo da minha vida... Não é para qualquer pessoa que eu posso falar... (Edimilson)

Transitar entre confiar e não confiar apresenta-se de modo pungente no dizer desses adolescentes. Mas seria apenas entre eles que a confiança se faz uma questão?

Busco o significado de confiar: "*Pôr (algo, alguém ou a si próprio) sob a guarda ou os cuidados de pessoa, instituição etc., em quem se tenha confiança*" (HOUAISS, 2008). Anderson e os outros depoentes fazem referência, de forma marcante em suas narrativas, à construção da confiança na relação com os profissionais, ou estagiários, que se apresentam para atendê-los no projeto de acompanhamento. Afinal, pelo modo como chegaram a essa situação, ou seja, recomendados judicialmente ou por indicação de técnicas, o significado era como "*por (algo, alguém ou a si próprio) sob a guarda ou os cuidados de pessoa, instituição"*. Assim, de início, esta relação poderia apresentar-se ameaçadora e, de acordo com a expectativa de outrem. Anderson verbaliza o movimento que quase todos eles fazem na constante tentativa de serem bem avaliados:

> Então... era mostrar que eu tava querendo fazer o que a unidade tava pedindo...

A motivação inicial para começar a participar seria a intenção de mostrar para o corpo técnico da unidade que fazem o que lhes indicam, com o ânimo de mostrarem-se colaboradores e obedientes. É quase imediato atribuir esta desconfiança primeira às referências de atendimento, pautadas na lógica do controle, vividas pela experiência de internação. Desta forma, confiar apresenta-se ajustado ao seu significado: é colocar-se e/ou entregar-se à guarda de alguém para direcionar o próprio agir de acordo com os interesses que, neste caso a instituição, propõe ou impõe.

No entanto, é importante apontar que não é exclusividade do *acompanhamento* com estes adolescentes que estes primeiros momentos de atendimento sejam fortemente marcados por ausência de confiança. Não sentir-se seguro para abrir sua vida a um estranho, é comum, mesmo quando a iniciativa de procurar um psicólogo é própria. Quão mais difícil pode ser para um adolescente interno com determinação judicial ou encaminhamento técnico para o mencionado atendimento? Retomo em diários de bordo algumas situações relatadas que assim o mostram:

> Rogério fez várias perguntas sobre o atendimento aparentando ser, e gostar de ser, bem esclarecido. Depois, fica um tempo quieto e compara com a postura que assume lá fora, no mundão: "Aqui também tem que ser quieto no começo, para saber quem está do seu lado".

Surgem ensaios temerosos de "sentir o terreno", de um tatear receoso, como se se estivesse com os olhos vendados, pois não se sabe ainda onde estamos, com quem estamos e como. Nesse lugar e com essa companhia, podemos nos mostrar ou ocultar.

Somam-se a estas considerações a crua realidade de que a disposição a confiar é quase nula no agitado ritmo do mundo do crime. Anotações de um diário de bordo de um encontro do *acompanhamento* permitem reflexões:

> *A conversa vai para o campo da confiança. Pergunto como é confiar lá. Ele diz que confia desconfiado dos outros. "A gente nunca sabe quem é cagüeta". Aí é perigoso. Pergunto se ele confia em mim, já que sabe como funciona o acompanhamento. "Não", responde, emendando com algumas explicações sobre como a desconfiança é importante lá dentro.*

Edimilson, nessa mesma direção, diz:

> Porque aqui só tem primário[87]... moleque que vem de UIP[88]... Acho que tem só eu e mais dois... três que passou em outras unidades... que sabe como é que é a coisa doida [...] Aqui... graças a Deus... eu posso dormir com os dois olhos fechados... Teve unidade que eu tinha que dormir com um olho aberto e outro fechado mano!... Não queira passar por isso porque você não sabe como é que é... Você não sabe como é que é ali na hora... não tem pra onde correr... Se correr o bicho pega... Se ficar o bicho come!

[87] Primeira passagem na Fundação.
[88] Unidade de Internação Provisória.

O perigo implicado nas relações que se estabelecem nessa esfera obriga, a quem nela circula, a um hermetismo do qual depende, não raro, a própria vida. Durante os relatos – tanto nos depoimentos como nos atendimentos – não faltam menções a esta condição de constante risco, fora e dentro da unidade de internação. O receio de serem presos pela polícia, feridos ou mortos por inimigos ou rivais em situações de confronto tira-lhes, a eles e à família, a tranqüilidade para o descanso cotidiano do existir. A possibilidade de "*deitar a cabeça no travesseiro e dormir em paz*", como recorrentemente referida por quaisquer desses adolescentes, é expressa como verdadeira, pois pela sua experiência é a primeira perda percebida que ocorre ao passar a participar de atividades delinqüentes. Entretanto, paradoxalmente, tal valoração possível é abandonada em detrimento de "recompensas" outras que o crime pode oferecer como vantagens.

Por outro lado, o deixar-se levar pelo consumismo e imediatismo, via de regra presente no comportamento destes jovens, aparecem também como marca na existência do homem moderno. Variam as situações, e com elas os meios e seu alcance, de quem se lança na iniciativa de arriscar-se a preencher o vazio do desamparo existencial com a concretude que o mundo comercial oferece, terminando por abandonar o próprio cuidar de existir.

Nestas circunstâncias, nos meios delinqüentes, quais as referências que podem estabelecer-se? Seriam laços de amizade? Ou, até mesmo um relacionamento afetivo?

> "Namorar? Não gosto de namorar", diz Martinho e parte para crítica: "Mulherada interesseira! Mulher só quer saber de dinheiro, de moto e de roupa de marca... Vixe! Tô fora!", afirma. Diz ainda que só 'fica' e, de vez em quando, nem consegue olhar para cara das meninas depois. [...] Só uma vez gostou de uma menina, foi na escola. Depois que ele começou a roubar e parou de estudar não a encontra mais. Ao lembrar dessa menina o olho dele brilha! Mas rapidamente corta o assunto de gostar e volta ao "papo" de gastar. Fala mal das mulheres, generaliza dizendo que são todas interesseiras. (Diário)

> O lado bom é pra você ver as pessoas que diziam ser seu amigo... Que estavam lá com você na hora em que você tinha dinheiro... droga... mulher... carro... Estava ali 'amigo'... 'parceiro'... Agora... quando você cai aqui dentro... se não é seu pai... sua mãe pra ajudar... está esquecido... Ninguém manda nem uma carta perguntando... se está vivo... se está morto! (Edimilson)

> Aí você fica pensando: "Nossa podia estar lá fora com a família ou com os amigos!"... Você pensa!... Não adianta falar que não pensa nos amigos também que... mesmo que eles não está nem aí para você... você ainda pensa!... [...] Depois que você cai aqui dentro é que você vai ver mesmo qual é a realidade... Quando você está lá fora você não tem nem idéia!... Pega dinheiro fácil... Tem o que quer... Onde você chega... você é respeitado... As pessoas te vêm de uma forma diferente... Certamente estão com medo... né? Mas é assim... não é respeito... é medo... Assim tem algumas que é consideração... e outra é mais medo... Principalmente trabalhador... trabalhador tem medo... Agora... as pessoas que já te conhecem vai pela consideração... Trabalhador mesmo... tem mais medo... (Tadeu)

Surpreende a ausência de amigos nos momentos de dificuldade e do aprisionamento. A saudade sentida leva-os a perceber como as companhias freqüentes de outrora apenas se presentificam em suas lembranças. Por outro lado, essa mesma saudade abre-se à raiva em relação aos que os 'abandonaram'. Entretanto, é possível perceber uma diferença entre os conhecidos por quem são 'considerados' e que são próximos e aqueles que os temem. Discriminar os modos de vínculo com pessoas de seu mundo parece fazer parte desse inevitável 'banho de realidade' e de solidão que a internação promove. Dentre os que sentem medo deles e os que 'consideram' sua presença na boa fase da malandragem quem está ao lado na fase de maior sofrimento? Poucos, às vezes somente a família. Em quem confiar então? Como cultivar amizade e afeto num meio que teima em mostrar, principalmente, o lado utilitário e material dos vínculos entre pessoas?

Relatando o re-encontro e passeio com um velho amigo Anderson dá a ver os conflitos diante de convites para incorrer, novamente, em atos infracionais:

> Mas ver o Dido assim fica meio embassado... Porque uma pessoa que você gosta assim... querendo ou não você acaba perdendo... Tipo quando você está no crime... você está sujeito a tudo né? A morrer e tal... ser preso... Como o irmão dele... Não sei quando vou poder ver... tem que esperar ele sair... E

> o Dido também está sujeito a ir preso [...] Eu já passei por isso [...] Então tô meio chateado com isso [...] Também não foi fácil falar que não ia com ele zoar[89]... Não é tranqüilo... Eu sei que ele vai ficar meio chateado [...] Vai falar: "O menino já passou por isso e agora está dando pra trás"[...] Vai ficar meio chateado... mas depois ele vai entender né mano?

Ao mesmo tempo, deixa a entrever a experiência da amizade que se mantém apesar do tempo transcorrido durante a internação, a ponto de não abalar-se com novo período de prisão de um dos amigos. Compreender como abandono a ausência dos amigos poderia não permitir re-encontros e re-visitação a experiências afetuosas vividas anteriormente. Seriam essas relações afetivas bem estabelecidas que possibilitariam a liberdade de dizer 'não' ao convite a infracionar, quando o desejo é manter-se longe de tal ato? A preocupação do jovem em relação ao possível destino do amigo, assim como também, a firmeza da negativa, mesmo que acompanhada do receio de aborrecê-lo, estariam ancorados na confiança em laços de amizade? E, como isto se articula em relação à confiança em si mesmo quanto ao que quer para a própria vida? De qualquer modo, a reflexão de Anderson, acompanhada da preocupação com a reação do amigo, revela o acidentado terreno em que circulam os ex-internos expostos a re-encontros amistosos ou não. A *confiança desconfiada* sai para além das grades da internação.

Visitando tais cenários no decorrer da pesquisa, nota-se como estes adolescentes podem ser, ao mesmo tempo, alvos de agressões ou possíveis agressores, dado envolvimento atual ou passado com o mundo crime. São a partir deste contexto, que se erguem as imagens de seres violentos, destemidos e indolentes que representam esta parcela de jovens na sociedade contemporânea. Vale notar o papel da mídia na construção desta representação no cenário social atual que parece privilegiar o lado violento da juventude para mostrar, ressaltar e, de forma contraproducente, incentivar.

---

[89] Envolver-se em ato infracional. Neste caso ele foi chamado a roubar.

Mas essa *confiança desconfiada*, que sai dos muros das unidades da Fundação CASA, só tem cabida nos meios em que estes adolescentes circulam e nas relações que eles estabelecem? Ou, a desconfiança está sempre presente nas nossas relações e por onde circulamos: na escola, na universidade, nos *shoppings centers*, nos restaurantes, na rua, no local de trabalho?

O mal-estar nas relações humanas que está presente no cotidiano, como apontado por vários autores (Bauman, 1998, 1999, 2005, 2007; Harvey, 1989; Agamben, 2002; Arendt, 1958, 1972), indicando ser próprio da época atual esse modo de conviver: sentir-se vulnerável. Sendo assim, como eles, jovens internos ou ex-internos se sentiriam? A desconfiança, e o medo que esta gera, não tem ancoradouro específico, pois a violência cotidiana que todos experienciamos não é compreensível ainda que se busque explicá-la por relações simplistas de causa e efeito, perdendo-se de vista a complexidade e a múltipla determinação e modos de expressão deste fenômeno.

Nessa direção, será que as representações construídas a respeito destes jovens, não servem à necessidade de uma sociedade imersa na cultura do medo, precisando apontar para alguém e dizer: são eles, ou é ele, que são perigosos? E envolvidos como estão, ou estiveram, em atos infracionais não são alvo pertinente a esta acusação, convenientes depositários das imagens desenhadas e relacionadas à insegurança, violência e agressividade?

A tendência é naturalizar a relação destes jovens com as expressões de violência. E mais, embora o agir delinqüente deles os revele, de forma singular como jovens em conflito com a lei, urge notar que eles são expressão de um viver coletivo que, também, nos diz respeito e interpela.

> Até conversava sobre isso no atendimento... Contava para ela que as pessoas ficavam tudo com medo... Elas vêm que você está preso... ficam tudo assustado... Porque tem escolta... né? Aí as escolta vem alucinando... fazendo barulho no meio da rua!... Aí quem está do lado... já olha e fica todo assustado... Eu dou risada... de uma certa forma você até acha engraçado... Mas quem queria estar naquele lugar?! [...] Todo mundo

> olha você como um bicho... Assustado... Tem os que fecham até o vidro do carro... desesperado... Teve um dia que fomos lá na saída da percussão... aí chegamos lá na avenida e parecia que era famoso descendo do ônibus... A rua toda parou [...] Os policiais param toda a rua para descer nós do ônibus... Tinha logo uma padaria lá na frente onde a gente ia descer... Ficou como camarote para eles... Dá a maior vergonha... não vou falar que não porque dá mesmo a maior vergonha... Todos te olham como um bicho... Por isso que se eu sair daqui... e alguém perguntar se estava preso... eu nem falo... Nem falo porque... vão ficar perguntado daqui e tal... Eu não vou falar nada... Se for estudar também... nem vou falar nada... Porque também tem o lado do preconceito... né?... Some alguma coisa e é você porque você estava preso... Você é louco mano! (Tadeu)

> Tem pessoas que não tem confiança para ficar com você sozinho numa sala... pelo fato de você ter cometido um crime... Ela acha que você é um bicho para ela... Ela só fica junto com você se tiver dois ou três funcionários juntos... Você não tem a confiança das pessoas... É poucas as que confiam em você... são poucas [...] E vou mostrar para aquelas pessoas que me julgaram... que me apontaram: "Marginal!... Olha lá! O bandido está vindo!" [...] Vou mostrar para todos que eu sou capaz... que eu posso... que eu vou conseguir... (Edimilson)

> A sociedade mesmo... não estou generalizando... Tem pessoas assim que acreditam em nós... Assim como vocês... conversam com nós... Não tratam nós desigual... É um sentimento muito ruim ser desprezado... A pior coisa que tem para o ser humano é ser desprezado... Não tem nenhuma pessoa que acredita em você... que não tem uma confiança... Entendeu?... Te desprezar... Te maltratar... Não agressivamente... mas sim com as palavras... Não te tratar com respeito... Mas ela não sabe realmente o que você passou aqui dentro... Como é que se encontra o seu coração e sua cabeça... Que você quer de novo ter uma oportunidade... (Fernando)

Uma forma de serem afetados por essa naturalização do binômio adolescência-violência surge indicando um apropriar-se das imagens veiculadas ao próprio agir e pensar sobre si. Nessa direção, as falas dizem do avesso da experiência de confiar e de ser confiável. A intensidade das situações vividas expressa quão significativa é a experiência de sentir *na pele* a explícita pré-disposição de desconfiança, quase geral, em relação a eles. Nota-se, ainda, que a ausência de boas expectativas dos outros, em certos momentos, é apropriada por eles mesmos, em relação ao percurso que são capazes de trilhar dentro e fora da instituição.

> Anderson chega ao atendimento meio cabisbaixo. "Tá tudo indo Sra." diz e fica um tempinho calado. Depois, se abre e admite que as coisas estão difíceis porque os funcionários 'pegam no pé'. Sem duvidar diz: "Mas eu não

> vou ficar apanhando de besta! Tem malandro que é o otário que faz!" (Diário)
>
> O jeito que o funcionário se dirigiu a mim se referindo ao Gil foi terrível: "Sabe o Gil que você atendia e foi transferido?... Ta lá aprontando na outra unidade... Esse cara não tem jeito mesmo... é um bosta!" Não soube responder, não pude responder. Que raiva! (Diário)

Tanto em depoimentos como em diários de atendimento, a questão de ser alguém confiável surge anunciando planos de provar aos outros que eles podem ser diferentes do que se diz ou se pensa sobre eles. Durante os atendimentos essas falas surgiam ora como autêntico desejo de mudança, acompanhadas de revolta e indignação com os julgamentos precipitados a eles direcionados, ora como discursos cristalizados, aproximando-se ao que eles mesmos diziam dirigir aos funcionários da Fundação, ou seja, discursos na direção da expectativa de mudança pretendida pela internação. Apesar desta pretensão institucional cabe notar entraves, dificilmente superáveis, no trato cotidiano entre funcionários de pátio e adolescentes.

Os comentários de funcionários sobre os indisciplinados mostram o teor dos modos de lidar com os adolescentes de uma parcela significativa de profissionais responsáveis por executar medidas sócio-educativas. Revela-se, simultaneamente, a falta de formação e preparação que desampara os funcionários em situações críticas junto aos jovens que, muitas vezes, necessitam intervenções educativas precisas ao invés de ações repressivas ou punitivas.

Já o momento do atendimento de Anderson, que o diário expõe, mostra a insatisfação com situações vividas dentro da unidade em relação a possíveis excessos de funcionários com adolescentes. As reclamações, no entanto, não se distanciam de um olhar atento à sua disposição para com os acontecimentos ao redor. Dizer "*não vou ficar apanhando de besta"* alude a atitudes, também recorrentes no cotidiano institucional, de provocação que alguns jovens assumem buscando conflito com os funcionários. Ao

apontar que "*tem malandro que é otário que faz*" anuncia que não pretende ser ele o promotor de uma situação de humilhação para si e de enaltecimento para outro, neste caso um funcionário que nas circunstâncias descritas estaria em explícita vantagem.

Tais situações revelam conteúdos que indicam movimentos de ida e vinda intrínsecos à ambigüidade humana: mudança apropriada ou politicamente correta? Assim, o exercício de *entrelaçamento* desta análise debruça-se sobre a questão da confiança, recorrentemente mencionada nos depoimentos para abordar questões que se revelaram significativas na experiência de *acompanhamento* vivida pelos adolescentes.

Mas, e a respeito do confiar do psicólogo, ou estagiários de Psicologia, nos jovens que são encaminhados? Este questionamento relaciona-se diretamente com a questão da confiança no trabalho. Remete-se, também, aos pressupostos e expectativas que sustentam o projeto e a respectiva participação nele de cada profissional envolvido, em constante tensão com os "resultados" que dele se esperam.

Vale tornar a olhar para o trecho de diário de bordo acima, que apresenta os comentários do funcionário sobre Gil. Como compreender a impossibilidade de uma resposta verbal, que contemplasse uma intervenção a uma situação vivida na instituição, a partir do que me causou essa fala?

Se raiva foi a manifestação do meu sentir naquele momento, como resposta ao funcionário falante, animado em comunicar "más notícias", como compreender o sentido expresso pelo silêncio decorrente? Más ou boas notícias?

Se a notícia fosse que Gil estava bem comportado na outra unidade para onde foi transferido, poderia essa ser uma boa notícia? Um agir de 'bom menino' que, não era comum em Gil, mesmo em momentos de mais tranqüilidade, seria uma notícia que eu receberia com alegria e tranqüilidade? Saber dele já não seria uma boa notícia, considerando que havia sido transferido de uma hora para outra? Porém, não foi

possível filtrar o bom que poderia ser saber dele do ranço depreciativo e humilhante das expressões deste funcionário, que era voz de muitos de dentro e de fora da instituição. Como se inviabilizou essa possibilidade?

Ao apontar a questão da confiança nos adolescentes por quem os atende, tangencia-se ao questionamento quanto ao trabalho realizado junto a eles. O desprezo humilhante daquela, entre outras falas, acertou e feriu a mim, num momento de fragilidade em que não estava sabendo me posicionar, clinicamente, frente aos atropelamentos institucionais. Ou seja, um dos garotos que atendia havia sido transferido, subitamente, contemplando apenas a necessidade da unidade de livrar-se de um *adolescente-problema* que poderia transformá-la em *unidade-problema*.

O que me fez emudecer frente a isso? Provavelmente a dúvida quanto ao quê o projeto de *acompanhamento* pretendia junto a esses jovens, questionamento esse que também reverberava em mim. Qual o objetivo do trabalho senão transformar adolescentes com distúrbios de comportamento em jovens bem adaptados a regras e normas? Qual a eficiência do trabalho se eles continuam "dando trabalho" por onde vão?

Parecem ser essas interpelações dirigidas não somente a quem se propõe trabalhar com estes jovens, mas também aos participantes do projeto *acompanhamento*, bem como a todos cujo exercício profissional está com eles implicado.

> *Acontece um momento de silêncio. "Ficamos por aqui!?" ele pergunta, imitando a forma como terminei o atendimento na semana anterior. "Você já quer ir?" Retribuo. Em seguida, ele diz que ou não lembra ou não entendeu a minha resposta à pergunta dele da semana passada: por que estou indo ali?(Diário).*

Assim, o diário revela como o questionamento dos próprios adolescentes sobre o porquê de estar ali, trabalhando com eles, está presente. Mas tal dúvida poderia não apenas referir-se à questão da confiança propriamente dita no contato direto.

Em geral, estranha-se nossa presença por estar desvinculada de um vínculo funcional dentro da instituição. É, devido a este aspecto, que surgem pedidos de esclarecimentos sobre a inserção do projeto - extensão universitária – na Fundação. Surpreende este tipo de intervenções da universidade na comunidade, e ainda mais por não se tratar de uma atividade remunerada. Qual a intenção de um trabalho como esse?

> *Gerardo começa com uma pergunta: "Queria saber o que a família do senhor acha do senhor vir pra cá". Digo a ele que não houve muitos problemas não. A mídia tem dado um tempo com o assunto FEBEM, tem se preocupado com outros assuntos, então as pessoas parecem ter se esquecido, por hora, das rebeliões que acontecem por lá. É como se a Fundação estivesse com um clima de "calmaria".(Diário).*

> [...] a Fundação CASA não é isso que a sociedade pensa ou o que a mídia mostra... Só mostra rebelião... mostra as coisas ruins... Não... aqui dentro... realmente... nós aprendemos coisas boas... [...] Não mostra o outro lado... Qual? Ela não mostra as saídas que nós faz da unidade... os trabalhos que nós desenvolve aqui dentro... (Fernando)

Referem-se à desconfiança que as pessoas próximas em nosso cotidiano poderiam sentir em relação a eles. São insistentes as indagações sobre quais as motivações que nos levam até eles, sempre acompanhadas de comentários que ouvem identificando-os com situações de violência.

Contudo, ao mesmo tempo, conduzem a abrir espaço para questionar e compreender nossa presença, persistindo no trabalho de *acompanhamento* como expressão do interesse no exercício profissional, engajados num projeto de extensão à comunidade e campo de formação: nossa própria *confiança desconfiada* no fazer psicológico. É um tempo de conhecer e dar-se a conhecer, que não acompanha o do relógio, que faz plausível um espaço do dizer e do escutar mútuo.

> *Pergunto se ele confia em mim, já que sabe como funciona o acompanhamento. "Não", responde, emendando com algumas explicações sobre como a desconfiança é importante lá dentro* [...] *Aquele "não" com que iniciou sua resposta à minha pergunta pareceu-me uma das maiores sinceridades que ele disse nesse primeiro momento. (Diário)*

A sinceridade do adolescente diante da interrogação lançada pelo psicólogo poderia contemplar duas respostas? Primeira: uma negativa contundente ao dizer que não confia em quem naquele momento o atende. Segundo, considerando que a pergunta era pertinente dada a experiência anterior do jovem no projeto com outro profissional, a resposta – em sua forma e conteúdo – poderia estar revelando, também, a compreensão do jovem a respeito da proposta do projeto. Dizer da desconfiança em atendimento situa a dupla, psicólogo e adolescente, já no campo da construção da confiança. Uma escuta sensível e afetada pelo dizer do outro permite a percepção do início de um percurso a trilhar.

> Naquela hora que tava tendo o atendimento com você... me sentia mais à vontade pra falar o que eu queria e o que tava pensando e aí quando saia eu até me sentia melhor... Porque não era com todo mundo que você podia falar... as coisas que você sente... que você acha... que você pensa...Eu sabia que eram pessoas que estavam preparadas... para aquilo ali... Que você é profissional mesmo... Então ai eu resolvi dar um crédito... (Adilson)

No depoimento, percebe-se que o ponto de partida da trilha poderia ser a aposta – tanto do adolescente como do psicólogo – no caráter profissional do trabalho e seu destino: tornar possível o dizer de si. Mas este destino é constantemente buscado no realizar-se do projeto, pois o clareamento quanto ao lugar que ocupamos e ao modo como nos dispomos nesta prática está sempre em andamento:

> *Não estava lá para dizer a ele o que ele deveria ou não fazer. Penso que estava lá para, junto com ele, pensar sobre o que ele estava vivendo e mais que isso, pensar juntos sobre coisas que ele quisesse, que ele, naqueles encontros, trazia. (Diário)*

Na intimidade de seu diário, a psicóloga estaria dizendo a si mesma que, diferentemente do que se costuma fazer dentro da instituição, não estava lá no intento de direcionar o agir do adolescente, mas para presenciar seu aparecer e a destinação que dava a seus atos.

> Vixe... não sei porque as técnicas insistem tanto... acham que os meninos fazendo o atendimento vão se transformar... ou sair do crime e tal... Mas... não é bem assim... Que nem eu estava lá... Eu falava pra você que pensava em coisas erradas e tal e eu lembro que você falava se era isso mesmo que eu pensava e queria... se eu achava que isso ia ser bom pra mim... pensar no que vai vir... Mas você nunca falava "Não!... não faz!"... Então procurava só mostrar... né? O que poderia estar acontecendo mais pra frente...

No depoimento de Anderson surge esta possibilidade. Nestas circunstâncias, e precisamente inspirados pela relação de confiança e respeito mútuos alcançada durante o trabalho, os jovens se abrem a relatar, em *acompanhamento,* muito acerca de seus percursos pela vida.

> *E foi horrível ouvir tudo aquil..., de pensar como ele era só um menino... mas um menino que roubou e atirou numa mulher... Pensar no que os policiais fizeram com ele. Foi um choque muito grande. Quando ele terminou de me contar, ele tremia... Eu não consegui falar nada por um tempo... Fiquei muito angustiada... (Diário)*

Angústia surge por esse dar-se a conhecer no dizer dos próprios adolescentes. Vive-se intenso conflito frente ao que se apresenta nas narrativas de um viver adolescente, por vezes, perigoso e assustador. Delicadas situações, em que participaram como vítimas, ou agressores, dentro e/ou fora das unidades de internação, revelam como as marcas de existências, ainda por vir, podem já estarem tão desamparadas que nem mais atinam ao sofrimento encarnado.

> *Levanta a hipótese sobre um paciente meu que vai matar alguém e pergunta se eu não teria a obrigação de impedi-lo. Digo que não é assim simples, que seria interessante problematizar, ver o sentido desse desejo de matar, porque às vezes não basta impedir um ato* [...] *Falamos sobre como remédios poderiam auxiliar esses tipos de "casos", se forem casos psiquiátricos. Comenta que vários meninos tomam remédio na Febem. Ficam catatônicos, parecem até robôs. Mas não matam, pelo menos. Pergunto a ele o que acha pior, ser um assassino ou ser um robô. Ele diz pensar ser menos pior ser robô, porque aí não se mata. Comento ser o que é socialmente mais aceito. Aí falamos sobre as possibilidades intermediárias, questiono se na vida as coisas são assim, a ferro e fogo. Ele concorda, e comento que o acompanhamento entraria nessas "possibilidades intermediárias". (Diário)*

A dúvida quanto ao proceder do psicólogo numa situação hipotética proposta por um jovem, poderia indicar uma forma de solicitação de um posicionamento do profissional sobre o lugar e o fazer do seu ofício. Algo como querer saber dos limites do sigilo que se oferece neste *acompanhamento*, que tanto empenho põe em dizer-se e ser desvinculado dos procedimentos avaliativos dos órgãos de execução das medidas sócio-educativas da justiça juvenil.

Apesar de tratar-se de uma suposição, a situação proposta instala o peso de um chamado a testemunhar uma revelação e a como dela cuidar. Ainda, como cuidar contemplando o sentido que mobilizações abruptas e agressivas frente a algo que afeta os adolescentes pode apresentar em suas vidas e, ao mesmo tempo, como cuidar dos questionamentos éticos que nossa escuta nos suscita? Como manter a confiança de um sigilo profissional prometido quando desafiado eticamente em seu conduzir-se quanto a ser e fazer, e, no entanto, continuar cuidando do que foi ouvido para compreender e testemunhar revelações de um vivido em agonia[90]?

Como problematizar a vontade, ou a ameaça, de fazer mal ou matar alguém? E mais, como chamá-los a refletir quando estão aprisionados num sentir indecifrável que mistura raiva, ódio, medo?

> Jõao Carlos apresenta-se dizendo saber "mais ou menos" como é o trabalho, pois havia freqüentado por alguns meses uma instituição da grande São Paulo que oferecia atendimento psicológico. Disse que parou de ser atendido lá quando se recusou a continuar tomando os remédios que lhe prescreveram [...] O atendimento estava condicionado à ingestão de medicamentos que faziam parte de um estudo da instituição que pesquisava os efeitos de substâncias farmacológicas no comportamento de jovens envolvidos em um determinado tipo de infração. Depois de alguns encontros ele entra em mais detalhes: "Mas... aquilo não era conversa não! Toda semana que eu ia era para falar da infração.... Eles perguntavam toda vez as mesmas coisas... Parecia que eles queriam me pegar em contradição... Era embassado... Primeiro vinha a dona Renata... que era a psicóloga... e depois o doutor Elias... que era o psiquiatra e começava tudo de novo!"

---

[90] Na desconstrução etimológica *agonia* se apresenta o sentido de: sem origem. <http://unabridged.merriam-webster.com/cgi-bin/unabridged?va=agony&x=0&y=0>

Ainda a propósito desta forma de tratar jovens, uma forma de conter tais impulsos é o recurso medicamentoso. O comentário acima sobre o estado de *robôs* em que alguns jovens ficam ao tomar remédios psiquiátricos parece ver vantagem no fato de que nessas circunstâncias eles não seriam mais perigosos. Ainda, considerando que o jovem pode estar a sondar o que poderia pensar-se sobre ele, seu dizer ainda dirige-se ao que pensa que o psicólogo, e a sociedade, esperam dele: alguém que se adapte bem ao viver em sociedade, mesmo que isto implique em ser meio robotizado.

Na discussão do encaminhamento de João Carlos para o *acompanhamento*, a técnica que o traz à USP se apresentou incomodada com a situação de cobaia em que o jovem foi colocado. Nesta ocasião, menciona algo já mencionado por outros profissionais técnicos da Fundação: a dificuldade, quando não a falta, de acesso a recursos da comunidade, por vezes até os públicos, que atendam aos jovens em suas necessidades – médicas, psicológicas e educacionais.

Este acesso deficiente, ou ainda, a ausência de serviços públicos e neles políticas de atendimento bem articuladas para estes adolescentes leva a equipe técnica, em algumas circunstâncias, a aceitar as condições de atendimento que algumas instituições impõem. Nesta paisagem, são poucos os garotos que notam os efeitos dos remédios e são, ainda menos, os que se recusam a serem "*robôs*" na tentativa de re-inserção na sociedade.

Aqui se resgata a questão da *confiança desconfiada* entre aquele que cuida, em circunstâncias reais e verdadeiras, e aquele que é cuidado. Como cuidar, no *acompanhamento,* desses jovens que comunicam enfaticamente emoções intensas por serem afetados pelos acontecimentos do viver dentro e fora do mundo do crime, dentro e fora do socialmente aceito?

> Todo momento aqui dentro você é testado... Então é nisso que você tem que demonstrar... Uma palavra e já estão te testando!... Eles falam alguma coisa para ver a sua reação... para ver até a onde você vai... Só que chega uma hora que o ser humano tem seu limite... todo mundo tem seu limite!... Chega uma hora que você não agüenta... Você explode!... Não tem como você aturar certas coisas... Tem coisas que você tem que ouvir e ficar quieto... deixar pra lá... [...] Você se controla... vai guardando... vai guardando as coisas para você... Chega uma hora que você não agüenta mais... Chega uma hora que qualquer coisinha você tá estourando... você só está esperando uma agulhada para você explodir... [...] Chega uma hora que o ser humano não agüenta mais... (Edimilson)

> E tem essa ainda também... né? Se eu sair aí a policia falou que vai atrás de mim... Fica mais complicado ainda... Estou ameaçado... E é policia... você não pode fazer nada... vai denunciar para quem? Para polícia? Se eu for lá... na delegacia... dar queixa que eles estão me ameaçando... vão ligar para eles para eles vir me buscar para me pegar... Não tem defesa nenhuma... O jeito é se mudar e... eu quero fazer minha vida... quero trabalhar... estudar... fazer minha mãe feliz... Não fiz minha mãe feliz esse tempo todo ai... agora eu quero fazer diferenciado... Se eles vem atrás... como eu vou conseguir fazer isso daí?... Não vou conseguir... não vai dar... Porque eu não vou ficar correndo o tempo todo também... né?... Aí se eles vir... eu vou correr até um certo ponto... agora quando eu ver que já esta enchendo o saco... vou ter que ir para cima também... Aí seja o que Deus quiser... ou eu ou eles... (Tadeu)

> Eu não quero ver esse maluco na minha frente!... Tomara que eu não encontro ele!... Se ele tiver que morrer lá dentro... que ele morra lá dentro[91]... Porque se eu encontrar com ele... não sei qual vai ser minha reação não!... Vou pra cima dele mesmo!... Aí... acho que vai ser ou eu ou ele... (Anderson)

É possível algo ainda mais trágico acontecer? Esta realidade sente-se real e concreta diante das circunstâncias descritas. Como não temer diante do que se anuncia como possibilidade? Temer por eles ou temor deles? Ambos, por que não? Enfrentar a dificuldade de reconhecer-se sentindo ambos os medos: é esse o lugar do *acompanhante*.

O espaço de supervisão do projeto oferece-se como momento de encontro privilegiado entre estagiários e profissionais implicados no projeto. Testemunhar a experiência de *acompanhamento* desde o lugar de supervisora permite reconhecer no caminhar de outros momentos que fizeram parte do meu percurso, além de encantar-me com a surpreendente imprevisibilidade dos encontros.

---

[91] Refere-se à prisão onde o padrasto espera julgamento pelo assassinato da mãe de Anderson.

> Felícia atende Edson há poucos meses... Ao ouvir certas situações relatadas com detalhes por ele durante os encontros eu me percebo tensa e... um tanto quanto... assustada... Pergunto à Felícia como ela se sente estando com Edson e ouvindo o que ele tem pra lhe contar... Com dificuldade diz que fica pensando na capacidade de manipulação que o adolescente tem... Edson relata intenso sofrimento com o encerramento... mas também relata situações em que ele se diverte fazendo determinadas coisas para ver a reação dos funcionários... Pergunto para Felícia se sentiria medo dele... por ele ser capaz de *"enfiar a faca nele mesmo e ver o sangue pingando no chão"*... Felícia não responde a ele... E a mim... quando indago pelo que sente... ela diz que não sente medo... nem se assusta... com ele... nem com o jeito frio que ele demonstra... Dos encontros trazidos em supervisão percebo que um clima de tensão parece que toma conta em alguns momentos dos atendimentos... Percebo que nestes momentos ela fica quieta durante o atendimento... Inclusive porque Edson constantemente diz estar avaliando se pode ou não confiar nela... Depois de algumas supervisões surge com muita clareza por parte de Edson seu próprio medo de sair da internação... após longos 3 anos... estava próxima sua liberdade... E chegava assustadoramente... Felícia fala também do medo que Edson lhe causava... (Diário Supervisão)

Assustar-se diante do que se apresenta é intensamente vivido por todos que se aventuraram no exercício do *acompanhar*. No entanto, é ela mesma uma das sensações provocadas no encontro com estes jovens mais difíceis de admitir, não por isso menos fáceis de compreender. Será que o receio de cair em posturas discriminatórias e preconceituosas, tão comumente dirigidas a esses adolescentes, dificulta o contanto com o medo que nos invade? Admitir o nosso próprio medo seria tratá-los de forma excludente, "como bichos"? Ao negar nosso sentir diante do que nos revelam não estaríamos também a negar nossa condição de afetabilidade enquanto ser-no-mundo-com-outros? Nesse sentido, abrir-nos à experiência de *acompanhar* não exige também abrir-nos à experiência da ambigüidade como condição do existir do homem?

> Aí... aqui... estava tudo sujo de sangue quando eu cheguei aqui!... Cheguei à noite... e a minha irmã falou: "A mãe morreu!"... Eu não me conformei ainda!... Não queria saber de fato como é que foi e tal... Aí... depois que eu fui perguntar: "E a mãe morreu do quê?"... "Foi o Zeca que matou ela!"... Aí

> já 'subiu o sangue'... Perguntei: "Cadê ele?!"... Fiquei com vontade de ir atrás dele e de matar ele mesmo! Fiquei com vontade!... Aí meu irmão falou: "Não!... Não!... Ele já está preso!"... Aí eu fiquei na maior neurose... maior raiva mano! Maior raiva mesmo!... (Anderson)

> Aí é complicado... você querendo sair dessa vida e eles enchendo o saco... Procurando você para te matar... Tem que se defender também... porque senão... fico com medo deles fazer alguma coisa com minha mãe... se fizer alguma coisa com minha mãe... Sei lá mano!... Eles pensam que só eles sabem onde que eu moro... eu também sei onde eles moram... (Tadeu)

> Aí... cortaram nós do curso! Chegou o dia de fazer o curso... Chamei o funcionário... "aí... senhor abre a tranca pra nós ir no curso"... Aí ele falou: "Não vai abrir não! E abaixa a televisão... que está atrapalhando o curso"... Aí falei: "Não!... Se eu não vou pro curso... então não tem porque eu abaixar a televisão!" Aí ele foi e puxou a tomada da televisão... aí eu já fiquei doido já... Estava esperando só um motivo pra por tudo pra fora... Eu guardo bastante as coisas... vou guardando... vou guardando só que chega um momento que você não agüenta... Acabei pondo tudo pra fora e... os homem também fica com medo [...] Não agüento mais ficar preso... já passou da hora de ir embora... Estou com 19 anos... Estou na Febem desde os 16... Só trancado... trancado... trancado... Parece que pra mim nada dá certo... nada... É difícil a situação aqui dentro... Eu me sinto destacado... excluído[92]... nesse aspecto que eu me sinto mal... não tem ninguém aí pra se importar com você... Lá dentro... no convívio... os moleques tem direito a um curso... uma aula... um lazer... e onde eu estou não tem nada disso... É o dia inteiro a mesma rotina... 24... 48 trancado... Levanta... Escova os dentes... Toma café... Televisão... Almoço... Televisão... Café da tarde... Televisão... Janta... Televisão... Dá a hora de dormir... Cama... No outro dia a mesma coisa e assim vai... Não tem uma coisa para você mudar seu dia... Então fica o dia inteiro assim... Mente vazia... Oficina do diabo! (Edimilson)

Faltam palavras para escrever, para descrever, para comunicar o ouvido, o visto, o sentido, o compartilhado com esses jovens. Sente-se como se o percurso fosse um constante perder: perder os seres queridos, perder os amigos, perder a oportunidade do emprego, perder a tranqüilidade para recomeçar, perder a ilusão, perder os "planejamentos", perder o medo, perder o medo de tirar vidas, perder o medo de perder a vida, perder a vida. Perplexidade, como anteriormente assinalado, é o que geram

[92] Neste momento o jovem refere-se à situação de *seguro*. Ser *seguro* significa ter sido condenado pelos outros adolescentes a não conviver e participar com todos das atividades da unidade. Geralmente, os adolescentes do *seguro,* necessitam de proteção em situações de conflito porque são alvos de agressão e violência dos outros jovens. Esta condenação, geralmente, está relacionada à infração cometida ou a alguma situação dentro da unidade que não é aceita pela "ética" do crime.

alguns episódios da curta história de vida de garotos que, ao falar de si, por vezes, emudecem os ouvintes.

> [...] muitos não conseguem se recuperar por causa disso... porque se o cara não tiver alguém para incentivar ele... para ajudar ele... sai pior do que ele entrou... Sai bem pior... Então isso também para mim foi bom... por esse lado... Por mim... se eu saisse daqui... vixe!... Ia voltar bem pior do que eu era... Hoje não... hoje eu tenho várias opções de vida... Eu volto[93] só se eu quiser mesmo... porque não tenho necessidade de voltar... Eu soube entender que eu não tenho necessidade de eu voltar para vida que eu era... Então o atendimento também me ajudou bastante a entender isso daí... Tem outras maneiras de eu seguir a minha vida... (Edimilson)

> Bom... mas agora... é só esperar a liberdade... Apesar que lá fora também está meio complicado... [...] Querer mudar... sair dessa vida... Aí ter que voltar para pegar esses policial para não morrer na mão deles [...] Na hora que eu estava no carro e que a mulher começou a dar tiro... parece até que vi meu corpo no chão... Passou a imagem na cabeça... meu corpo no chão... um monte de gente olhando... Tipo passando na cabeça... na hora do desespero me vi morto... Aí vi que não era e levantei... Consegui correr ainda!... Mas fui pego! [...] Agora é só esperar para ver o que vai vir [...] Agora minha mãe está procurando uma casa para se mudar lá do bairro... Eu vou com ela... Não queria porque eu conheço todo mundo aí onde eu moro [...] É difícil né?... Se mudar para um lugar que você não conhece ninguém... Fazer amizades... tudo de novo... Mas de alguma forma vai ser melhor para mim... se afastar um pouco... Para quem quer sair mesmo... porque eu quero... (Tadeu)

> Assim... se você quiser mudar... lógico você muda e tal... Eu mesmo penso assim: "Fazer o que eu fiz antes da internação nunca mais! Não quero fazer isso mais nunca na minha vida" [...] Mas sei lá... aí vem a dificuldade e vem as amizades... Você começa a pensar de novo... tipo diferente... Não o que você estava pensando antes de você entrar ou o que você estava pensando quando você estava lá dentro... Sei lá mano! Conforme vai acontecendo é que você vai planejando... Não tem como você acertar o dia de amanhã [...] Então... acho que não dá para fazer aquele planejamento para quando estiver aqui fora... não dá [...] Chega aqui fora e é totalmente diferente... totalmente diferente! Assim... pensar em mudar [...] Coisas mais gerais dá para planejar... mas mais específicas não dá... Depende de cada um e da situação também... e da situação também... (Anderson)

[93] Para o crime.

As possibilidades que se apresentam no horizonte vislumbrado são restritas. A fragilidade do projetar-se ganha concretude irrefutável, insofismável, irremediável ao momento de re-encontro com o mundo em "liberdade".

O encontro frente a frente com o incerto acontece apesar dos "planejamentos" que Anderson aponta como insuficientes, o único dos depoentes que já estava em liberdade. E dentre tantas surpresas e inesperados que o futuro próximo lhe reservava, duas marcaram sua vida de forma radical em menos de seis meses de desinternação: a partida de sua mãe e o anúncio da chegada de um filho.

Intentos e iniciativas de mudança, ainda que em planos discretos, podem sustentar-se diante de realidades e situações drásticas como as descritas pelos jovens entrevistados? Como compreender a condição de abertura de possibilidades da existência em situações dramáticas que tendem à restrição do sentir, do agir, do pensar, do aspirar? Seria a experiência de *confiar desconfiado* junto a outro uma possibilidade à abertura de si no mundo, mesmo diante de dificuldades aparentemente intransponíveis?

Busco ânimo e força na minha experiência com eles.

> Chega extremamente angustiado... diz estar 'muito nervoso' e com muito medo da entrevista com as técnicas... Tinha medo da avaliação ser... mais uma vez... 'desfavorável'... Não é a primeira vez que o juiz pede! *"Vou ficar 15 minutos com aquelas mulheres e de novo vou ficar nervoso"* O grande medo é não saber responder às perguntas que vão fazer... As perguntas são sempre as mesmas... Porque fez o que fez?... Se está arrependido?... Se vai voltar a infracionar?... Diz que a psicóloga e assistente social do Fórum perguntam quase tudo ao mesmo tempo... e ele não consegue responder! "*Aí elas acham que porque fico nervoso estou mentindo... E acham que sou um perigo para sociedade*" Quando questionado a respeito do que ele era... Anderson diz ser alguém que cometeu um erro e que quer seguir em frente... (Diário)

Refiro-me a Anderson, em um dos encontros de *acompanhamento* que antecedeu uma das avaliações da equipe técnica do Fórum do Brás, requerida pelo juiz que já havia negado sua desinternação algumas vezes. Sabia quais seriam as perguntas e o modo como seriam a ele dirigidas. Este rápido interrogatório guardava semelhanças

com o ritual de “boas vindas” às unidades de internação: várias perguntas, às vezes as mesmas, dirigidas repetidas vezes, simultaneamente, ao inquirido. Anderson tinha uma leve dificuldade para falar, que tratava com exercícios de fonoaudiologia e que, naquele momento da internação, praticava intensamente. No entanto, sabia que em momentos de tensão e nervosismo a dificuldade apresentava-se por fortes episódios de gagueira.

Durante aquele encontro, Anderson chorou muito e mostrou-se muito atemorizado com o fato de não saber como responder “adequadamente” às perguntas e, além disso, atrapalhar ainda mais sua situação com o nervosismo que, irremediavelmente, tomava conta dele. Nesta ocasião, além de acolher seu desesperado intento de não “ficar nervoso” dando espaço para o que naquele momento sentia – medo, raiva, impotência – fui testemunha de um gesto de força de Anderson que revelava seu potencial frente às adversidades. Disse-me que há alguns meses atrás havia lido um conto e achava que a história promovera um aprendizado, que ele colocava em prática em momentos de dificuldade. O conto relatava a história de um burrinho que por muito tempo servira seu amo nas tarefas pesadas do campo. Com o tempo o animal fora perdendo força e envelhecendo até o momento em que ele não mais servia aos interesses do amo, ficando inclusive um pouco doente. O dono, para não ter despesa com o animal que não mais lhe era útil, decidira jogá-lo num poço e enterrá-lo. O animal que, de acordo com o relato de Anderson, estava frágil, mas muito esperto, decidiu então sobreviver ao destino que o dono queria lhe dar: a cada pá de terra que o homem jogava o burrinho subia mais um pouco do fundo do poço onde fora jogado, até sair e escapar. Anderson, naquele atendimento comparou-se com o burrinho do conto e disse com determinação que não iria desanimar, mesmo que mais uma vez lhe jogassem uma pá de terra em cima.

Uma fábula com ensinamento muito apropriado para o que Anderson sentia: sentia-se impotente, inseguro e com medo. Anima-se com a possibilidade de transformar os obstáculos em estímulos. Um proceder que perseguia com paixão e paciência, quase meditativa, o que queria alcançar: mostrar-se tranqüilo, sereno frente ao acontecido e seguro do que naquele momento pensava e queria para si.

E hoje, será que permanece esse modo de enfrentar as dificuldades? Em que circunstâncias chegam, ele e outros, ao saudoso "mundão"?

> Porque tem que ter alguém que tenha juízo para estar aqui controlando a casa. [...] Agora ela[94] está pensando em se casar porque está namorando um rapaz da igreja... Ela falou que até o final do ano ela vai estar saindo daqui... Aí meu irmão mais velho também está precisando sair... Aí... vai ficar... eu e meus irmãos...né?... Tem o de 17 anos... que falou pra mim: "Eu tô louco pra tirar minha reservista para arrumar um serviço registrado"... E eu falei: "É isso aí mano!" [...] Depois que meus irmãos mais velhos casarem... eu que vou ficar com os meus irmãos[95]... Aí vai ser do meu jeito... né mano?... Eles respeitam mais os mais velhos... (Anderson)

> Porque a minha família precisa de mim... A minha família que eu falo agora no momento... é minha mãe... minha avô... e minha irmã de dois anos... Elas precisam de mim... minha mãe já está com uma certa idade... 40 anos... Graças a Deus ela conseguiu um emprego... que é difícil estar arrumando emprego hoje em dia [...] Então esse é meu incentivo... a minha família ver a mudança... Dentro da minha casa... Estar levando uma alegria de novo... uma felicidade... Conseguir alcançar meu objetivo... [...] Comprar minha casa... ou seja... dar para minha mãe... porque a alegria da minha família vai fazer minha alegria também... Porque eu cresci assim... eu tive uma infância muito difícil... sabe?... Porque a minha mãe... ela me criou praticamente sozinha... O meu pai biológico faleceu há treze anos... Então ela toda vida trabalhou... toda vida trabalhou... Quando meu pai morreu eu tinha quatro anos... Aí ela foi trabalhando... toda a vida trabalhou e nunca conseguiu alcançar o objetivo dela que é ter uma casa... E é meu objetivo hoje também... E eu quero dar esse sonho... quero realizar esse sonho dela... Porque eu também não quero ver no futuro a minha irmã passar pelo que eu passei... Morando de aluguel... Muda... Sai de uma casa e vai para

---

[94] A irmã mais velha que passou a cuidar da casa após a abrupta morte da mãe.

[95] Anderson refere-se aqui a quatro irmãos: um de 17, duas entre 09 e 12 e o André de, aproximadamente, 05 anos.

> outra... Minha mãe fica desempregada... aí vai para casa de alguém... morar de favor... Não quero esse futuro para minha irmã... (Fernando)

A família, quando presente e aguardando a desinternação do jovem, trata-se, geralmente, de mães e alguns irmãos. A presença do pai, como apontado em diversos estudos e no cotidiano institucional, é sempre rara: separados, com escassa participação na criação dos filhos, às vezes já falecidos, ou até mesmo ausentes com motivo desconhecido pelos filhos. Na maioria dos casos, são mulheres pobres, chefes de família, moradoras da periferia, trabalhadoras de bairros menos periféricos que, em certas circunstâncias, tornam-se, também, ausentes[96].

Enquanto em outras camadas da população observa-se, como fenômeno de grande repercussão midiática, a permanência dos filhos jovens adultos em casa, sob os cuidados e sustentação dos pais, percebe-se nas histórias de vida apresentadas nos depoimentos um movimento em que os jovens são convocados pela realidade a ocuparem o lugar de responsável do grupo familiar. A ausência de um, ou dos dois, genitores impele os jovens a assumirem responsabilidades de chefes de família que vão desde a criação e formação de irmãos mais novos que, sem seu apoio ficariam desamparados, até o desejo de adquirir um lugar seguro para morar. Responsabilidades de grande significância que apontam para a mudança de padrões de conduta e de relações inter-geracionais, que trazem imbricados novos valores de socialização da juventude (TRASSI, 2006).

> Ajudava a minha mãe também quando ela precisava... falava para ela que tinha trabalhado... mas na verdade tinha roubado... Minha mãe nunca soube... O povinho falava... mas ela não acreditava... Ela foi descobrir mesmo quando fui preso... Falava para ela que eu ia trabalhar... mas ia roubar... Às vezes... dava dinheiro e falava que tinha trabalhado... Ela acreditava... Eu até trabalhava... de vez em quando... Ajudava a

[96] Cabe destacar, que embora os depoentes deste trabalho circunscrevam-se no universo descrito nota-se um incremento de internações de jovens de classe média, como o assinala Trassi (2006) apontando para *mudanças na fisionomia* no adolescente infrator desde a década de 90.

> descarregar caminhão... mas ganhava só 30 reais por dia... Nem dava pra minha mãe!... Era muito pouco!... Se eu tivesse escutado ela nem ia vir preso... Ela tinha me falado para ir para o Mato Grosso... porque a família dela é toda de lá... Acho que ela estava desconfiando... (Tadeu)

São comuns os relatos de jovens em atendimento que atribuem à mãe, e à família, total desconhecimento de seu envolvimento com o crime. No entanto, inúmeras situações da convivência cotidiana mostram-se como indicadores de que o incremento do poder aquisitivo dos jovens não se explica somente nos trabalhos mal-remunerados em que conseguem desempenhar-se temporariamente. Esta realidade poderia levar, imediatamente, a pensar numa conivência displicente que muito se aproximaria de uma cumplicidade da mãe no percurso infracional do filho? A dificuldade de enfrentar a realidade de ter um filho se encaminhando pela via da criminalidade deve alertar para simplificações da situação. Muitos fatores podem interferir e influenciar a uma postura, talvez, mais negligente do que cúmplice com o caminhar da adolescência do filho. Um deles, e não por ser importante é o único, é o fato de serem eles, os adolescentes, o membro da família em quem essas mulheres vêem um apoio. São estas circunstâncias consideradas isoladamente que alimentam a vertente de criminalização da pobreza (ZALUAR, 2000) como mais uma forma de expressão da violência da nossa sociedade.

> Tenho uma irmã presa... Minha irmã veio presa junto comigo... veio eu... minha irmã... minha mulher... Aí... minha cabeça fica mais nela... pegou trinta anos de cadeia... Isso me preocupa muito aqui dentro... Aqui dentro é mais pior do que lá fora... Aqui dentro não tem o que fazer... você não pode ajudar em nada... Aqui não tem como fazer alguma coisa... contratar um advogado... Ver como estão as coisas dela... Agora lá fora não... lá fora tem vários meios de correr atrás... Aqui dentro só chega as notícias... Agora... ajudar você não pode... É só mais um problema para sua família... Fica bem difícil... (Edimilson)

A expectativa de sair da internação e passar de ser *"só mais um problema"* da família para fazer parte da solução estão fortemente presentes nas falas destes jovens, mostrando-se, às vezes, uma oscilação entre posturas de onipotência e de impotência frente a determinadas circunstâncias. A este jogo próprio do ser adolescente e às

demandas e necessidades de seu círculo familiar soma-se, entre outras tantas determinações, o implacável apelo consumista de uma sociedade em que tudo vale para se *ter*, ainda que isto não zele do *ser*. O percurso a seguir dispõe-se cheio de obstáculos a transpor quando re-apresentadas as circunstâncias em que se mobilizarão na luta pela consecução dos objetivos a que se propõem.

Diante dessa diversidade de situações, que marcam a existência desses jovens, como compreender o *acompanhamento*? Faz-se necessário um recorte neste momento.

2. O *acompanhamento* em questão pela via do confiar...

> Me ajudou de uma certa maneira a entender porque eu vim parar aqui... porque eu achava um absurdo eu estar aqui dentro... estar passando por isso... ficar tanto tempo aqui dentro... Tá beirando os três anos... Faz três anos que estou aqui dentro! [...] Então o atendimento também me ajudou bastante a entender isso daí... Tem outras maneiras de eu seguir a minha vida...[...] Vários caminhos para optar... Aqui dentro não!... aqui você necessita... você precisa das pessoas... não tem como você ser independente... Então é bem complicado... é bem diferente o mundo lá de fora com o mundo daqui de dentro... Esse atendimento pra mim foi bom por causa disso aí ... eu podia falar... "Está acontecendo isso lá fora... Não sei o que fazer... Eu não sei quando eu sair daqui o quê que eu vou fazer... Chegar lá fora se eu encontrar com uma situação dessas... como lidar com uma situação dessas"... (Edimilson)

> Acho engraçado... No atendimento eu falava da minha história do começo ao fim: de como eu vim para cá morar com a minha mãe... porque eu morava com meu pai... lá em Mogi... Morava eu... meu pai... e meu irmão num barraco lá... Aí minha mãe estava se virando como podia lá para o lado do Parque Serra Verde... onde fui morar com ela... lá na Vila Albertina... Zona Leste... Antes... minha mãe estava morando lá... ia visitar a gente de vez em quando... só que meu pai não queria... né? Eles tinham separado já fazia tempo... aí minha mãe foi no juiz para ver se conseguia ganhar nossa guarda... Nós escolhemos morar com ela... aí eu estava morando com ela desde os 12 anos... e vim preso com 17 anos... Fiquei morando lá [...] (Tadeu)

> Eu acho que esse projeto deveria continuar... principalmente... porque aqui dentro tem muitos meninos que tem a mente muito cheia de maldade e essa conversa nos ajuda... pacifica o nosso coração... [...] Às vezes eu tinha uma visão bem fechada... Só tinha aquela visão sobre aquele determinado assunto... Ela me ajudava a analisar os dois lados da moeda e assim eu fui aprendendo bem mais sobre a vida... Sobre os meus sentimentos... até mesmo ela foi me ajudando a criar mais opiniões e ter a visão bem mais ampla... (Fernando)

> Aí... depois de um tempo... lembra que eu falava: "eu ainda sinto vontade de fazer coisas erradas"[97] quando nós conversava e tal?... Porque a gente chegava e conversava [...] Aí tipo assim... pra falar o que você pensa o que você acha... era só na hora do atendimento mesmo... que dava pra falar tudo... Então eu achava bom por isso ... pelo menos alguém me ouvia... pra mim fazia diferença [...] Era bom conversar com você... porque eu não chorava na frente de todo mundo... né? No atendimento ali eu chorava e tal... lá eu não sentia vergonha nenhuma... (Anderson)

Nas considerações sobre o *acompanhamento* dá-se a ver o trânsito para a saída da internação: *é bem diferente o mundo lá de fora com o mundo daqui de dentro.* Qual a relação possível entre o *confiar desconfiado* e a liberdade desejada e, por vezes, também temida? Qual a possibilidade de pensar em construir referências próprias nesse trânsito que não oferece pontes seguras?

Uma possibilidade apontada durante a experiência de *acompanhar* é o resgate das origens, das próprias raízes. Como se a experiência de internação fosse a interrupção propícia para o resgate de "sentir-se parte de", ainda que pela via, da experiência de estar "fora de": família, amigos, escola, comunidade, sociedade.

E frente à intensidade que esses adolescentes transmitem em suas ações, em suas palavras que anunciam um agir aprisionante e aprisionado? "*Se eu morrer hoje amanhã faz dois dias!*"[98] ou "*E se eu morrer? Vem outro em meu lugar!*"[99] são falas que revelam modos de existir que mutilam a possibilidade de futuro.

---

[97] Na ocasião a que Anderson se refere, durante o acompanhamento, a problematização sobre essa "vontade de fazer coisas erradas" foi enriquecida por reflexões decorrentes do filme "Gênio Indomável" (Matthew Damon e Robin Willians). Anderson havia assistido o longa-metragem naquela semana na Fundação.

[98] Frase de uma criança da Praça da Sé, mencionada por Auro Lescher em evento sobre medidas sócio-educativas em meio aberto (Junho/2008).

[99] Resposta de Martinho, adolescente que atendi, frente a questionamentos sobre o perigo que corria ao envolver-se com o crime organizado. Neste momento, compreendo que as tentativas de encontrá-lo em seu bairro, pese a prévios agendamentos com ele mesmo, frustraram-se também devido à desconfiança: minha e dele. Na última vez que o procurei havia sido preso novamente. Sobre a frase que provoca esta nota: muito comum entre os jovens envolvidos na criminalidade faz parte da música "Polícia e Ladrão" de Marcelo D2 e Leandro Sapucaí.

Como cuidar do que se desvela e nos chama a ser testemunhas? Mas o que significa cuidar? Cuidar significa testemunhar paralisado pelo desafio? Testemunhar de forma assistencialista fechando possibilidades? Ou cuidar é ouvir e compreender o dito como modo de viver que conduz os adolescentes a um confrontar-se com o mundo que se lhes apresenta e do qual eles também fazem parte? Ou ainda, cuidar também é testemunhar e, com a nossa escuta, chamá-los a ser testemunhas para em momento de experienciação do próprio narrar-se, sentindo o sentido, promover a reflexão a respeito do próprio conduzir-se? Quiçá seja compreender o adolescer para além dos nossos pré-conceitos, sem demonizá-los nem exorcizá-los, tampouco exaltá-los como vítimas. E 'apenas' isto...

Confiar ou não confiar: eis uma questão para eles e para nós. Em momentos em que irrompe a raiva, o ódio, o medo, o tédio, a indignação, o ânimo, a alegria, a ilusão, a coragem frente ao que se passa por eles e por nós, diante do que experienciamos e testemunhamos, evoca-se urgente o sentido de confiar neste trabalho clínico. Seria confiar neles e mostrar-lhes que são confiáveis? Seria sermos confiáveis a eles? Ou seria, confiar em nós mesmos como clínicos?

A desconstrução etimológica do termo confiar[100] nos leva ao sufixo *–fiar* cujo sentido originário diz de "*entrelaçar fios*". **Confiar** poderia ser compreendido como abertura a ***fiar-com*** que, aliada ao sentido de *acompanhar*[101], poderia constituir-se na possibilidade de experienciar o ***entrelaçar fios da existência junto a alguém***. Trata-se de um agir em conjunto, em co-elaboração com alguém em direção a um único destino: o cuidado com a dimensão humana de cuidar de si.

---

[100] Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (http://houaiss.uol.com.br, consulta em agosto/2008)

[101] Conforme apresentado em capítulo anterior, significado/sentido de **acompanhar**: *estar ou ficar com ou junto a alguém*, além de, *prestar atenção* (*a algo ou alguém*) *para compreender por meio dos sentidos e/ou da inteligência o que é dito e pensado por outrem* (HOUAISS, 2008). Ainda a**companhante:** *estar à disposição* (MERRIAM-WEBSTER, 2008).

Assim, na medida em que o nosso trabalho dirige-se ao cuidado, e não à cura ou à adaptação, do adolescer desses jovens, são pertinentes e necessários posicionamentos clínicos perante os modos de ser por eles apresentados. Estamos em *acompanhamento* a cuidar dos modos de cuidar da existência desses jovens, atentos a respeitar esses modos de cuidar, pois embora o trabalho clínico possa promover experiência de re-invenção do existir, os rumos a tomar são sempre por eles definidos.

No *acompanhamento* de adolescentes em privação de liberdade, que estiveram ou estão envolvidos com o mundo do crime, não há espaço para posicionamentos sentimentais e assistencialistas. Remetemo-nos, neste momento, a aspectos da atitude clínica fenomenológica, inspirada na analítica existencial, presentes no movimento, necessário e constante, ao se atuar nesta instituição.

Por um lado, abandonar, ou antes, libertar-se de atitudes objetivantes do sofrimento e de posturas técnicas que levam a pretender conduzir o trabalho clínico pela via do desejo pessoal de curar quem sofre – ou neste caso corrigir quem infraciona – são desafios a cada encontro. Por outro, levar adiante "o *exercício da atenção e do cuidado livre de expectativas"* (NOVAES DE SÁ, 2007, p. 4) apresenta-se como possibilidade na prática de *acompanhamento* que convida o outro a uma pausa. Pausa para "*suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar do que nos acontece"* (BONDIA, 2002, p. 19), pois a partir dela faz-se plausível uma abertura a re-posicionamentos singulares no narrar biográfico e em permanente realizar-se do ser-no-mundo-com-outros destes jovens.

VII – DESEMBARQUE: UMA PAUSA ...

Pois que a vida é assim: aperta-se o botão e a vida acende. Só que ela não sabia qual era o botão de acender. Nem se dava conta de que vivia numa sociedade técnica onde ela era um parafuso dispensável. Mas uma coisa descobriu inquieta: já não sabia mais ter tido pai e mãe, tinha esquecido o sabor. E, se pensava melhor, dir-se-ia que havia brotado da terra do sertão em cogumelo logo mofado. Ela falava, sim, mas era extremamente muda. Uma palavra dela eu às vezes consigo mas ela me foge por entre os dedos.

Clarice Lispector, 1977/1999.

Comecemos por conhecer e re-conhecer alguns dados. Segundo o Censo Demográfico do IBGE, em 2000, o Brasil tinha como população adolescente 25.030.970 de jovens entre 12 e 18 anos. De acordo com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, existiam, em 2004, 39.578 adolescentes no sistema sócio-educativo, que regulamenta e aplica as medidas de privação de liberdade, em meio aberto e de internação provisória previstas na parte especial do ECA[102]. Este total representa, aproximadamente, 0,2% da população total de adolescentes do país. Em São Paulo, hoje, concentra-se a maioria deste grupo: cerca de 20.100 adolescentes[103] cumprem medida sócio-educativa no estado. Da mesma fonte é a divulgação de dados recentes que afirmam serem em torno de 4.432 os adolescentes que cumprem medida sócio-educativa de privação de liberdade em unidades de internação e internatos da capital e de outras cidades do estado.

---

[102] Estes dados constam tanto no Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo – SINASE, como no Plano Estadual de Atendimento Sócio-educativo da Escola para formação e capacitação profissional da Fundação CASA. Em 2004, os jovens cumprindo medida sócio-educativa em São Paulo eram 19.747.

[103] Estes dados são da Gerência Psicossocial da Superintendência de Saúde da Fundação CASA, correspondentes a março deste ano, e foram divulgados em Seminário: ”Interfaces: Saúde Mental e Medida Sócio-educativa”, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em junho deste ano.

Por outro lado:

Jornal da Tarde, 11 de Julho de 2008.

DISPARA NÚMERO DE MENORES NO CRIME[104]
Menores: mais crimes e menos internações
O número de adolescentes e crianças flagrados como autores da violência em São Paulo cresceu duas vezes mais rápido do que o de adultos nos últimos cinco anos.

Apresentar dados numéricos, ou seja, quantos são os jovens em conflito com a lei no sistema sócio-educativo, como um recorte possível dessa realidade é uma tentativa de aproximação a outro recorte, que se faz hegemônico com o auspício irresponsável da mídia, sobre estes adolescentes. Estão dadas as condições para a re-afirmação da representação social que pesa sobre eles, responsabilizando-os pelos altos índices de criminalidade que assolam o país. Talvez fosse simples a solução, para uma formulação igualmente simples, de um problema que se revela cada vez mais difícil de compreender. *Cortinas de fumaça*, tal qual véus, caem diante de nós, colaborando na esquiva de admitir que somos todos responsáveis pela trama/drama apresentada como espetáculo: **DISPARA NÚMERO DE MENORES NO CRIME!**

Diante deste cenário, que expressa mais um movimento violento da nossa organização social – tão violento quanto os próprios jovens o revelam –, como se mantém o desejo e interesse de dar continuidade ao trabalho de *acompanhamento* iniciado há seis anos junto a jovens em conflito com a lei? Durante esses anos de trabalho foram e são inúmeras as vezes em que a pergunta "*Por que continuar?*" apresenta-se atordoante e recorrente.

As ponderações, que acompanham esses momentos de pensar conturbado, apontam para os inícios do meu exercício clínico. Ainda com Claudinei, lá atrás nos meus tempos de estagiária do SAP, experienciei ser possível um modo mais autêntico

[104] Fonte: http://www.jt.com.br/editorias/2008/07/11/

de aproximação ao sentido originário de clínica: *debruçar-se ou inclinar-se sobre o leito de quem sofre*. Um inclinar-se cauteloso, porém apropriado da abertura ao cuidado do cuidado do outro, a partir do próprio cuidado.

Referir-me ao 'cuidado de si' conduz-me a recuperar o modo como o contato com adolescentes e funcionários da instituição – que abriga muitos que à margem estão – cuidou de meus questionamentos à prática profissional e da minha estrangeirice em uma pátria que "cuida" descuidando de seus filhos adolescentes. Assim, longe de serem motivações assistencialistas as que sustentam e dão cobertura a meu *caminhar acompanhando,* delineia-se um interesse singular em cuidar das raízes do meu ser profissional clínica e da minha participação no coletivo da terra e da gente que tão bem me acolheu.

Recuperando a inserção do trabalho de *Acompanhamento*, como projeto de extensão de um laboratório universitário, resgato também sua pertinência política na área da saúde, especificamente no terreno de atuação profissional do psicólogo como possível agente multiplicador de ações implicadas com a realidade social. Considero que esta possibilidade de compreensão da minha constância no envolvimento com o projeto pode revelar um dos pilares de sustentação de uma prática, comprometida com as responsabilidades que nos competem como cidadãos a respeito de problemáticas contemporâneas, como a situação da juventude em conflito com a lei.

É por meio da supervisão do projeto que se abrem possibilidades de pensar, com mais rigor, a respeito do caráter ético do envolvimento neste tipo de iniciativas, por ser a supervisão outra via de multiplicação implicada com a formação. Preocupa-me e ocupa-me o esforço por problematizar assistencialismo sentimental no trabalho realizado junto aos jovens internos, pois acredito poder resvalar em perigosas atuações fundamentadas em ideologias, que podem reproduzir a perversão que rege as regras do

crime e o tratamento que a sociedade prevê para quem nele se envolve. E qual seria o fundamento que norteie uma prática que contemple eticamente o compromisso social dos profissionais de saúde com as questões de seu mundo?

A inspiração da analítica existencial heideggeriana, comentada anteriormente, pode permitir enveredar por caminhos de reflexão que busquem a desconstrução de teorias e técnicas da prática da Psicologia científica, abrindo passos para a compreensão do ser humano enquanto *dasein*, enquanto ser sempre em realização. Trabalharmos como clínicos do humano nos impõe o desafio de estarmos atentos à tendência, quase inabalável, de reduzir o ser humano a mero produto de relações de causalidade. Tal forma causalista de explicar o ser do homem fundamenta as recentes, mas contundentes, iniciativas de encerrar, sem prazo previsto de soltura, jovens que se envolveram em gravíssimos episódios de violência.

Neste contexto, como pensar a prática psicológica realizada como ação clínica no projeto *acompanhamento*? Andrade e Morato (2004) apontam um caminho ao referir-se à definição etimológica de Ética enquanto *assento* ou *morada*. Assim, comunicam a compreensão da prática clínica como:

> Posturas existenciais e/ou concepções de mundo capazes de dar acolhimento, assento ou morada à alteridade. Acolhimento à diferença produzida na processualidade que não se deixa capturar ou reduzir a ideais ou leis de conduta. Não se trata aqui de negar os valores como vetores da sociedade, mas de instituir valores *supranormais* tanto no nível das sensibilidades, quanto no do pensamento; uma nova maneira de sentir e pensar que não se baseia em *supostas verdades fixas ou gerais*, mas acolher a vida em sua contínua processualidade e transformação. (ANDRADE & MORATO, 2004, p. 346)

Neste sentido, o *acompanhamento* em sua realização, embora tenha suas origens em determinações judiciais do DEIJ[105], muito se distancia da lógica instrumental que

[105] Órgão que sustenta a proposta da Unidade Experimental da Fundação CASA.

define o ser humano a partir de avaliações psicológicas e psiquiátricas que diagnosticam, provocando, por vezes, interdição civil da Justiça e encarceramento indefinido para tratamento. A ação clínica do projeto *acompanhamento* propõe manter-se próxima à propriedade originária de *klinein – inclinar-se* – o que, faticamente, a afasta da leitura da clínica como técnica na compreensão moderna. Nesta medida, aspira a uma serenidade, possibilitando questionamentos à perspectiva científica de psicologia clínica e, inclusive, abrindo caminhos para, criticamente, compreender os instrumentos técnicos como possíveis benefícios ao homem, esse ser em constante re-invenção de seu existir. O espaço de atenção psicológica do projeto *acompanhamento* oferece-se como chamado a um constante criar do próprio cuidado, mesmo que a criação teime em ser pouco criativa e/ou pouco cuidadosa.

A propósito da origem do projeto *acompanhamento* – as determinações judiciais – e da abertura de cenários promovida pela investigação de mestrado, cabe assinalar, sem pretender aprofundar, questionamentos emergentes no caminho percorrido. Depoimentos colhidos dos operadores de direito da Justiça Juvenil e de técnicos da Fundação CASA, permitem vislumbrar que aproximações entre profissionais das esferas de saúde, direito e educação, que atuam com os adolescentes, poderiam oferecer-se como possibilidades de revisão das práticas a eles dirigidas.

Quanto aos cenários desvelados e testemunhados na procura por sentido do *acompanhamento*, urge debruçar-se com maior abrangência sobre o diálogo que se estabelece entre as esferas em cuja interseção define-se o percurso dos adolescentes em conflito com a lei no sistema sócio-educativo. Dada a relevância e atualidade do tema é nossa responsabilidade apontar a demanda de cuidado existente para melhor compreender um fenômeno que se apresenta preocupante: como a ação psicológica se

interpõe e influencia a definição do caráter das políticas de atenção ao adolescente infrator?

Nesse sentido, cabe uma autocrítica à escassa comunicação entre os profissionais do laboratório e os responsáveis das instituições onde os projetos de Atenção Psicológica se realizam. Provavelmente, os recentes passos em busca de aproximação, dos profissionais da instituição LEFE com os profissionais das instituições que atendem, para re-apresentação e discussão das ações nelas realizadas, possam aprofundar e dar maior concretude à dimensão política do trabalho clínico em andamento. Pois é a partir dos anos ininterruptos de intervenção em instituições que se testemunha a necessidade de complementação do trabalho institucional de qualquer órgão que pretenda atender à comunidade.

A incompletude institucional não é privilégio da Fundação CASA. A constatação desta condição abre possibilidades de pensar a urgência de um agir institucional conjunto para beneficiar-se, reciprocamente, de recursos complementares. Talvez, desse modo, seria possível atender uma demanda da comunidade, sem que esta sobrecarregue um único grupo institucional. Seguindo nesta direção, estamos nos aproximando da questão da carência de redes de apoio social que, visando auxiliar a comunidade através de uma ação politicamente coletiva, implicam toda a sociedade civil no partilhamento de responsabilidade social.

São muitas as questões e inúmeros os caminhos para persegui-las. Entretanto, neste momento, acena-se uma pausa: faz-se necessário retardar o passo antes de ir adiante. Intrigada com outras questões, urge tornar-me um tanto silenciosa, para que outras indagações possam germinar e inseminar outro trabalho.

Assim, desembarco num porto para retomar a questão provocadora desta caminhada para, momentaneamente, encaminhá-la a um possível destino. Qual o sentido da prática clínica em *projeto de acompanhamento* junto a adolescentes em conflito com a lei, sob a perspectiva fenomenológica existencial, a partir da experiência por eles narrada?

Acompanhar demanda exercício de atenção e cuidado para cuidar da existência como cuidar de ser: tarefa de inclinar-se em direção ao modo de ser desses jovens em conflito com a lei e consigo mesmos. O *acompanhamento* poderia ser compreendido pela ótica da reflexão acerca de seu modo de cuidar de si pelo mundo, enquanto testemunhado pela presença confiável de outro. Por sua vez, a experiência de *acompanhar* diz do exercício de abrir-nos à ambigüidade como condição do existir do homem: confiar e ser confiável transita pela confiança desconfiada de si mesmo no mundo com outros. Sem dúvida uma tarefa clínica...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEM, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALMEIDA, F. M. Aconselhamento psicológico numa visão fenomenológico-existencial: cuidar de ser. In: Morato, H. T. P. (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa:* novos desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 45-60.

ALMEIDA, F. M. *Ser clínico como educador: uma leitura fenomenológica existencial de algumas temáticas na prática de profissionais de saúde e educação*. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ANDRADE, A. N. & MORATO, H. T. P. M. *A dimensão ética (e moral) das práticas institucionais*. Revista Estudos de Psicologia UFRN, Natal, v. 09, nº 02, 2004. p. 345-353.

ARENDT, H. (1958) *A Condição Humana.* 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, H. (1972) *Entre o passado e o futuro.* 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

AUN, H.A. *Uma face entre muitas outras possíveis se olhada pelo avesso do mundo: questionamentos através de uma prática*. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARRETO, C. L. B. T. *Ação clínica e os pressupostos fenomenológicos existenciais.* 2006. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARROS SANTOS, O. *Aconselhamento Psicológico e Psicoterapia*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

BARROS SANTOS, O. *Psicologia Aplicada à Orientação e Seleção Profissional*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1963.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.

BAUMAN, Z. *Vidas Desperdiçadas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

BAUMAN, Z. *Vida Líquida.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2007.

BENJAMIN, W. (1985) *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. *Obras escolhidas*, v.1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BONDIA, J. L. *Notas sobre a experiência e o saber da experiência*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: No. 19, p. 20-28, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

BOSI, E. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória. Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSS, M. Prefácio. In: HEIDEGGER, M.; BOSS, M. (ed.) (1959-1969) *Seminários de Zollikon*. São Paulo: EDUC; Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do adolescente* (ECA). Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8069Compilado.htm> Acesso em: 20 fev.2008.

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE). Brasília, Junho 2006. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/Portals/0/Legislacao/Sinase.pdf> Acesso em: 10 fev. 2008.

CABRAL, B. E. B. & MORATO, H. T. P. *Considerações metodológicas a partir da formulação de uma questão para pesquisa*. Interlocuções. Revista de Psicologia da UNICAP. Recife, ano. 3, No. 1/2, p. 155-176, Jan./Dez. 2005.

COSTA, A. C. G. Natureza e essência da ação sócio-educativa. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.) *Justiça Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006.

CRITELLI, D. M. (1996) *Analítica do Sentido.* São Paulo: Brasiliense, 2006.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2001. Disponível em: ‹http://houaiss.uol.com.br/busca›.

EISENLOHR, M. G. Serviço de Aconselhamento Psicológico do IPUSP: breve histórico de sua criação e mudanças ocorridas na década de 90. In: MORATO, H. T. P. (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa:* novos desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 135-143.

ENRIQUEZ, E. O papel do sujeito humano na dinâmica social. In: LÉVY, A. et. al. *Psicossociologia: análise social e intervenção.* Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FIGUEIREDO, L. C. *Encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica.* São Paulo, Educ/Escuta, 1994.

FIGUEIREDO, L. C. *Revisitando as Psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. São Paulo: EDUC; Petrópolis: Vozes, 1995.

GARCÍA MENDEZ, E. Evolución histórica del derecho de la infancia: ¿Por qué una historia de los derechos de la infancia? In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.) *Justiça Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo:

ILANUD, 2006.

GONÇALVES FILHO, J. M. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre humilhação política e o pesquisador participante. In: Bock, A. M. B. *Psicologia e Compromisso Social*. São Paulo: Cortez, 2003.

HEIDEGGER, M. (1927) *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2007.

HEIDEGGER, M. (1947) *Sobre o Humanismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

HEIDEGGER, M. (1958) Ciência e Meditação. In: _____ *Éssais e conférences*. Paris, Galimardi, 1977. (Tradução anônima de texto mimeografado: 1-21)
LAFER, C. (1981) Pósfácio. ARENDT, H. (1958) *A Condição Humana.* 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

LÉVY, A. *Ciências Clínicas e organizações sociais*. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001.

LISPECTOR, C. (1977) *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LOPARIC, Z. Prefácio. In: FIGUEIREDO, L. C. *Encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica.* São Paulo, Educ/Escuta, 1994.

MACHADO, M. N. M. & ROEDEL, S. Prefácio. In: LÉVY, A. et. al. *Psicossociologia: análise social e intervenção.* Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MEIHY, J. C. S. B. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MERRIAM-WEBSTER *Webster's Third New International Dictionary, Unabridged*. Disponível em: http://unabridged.merriam-webster.com Acesso em 26 Jun. 2008.

MORANA, H. C. P. et al. *Transtornos de personalidade, psicopatía e serial killers*. Revista Brasileira de Psiquiatria. 2006; 28 (Suplemento II): S 74-9.

MORATO, H. T. P. (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa:* novos desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

MORATO, H. T. P. *Eu-supervisão: em cena uma ação buscando significado-sentido*. Tese de Doutorado. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1989.

MORATO, H. T. P.; CARVALHO, L. S.; EISENLOHR, M. G.; NOGUCHI, N. F.; MOSQUEIRA, S. M. *Acompanhamento Psicológico Individual na FEBEM/SP: um convite a cuidar de si.* Revista Imaginário-USP. Ano XI, No. 11. 2o. sem/2005. 137-160.

MOSQUEIRA, S. M. ; MORATO, H. T. P. ; Yehia, G. Y. ; HENRIQUES, J. N.;

BRAGA, T. B. Atenção psicológica em distrito policial: escuta clínica em instituição como ação ética e política. In: Anais do II Congreso Latinoamericano de Psicología de la ULAPSI. La Habana: ULAPSI, 2007. v. 1. p. 1-2.

NOGUCHI, N. F. C. *Seguro na FEBEM-SP: Universo moral e relações de poder entre adolescentes internos.* 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NOVAES DE SÁ, R. *A noção fenomenológica de existência e as práticas psicológicas clínicas*. In: Anais do VII Simpósio Nacional de Práticas Psicológicas em Instituição - Fronteiras da Ação Psicológica entre Educação e Saúde. São Paulo: PUC, 2007.

NOVAES DE SÁ, R. *A prática da supervisão clínica de abordagem fenomenológica*. In: Anais do VI Simpósio Nacional de Práticas Psicológicas em Instituição - Psicologia e Políticas Públicas. Vitória: UFES, 2006.

OLIVEIRA, M. M. *Clínica, experiência e sentido: narrativas de plantonistas.* 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993.

POMPÉIA, J. A. *Na presença do sentido: uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas.* São Paulo: EDUC: Paulus, 2004.

PONTES, R. G.; NASCIMENTO, L. P.; CRUZ, D. V. *Ingresso para a FEBEM*. São Paulo: Noovha América: Labortexto Editorial, 2003. (Série Juventude em cena). Conflitos Socias.

QUINTANA, M. A Coisa. In: *Do caderno H*. Disponível em: http://releituras.com/mquintana_cadernoh.asp Acesso em: 20 set.2008.

ROSENBERG, R. L. (org.) *Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa*. São Paulo: EPU, 1987.

ROSENBERG, R. L. e MORATO, H. T. P. *Levantamento: um serviço universitário de Aconselhamento Psicológico*. Alter Jornal de Estudos Psicodinâmicos, Brasília, v. I, n◦ 4, jul/set 1971. p. 1-10.

ROSENBERG, R. L. *Funcionamento de um serviço universitário de Aconselhamento Psicológico*. Alter Jornal de Estudos Psicodinâmicos, Brasília, v. II, n◦ 1, jan/abr 1972. p. 1-06.

TRASSI, M. L. *Adolescência-Violência: desperdício de vidas.* São Paulo: Cartez, 2006.

SCHMIDT, M. L. S. Aconselhamento Psicológico: questões introdutórias. In: Rosenberg, R. L. (org.) *Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa*. São Paulo: EPU, 1987. p. 14- 23.

SCHMIDT, M. L. S. *Identidade, pluralidade e diferença: notas sobre psicologia social*. Boletim de Psicologia**,** São Paulo, v. 47, n. 106, p. 57-72, 1997.

SCHMIDT, M. L. Aconselhamento Psicológico e instituição: algumas considerações sobre o SAP do IPUSP. In: MORATO, H. T. P. (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa:* novos desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 92-106.

SCHMIDT, M. L. Positivismo Lógico e pensamento existencial: a conciliação rogeriana. In: MORATO, H. T. P. (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa:* novos desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 107-115.

SCHMITT, R.; PINTO, T. P.; GOMES, K. M.; QUEVEDO, J; STEIN, A. *Personalidade psicopática em uma amostra de adolescentes infratores brasileiros.* Revista de Psiquiatria Clínica, 2006, vol.33, n. 6, ISSN 0101-6083.

SERRES, M. (1991) *Filosofia Mestiça*. Tradução de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

VICENTIN, M. C. A questão da responsabilidade penal juvenil: notas para uma perspectiva ético-política. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.) *Justiça Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006.

VIEIRA FILHO, N.G. (1997) Da crítica ao "aplicativismo" à pesquisa participante. Interações– Estudos e Pesquisas em Psicologia, Vol. IV, 7: 99-116.

WACQUANT, L. *Las Cárceles de la Miseria.* Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2004.

WEIL, S. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Seleção e apresentação de Ecléia Bosi. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ANEXOS